



Universidade Federal
de São João del-Rei



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO JOÃO DEL-REI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS: TEORIA LITERÁRIA
E CRÍTICA DA CULTURA

MARIA ZÉLIA OLIVEIRA FERREIRA SANTOS

**“LAS PORTADORAS DE SUEÑOS”: A CONSTRUÇÃO DA UTOPIA
FEMINISTA NA OBRA *O PAÍS DAS MULHERES*, DE GIOCONDA
BELLI**

SÃO JOÃO DEL-REI - MG

2024



Universidade Federal
de São João del-Rei



MARIA ZÉLIA OLIVEIRA FERREIRA SANTOS

**“LAS PORTADORAS DE SUEÑOS”: A CONSTRUÇÃO DA UTOPIA FEMINISTA
NA OBRA *O PAÍS DAS MULHERES*, DE GIOCONDA BELLI**

Texto apresentado à banca de defesa como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Letras, por meio do Programa de Mestrado em Letras da Universidade Federal de São João del-Rei.

Área de concentração: Teoria Literária e crítica da cultura

Linha de pesquisa: Literatura e Memória Cultural


Orientadora: Adelaine LaGuardia Nogueira

SÃO JOÃO DEL-REI - MINAS GERAIS


2024

Mestrado em Letras: Teoria Literária e Crítica da Cultura “Las Portadoras de Sueños”: a construção da utopia feminista na obra *O País das Mulheres*, de Gioconda Belli


Banca Examinadora

Documento assinado digitalmente
 **ADELAINÉ LAGUARDIA NOGUEIRA**
Data: 09/07/2024 23:45:06-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Adelaine LaGuardia Nogueira – UFSJ (Presidente/Orientadora)

Documento assinado digitalmente
 **KELEN BENFENATTI PAIVA**
Data: 11/07/2024 19:15:20-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof.^a Dr.^a Kelen Benfenatti Paiva – IF SUDESTE MG/SJDR (Titular Externa)

Documento assinado digitalmente
 **LUIZ MANOEL DA SILVA OLIVEIRA**
Data: 01/07/2024 12:32:43-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Luiz Manoel da Silva Oliveira - UFSJ (Titular Interno)

Prof.^a Dr.^a Miriam de Paiva Vieira
(Coordenadora do PPG em Letras)

Junho de 2024



Emitido em 02/09/2024

HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO Nº 27/2024 - PROMEL (13.20)

(Nº do Protocolo: 23122.026862/2024-67)

(Assinado digitalmente em 02/09/2024 17:41)

MIRIAM DE PAIVA VIEIRA

COORDENADOR DE CURSO

PROMEL (13.20)

Matrícula: ###080#0

Visualize o documento original em <https://sipac.ufsj.edu.br/public/documentos/> informando seu número: **27**, ano: **2024**, tipo: **HOMOLOGAÇÃO DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO**, data de emissão: **02/09/2024** e o código de verificação: **2095d1c69c**

Ficha catalográfica elaborada pela Divisão de Biblioteca (DIBIB) e
Núcleo de Tecnologia da Informação (NTINF) da UFSJ, com os dados
fornecidos pelo(a) autor (a)

S237" Santos , Maria Zélia .
"Las portadoras de sueños": A construção da Utopia
Feminista na obra O país das mulheres, de Gioconda
Belli / Maria Zélia Santos ; orientadora Adelaine
LaGuardia Nogueira. -- São João del-Rei, 2024.
93 p.

Dissertação (Mestrado - Letras) -- Universidade
Federal de São João del-Rei, 2024.

1. Utopia. 2. O país das mulheres. 3. Feminismo.
4. Gioconda Belli. I. LaGuardia Nogueira, Adelaine ,
orient. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Depois de minha longa expedição em Fátuas, é hora de agradecer a todos que me ajudaram a viver essa utopia.

Aos meus pais, professores, que foram os “culpados” por plantar a semente do conhecimento em minha vida. Mesmo sem vocês se esforçarem muito para isso, eu sou vocês. Nós já relutamos, mas foi inevitável seguir o caminho da educação e das Letras assim como o fizeram. Hoje colho as dores e as delícias de ter feito essa escolha.

À minha amiga, Amanda, por ter me apresentado a obra e por muito mais do que isso! Você sempre foi um prumo e um lugar seguro com que sempre pude contar. Obrigada por tanto!

Ao meu amigo, Matheus, que sempre deixou um sorriso no meu rosto mesmo quando tudo estava tão difícil.

À minha orientadora, Adelaine, por ser tão paciente e acolhedora, respeitando meu processo de escrita e me orientando com seu conhecimento ímpar.

À minha terapeuta, Francielle, por ser fundamental neste processo que foi permeado por tantos altos e baixos. Você me acolheu e me ensinou a me acolher!

Por fim, agradeço à Gioconda Belli e a todas as mulheres que me inspiram a continuar escrevendo sobre nós mesmas e o quanto sê-lo é uma forma de resistência.

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo analisar a obra *O país das mulheres* (2011) escrita pela autora nicaraguense Gioconda Belli sob a perspectiva da narrativa como uma utopia feminista, bem como discutir o projeto político proposto na obra. Para tanto, inicio a dissertação enquadrando a obra na definição de utopia proposta por Claeys (1999), assim como também recorro à subdivisão de utopia feminista trabalhada por Funck (1998). Apresento ainda a biografia da autora, trazendo, principalmente, os excertos de sua autobiografia *O país sob minha pele: Memórias de amor e guerra* (2002). Ao adentrar no campo dos estudos feministas, faço um breve panorama do movimento como um todo, debruçando-me, principalmente, nas teóricas Duarte (2003), Wollstonecraft (2020) e Zirbel (2021). Trago ainda três análises comparativas de obras que se caracterizam como utopias feministas, sendo estas *O sonho de Sultana* (Hossain, 2019), *Terra de Mulheres* (Gilman, 2018) e o filme *Barbie* (2023). Tendo introduzidos os aspectos “feminismo”, “utopia” e “biografia da autora”, parto para a explicitação de como estes se dialogam. Com isso, discuto como o teor da obra recai em temas como maternidade, políticas públicas, memória, democracia, direitos das mulheres, performances de gênero e características regionais, mais precisamente, a região latino-americana. Dessa forma, durante as seções recorro a autores que corroborem a discussão nestes aspectos, sendo eles Judith Butler com a *Teoria dos atos performativos de gênero* (2018), Del Priore (2014) e Badinter (1985) nos assuntos relacionados à maternidade, Pollak (1989) para tratar das questões do tema “memória” contido na obra e as teorias de Bandeira (2017) a respeito da violência de gênero, dialogando diretamente com os dados trazidos por organizações internacionais como a ONU (Organização das Nações Unidas) e a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe). Por fim, concluo o trabalho, trazendo considerações e reflexões geradas pela obra, bem como discuto sua relevância nos estudos acadêmicos.

Palavras-chave: Utopia. O país das mulheres. Gioconda Belli. Feminismo.

ABSTRACT

This paper aims to analyze the piece *O País das Mulheres* (2011), written by the Nicaraguan author Gioconda Belli, under the perspective to frame it as a feminist utopia, as well as to discuss the political project proposed in the narrative. Thus, I start the dissertation framing the narrative into the definition of Utopia created by Claeys (1999), I also recur to the subsection of feminist utopia proposed by Funck (1998). I still present the author's biography, mainly bringing the quotes of her autobiography *O país sob minha pele: memórias de amor e guerra* (2002). Entering in the feminist studies field, I make a brief panoramic exhibition of the movement as a whole, supporting it, especially in the studies of the theorists Duarte (2003), Wollstonecraft (2020), and Zirbel (2021). I also bring three comparative analyses that can be considered feminist utopias, they are *O sonho de Sultana* (Hossain, 2019), *Terra de mulheres* (Gilman, 2018), and the movie *Barbie* (2023). Having introduced the aspects "feminism", "utopia" and "the author's biography", I start the explanation about how these aspects dialogue between themselves. Therefore, I discuss how the narrative contents reflect on subjects such as motherhood, public policies, memory, democracy, women's rights, Performative acts and gender constitution, and regional characteristics, more precisely, the Latin American region. Thus, during the sections, I turn to authors that support the discussion on these aspects as Judith Butler with the Performative Acts and Gender constitution theory (2018), Del Priore (2014) and Badinter (1985) with the subjects related to motherhood, Pollak (1989) with the subject "memory" and Bandeira (2017) with the gender violence theme, dialoguing directly with data from international organizations such as UN (United Nations) and CEPAL (Economic Commission for Latin America and the Caribbean). Finally, I conclude the paper with the considerations and reflections generated by the narrative, as well as I discuss its relevance in academic studies.

Keywords: Utopia. O país das mulheres. Gioconda Belli. Feminism.

LOS PORTADORES DE SUEÑOS

*En todas las profecías
está escrita la destrucción del mundo.
Todas las profecías cuentan
que el hombre creará su propia destrucción
Pero los siglos y la vida que siempre se renueva
engendraron también una generación de amadores y soñadores;
hombres y mujeres que no soñaron con la destrucción del mundo,
sino con la construcción del mundo de las mariposas y los ruiseñores.
Desde pequeños venían marcados por el amor.
Detrás de su apariencia cotidiana
guardaban la ternura y el sol de medianoche.
Sus madres los encontraban llorando por un pájaro muerto
y más tarde también los encontraron a muchos
muertos como pájaros.
Estos seres cohabitaron con mujeres traslúcidas
y las dejaron preñadas de miel y de hijos reverdecidos
por un invierno de caricias.
Así fue como proliferaron en el mundo los portadores de sueños (...)*

Gioconda Belli

A map of the world that does not include Utopia is not worth even glancing at, for it leaves out the one country at which Humanity is always landing. And when Humanity lands there, it looks out, and, seeing a better country, sets sail. Progress is the realisation of Utopias

Oscar Wilde.

DAS UTOPIAS

*Se as coisas são inatingíveis... ora!
Não é motivo para não querê-las...
Que tristes os caminhos, se não fora
A presença distante das estrelas!*

Mário Quintana

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
-------------------------	----------

CAPÍTULO I

GIOCONDA BELLI : <i>LA CIUDADANA, LA POETA Y LA NOVELISTA</i> - CIDADÃ POLÍTICA E ESCRITORA	15
---	-----------

CAPÍTULO II

UTOPIA

Feminismo É Utopia	29
Do “não-lugar” a vários lugares	37
Considerações sobre o gênero utópico feminista	38
<i>O sonho de Sultana</i> : uma mulher dorme e sonha a primeira utopia	41
<i>O país das mulheres e Terra de mulheres</i> : uma análise comparativa	44
De Ladyland à Barbieland: uma viagem de 118 anos, mas a piada continua a mesma	48
O limite dos sonhos: um interlúdio da utopia para a realidade	52

CAPÍTULO III

O PAÍS DAS MULHERES: UMA UTOPIA FEMINISTA

Apresentando Fágua: Ascensão e queda da Esquerda Erótica	54
O cotidiano como memória feminina	59
O projeto político do PEE- maternidade, igualdade e sororidade	63
A maternidade universal	64
Uma campanha eleitoral performática	72
Para além da utopia: um diálogo de “cidadania” entre a obra e a América Latina	75
CONSIDERAÇÕES FINAIS	82
REFERÊNCIAS	86

INTRODUÇÃO

Esta pesquisa tem como objeto a obra *O país das mulheres* (2011), escrita pela autora nicaraguense Gioconda Belli. O foco se concentra na análise da construção utópica presente na narrativa, assim como a proposta feminista que a compõe.

O interesse no aprofundamento da obra se deve a seu caráter multifacetado, que é capaz de traçar uma potente crítica feminista ao mesmo tempo em que consegue inserir o absurdo, a comédia, a ironia e novas propostas de emancipação social. No presente momento, em que encontramos diversos governos autoritários ao redor do mundo, principalmente em relação à mulher, é importante que vejamos obras como essas como importantes materiais de reflexão para questões latentes em nosso cotidiano, especialmente no que tange à condição da mulher latino-americana.

O projeto feminista criado na obra por vezes parece absurdo, mas toca em dilemas que nós mulheres enfrentamos diariamente. Por isso, o texto nos provoca autorreflexões acerca dessa proposta, que muito nos é quista durante vários momentos da leitura como forma de sonho. Essa leitura instiga o sonho não somente no sentido inalcançável da utopia, mas também gera questionamentos mais sérios sobre como e se essa utopia pode ser tomada num sentido mais amplo, tornando-se uma utopia de grupo e, desta forma, refletindo um projeto político de futuro dentro do campo feminista latino-americano.

Considerando a relevância dos estudos feministas na atualidade, a importância das pautas engajadas nas políticas pela busca da igualdade de gênero, a pesquisa justifica-se no fato de a narrativa em questão ser material fomentador de reflexões acerca da condição das mulheres. É pertinente também pensar no lugar ocupado pelas utopias como fontes de criações de novos arranjos e práticas sociais e, conseqüentemente, de revisões das práticas vigentes. Em entrevista ao jornal *El País*, Margaret Atwood, escritora de uma das obras feministas distópicas mais notáveis da contemporaneidade, *O conto da Aia* (2017), afirma que as “utopias voltarão porque precisamos salvar o mundo” (Atwood, 2021, n.p.). Angela Davis, igualmente, destaca a importância da presença de um pensamento utópico para construção de um projeto futuro.

Eu realmente penso que utopia é quando a gente se move em novas direções e visões. Utopia no sentido de que precisamos de visões para nos inspirar e ir para frente. Isso tem que ser global. Precisamos achar um modo de dar conta e saber como vamos interligar nossas lutas e visões e chegar a algumas conclusões sobre como desenvolver novos valores revolucionários e,

principalmente, como desatrelar valores capitalistas de valores democráticos (Davis, 2011, n.p.).

De uma forma ou de outra, as utopias e distopias de que temos conhecimento muitas vezes são projeções mais exageradas da sociedade que já conhecemos ou até mesmo foram espécie de narrativas premonitórias de reais eventos futuros. Margaret Atwood afirma que:

Toda distopia fala do presente. Orwell falava de 1984 e Huxley falava dele mesmo chegando a Hollywood nos anos trinta, após passar pela Grande Depressão e ao se deparar com o sexo livre e as comidas exóticas. No século XIX foram escritas milhares de utopias. É lógico. Houve tantas melhorias materiais, tantas invenções, que só podiam imaginar um mundo melhor. O XX foi um século de distopias porque foi um século de guerras e totalitarismos. Ficou claro que essa ideia da sociedade perfeita implicava um massacre. Você tinha que matar todos os que discordassem de você para instaurar sua utopia. Toda distopia contém uma utopia e vice-versa (Atwood, 2021, n.p.).

De fato, como a própria autora adverte, deve-se ter cautela ao relacionar as obras literárias à realidade, principalmente quando tratamos de temas tão densos quanto a famosa distopia *O Conto da aia*, de Margaret Atwood. Entretanto, estas são fórmulas eficazes para se discutirem temas que, ano após ano, reacendem debates sobre dilemas ainda não resolvidos ou que permanecem no campo do inalcançável. *O país das mulheres* não é diferente. Mesmo com uma narrativa repleta de humor e absurdo, escrita de uma forma espontânea e frequentemente livre de um compromisso com a verossimilhança, um texto sobre um país que imagina a igualdade entre os sexos e que propõe soluções políticas pertinentes nos inspira a utopia no sentido pensado por Davis (2011) e fomenta o interesse por pesquisas como esta.

Tendo essas noções em vista, acredita-se que a pesquisa também contribuirá para temas filiados ao Programa de Mestrado em Letras da UFSJ, bem como se somará a alguns projetos em andamento que visam pesquisar autoras latino-americanas, como Silvina Ocampo e Elena Garro, sob perspectivas que dialogam com o pensamento feminista. Além disso, possibilitará discussões acerca de situações e dilemas que permeiam o cotidiano da mulher latino-americana na contemporaneidade.

É importante também elencar o protagonismo e os benefícios trazidos para os estudos literários no Brasil com o enfoque na escritora Gioconda Belli. Apesar de ser praticamente desconhecida no Brasil, a trajetória de Gioconda Belli como intelectual e ativista política tem destaque em toda a América Latina, bem como internacionalmente, em especial na Alemanha, onde a autora foi amplamente traduzida e fez sucesso com um *bestseller*, *A mulher habitada* (1989). Em contraponto, no mercado editorial brasileiro, a autora possui pouquíssimas obras

traduzidas e, no contexto bibliográfico acadêmico nacional, é pesquisada, mas não o suficiente para abarcar toda a sua obra e dar destaque à sua posição como uma das autoras mais importantes da Nicarágua.

No banco de dados da plataforma Sucupira, a pesquisa da autora retorna os seguintes trabalhos: *Sob o signo de Tláloc: construção identitária e memorial na obra de Gioconda Belli* (Lemos, 2008); *Será a autobiografia uma poética da Modernidade? Uma leitura comparada entre Ayaan Hirsi Ali e Gioconda Belli* (Brasil, 2011); *"Poder e gênero" em Miguel Ángel Asturias, Érico Veríssimo e Gioconda Belli* (Oliveira, 2015); *O caráter revolucionário das personagens femininas do romance A mulher habitada : a perspectiva amorosa e a luta política* (Leiffreit, 2018); *Perspectivas do insólito ficcional: Uma análise dos romances de Gioconda Belli e María Amparo Escandón* (Zaratin, 2019); *Hasta que seamos libres: Feminismo e Revolução Sandinista nas Obras De Gioconda Belli (1972 – 1993)* (Gontijo, 2019); *¿Que sos Nicaragua? Gioconda Belli: Memória e o projeto da Frente Sandinista de Libertação Nacional (1972-1993)* (Vanucci, 2019); *Gênero, subversão e história em Gioconda Belli: Uma crítica feminista a partir de La Mujer Habitada e de sua tradução ao português brasileiro* (Sfredo, 2020); *A Escrita de si e a memória na literatura nicaraguense: El país bajo mi piel: Memórias de amor y guerra, de Gioconda Belli* (Oliveira, 2020) e *“O olho da mulher” : uma análise junguiana das imagens de mulheres nos poemas de Gioconda Belli* (Longo, 2020). Em relação ao título da obra, *O país das mulheres*, em uma busca livre no navegador da internet, esta retorna a dissertação *El país de las mujeres: Um romance feminista?* (Lopes, 2016), realizada no Ciclo de Mestrado em Estudos Literários e Culturais da Universidade de Coimbra.

Desta forma, a proposta em questão se diferencia das demais teses e dissertações escritas no Brasil que têm, em sua maioria, foco em diferentes obras da autora, linhas de pesquisa com distintas propostas e ainda áreas acadêmicas diversificadas, sendo algumas delas parte de programas de pós-graduação em História ou Psicologia. A escolha pela análise desta como uma utopia ainda constitui nova possibilidade de leitura, uma vez que tocará em pontos não abarcados pela dissertação supracitada (Lopes, 2016), que investiga se a obra pode ser classificada como um romance de tese feminista, não trazendo à tona o fato de que a construção do universo fictício criado por Belli contempla a proposta utópica e suas implicações.

O objetivo geral desta pesquisa é produzir uma análise crítica de tal proposta, e, para tanto, busco apresentar o perfil intelectual e biográfico de Gioconda Belli, além de descrever teoricamente a utopia como sub-genero literário, seus objetivos, bem como elaborar uma leitura comparativa com outros exemplos de obras utópicas escritas por mulheres, e, por fim, analisar

a proposta feminista presente em *O país das mulheres* (2011), tendo como perspectiva a condição da mulher latino-americana.

O estudo sobre a obra é conduzido a partir dos preceitos teóricos relativos aos estudos do sub-gênero Utopia, tomando como ponto de partida a definição de Claeys (1999) do termo como:

A projeção imaginativa, positiva ou negativa, de uma sociedade substancialmente diferente daquela em que vive o autor. A palavra utopia ou *outopia* foi derivada do grego e significa “nenhum (ou não) lugar” (u ou ou, não, não; topos, lugar). Thomas More (1478–1535), inventor da palavra, fez um trocadilho com a eutopia, ou lugar bom, e desde então adicionamos distopia, ou lugar ruim. Assim, a característica primária da utopia é sua inexistência combinada com um topos - uma localização no tempo e no espaço - para dar verossimilhança. Além disso, o local deve ser reconhecidamente bom ou ruim para o leitor pretendido. Toda ficção descreve um não-lugar; a ficção utópica geralmente descreve não-lugares bons ou ruins. [...] Como gênero literário, a utopia se refere a obras que descrevem uma sociedade imaginária em alguns detalhes. O pensamento utópico interpretado de forma mais ampla, no entanto, não se restringe à ficção e inclui escritos visionários, milenares e apocalípticos, bem como constitucionais, unidos por sua vontade de imaginar uma forma dramaticamente diferente de sociedade como um tipo ideal social ou sua inversão negativa (Claeys, 1999, p. 1, tradução nossa).¹

Dessa forma, consideramos que o país fictício de Fáguas, cenário da narrativa em questão, se enquadra na descrição acima, bem como se encaixa nas seguintes subdivisões também elencadas pelo autor:

Utopia satírica - uma utopia em que o autor pretende que o leitor contemporâneo veja como uma crítica da sociedade existente. [...]
Utopia crítica - uma utopia em que o autor pretende que o leitor contemporâneo considere melhor a sociedade contemporânea, com seus difíceis problemas, os quais a sociedade descrita pode ou não ser capaz de resolver, e que tem uma visão crítica sobre o gênero utópico (Claeys, 1999, p. 2, tradução nossa).²

¹No original: the imaginative projection, positive or negative, of a society that is substantially different from the one in which the author lives. The word *utopia* or *outopia* was derived from Greek and means “no (or not) place” (*u* or *ou*, no, not; *topos*, place). Thomas More (1478–1535), inventor of the word, punned on *eutopia*, or good place, and we have since added *dystopia*, or bad place. Thus, the primary characteristic of the utopia is its nonexistence combined with a *topos*—a location in time and space—to give verisimilitude. In addition, the place must be recognizably good or bad to the intended reader. All fiction describes a no-place; utopian fiction generally describes good or bad no-places. [...] As a literary genre, utopia refers to works that describe an imaginary society in some detail. Utopian thought construed more widely, however, is not restricted to fiction and includes visionary, millenarian, and apocalyptic as well as constitutional writings united by their willingness to envision a dramatically different form of society as either a social ideal-type or its negative inversion.

²No original: *Utopian satire*—a utopia that the author intended a contemporaneous reader to view as a criticism of the existing society
Critical utopia—a utopia that the author intended a contemporaneous reader to view as better than contemporary society but with difficult problems that the described society may or may not be able to solve, and which takes a critical view of the utopian genre

Assim sendo, ao longo da dissertação, desenvolvo o conceito de utopia desde sua origem em Thomas More, até a delimitação da obra dentro das subdivisões de utopia satírica e crítica, para assim focar no recorte feminista, que demanda a inserção de estudos que compartilham este tipo de intersecção.

Para dar início à discussão dentro do campo dos estudos feministas, é necessário elucidar que o gênero utopia foi uma das portas de entrada para discussões acerca de gênero dentro da literatura, tornando-se uma espécie de tendência de escrita no século XX, como pontua Funck em *Feminist Literary Utopias* (1998). Sendo assim, antes de considerar o recorte latino-americano, é pertinente trazer a obra de Funck para o debate a fim de considerarmos as utopias feministas como um nicho importante gerado pelos estudos sobre utopia, uma vez que a autora considera esse subgênero uma importante forma de revisão radical de textos anteriores ao propor novas formas de organizações sociais. Ao criar universos onde novas organizações políticas e sociais são possíveis, onde conceitos como ciência, biologia, cronologia, maternidade e gênero não precisam seguir seu curso “natural”, as escritoras utópicas têm a possibilidade de ampliar esse leque de revisões que a ficção genérica feminista se propôs a realizar. Assim como no panorama da literatura utópica feminista construído por Funck (1998), trago à discussão a obra *Terra de mulheres (Herland)*, escrita por Charlotte Perkins Gilman e publicado em 1915, bem como o conto “O sonho de Sultana”, escrito por Rokeya Sakhawat Hossain e publicado em 1905. Essas obras são consideradas as primeiras escritas utópicas feministas da história e, por isso, discuto-a comparativamente com a obra em questão, para assim revisar os pontos de convergência e divergência entre essas narrativas do mesmo nicho, mas separadas por uma lacuna temporal de quase cem anos.

Tendo em vista esses aspectos, é preciso também pensar o conceito de utopia de modo mais amplo e a forma como a narrativa reflete um projeto político que ilustra a situação da mulher latino-americana na contemporaneidade. Para além disso, a obra constitui uma utopia universal, à medida que se movimenta, à sua maneira, para a busca da igualdade de gênero e o bem-estar das mulheres, o que é, de forma geral, a meta do movimento feminista. Considerando esses dois eixos, incorpora-se neste espaço introdutório Prado (2021), levando-se em conta sua obra *Utopias latino-americanas: política, sociedade, cultura* (Prado, 2021).

Na obra *Utopias latino-americanas: política, sociedade, cultura* (2021), organizada por Maria Ligia Prado, o conteúdo dos diversos ensaios sobre os temas contidos no título apresenta os diferentes eventos que intitulam a América Latina como terra fértil para as utopias.

Frederigo, no prefácio à obra, pontua que a “América Latina, assim indistintamente nomeada por outrem, foi, igualmente, a utopia de outrem. Antes de nascer como traçado cartográfico, o continente nutria a imaginação aventureira” (Frederigo, 2021, p. 14). Ainda no capítulo que trata sobre utopias de gênero, as histórias de mulheres como Patrícia Galvão, Camila O’Gorman e Azucena Villaflor ilustram como a figura da “rebelde latino-americana” constrói uma história de utopia de caráter feminista na região. A biografia de Gioconda Belli por si só, como membro da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional), já seria um claro exemplo desse caráter de rebeldia que ilustra a figura da mulher latino-americana revolucionária. Adentrando a narrativa, verifica-se esse caráter identitário, retomando a trajetória da própria autora e ainda propondo novas formas de revolução mais ousadas, o que nos permite discutir como a construção utópica vai ao encontro das demandas mais latentes na região.

Com doze mortes por dia de mulheres devido à violência de gênero (Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe, 2022), a América Latina é considerada o lugar mais perigoso para as mulheres, fora de uma zona de guerra, segundo a ONU (2017). O alto índice se dá a partir da ineficiência das legislações e punições, somada à cultura machista que impera na maioria dos países da região, em que o assassino, geralmente, tem alguma relação interpessoal com a vítima. As várias manifestações do machismo, principalmente no contexto doméstico, onde se cria um ambiente facilitador para a violência e o aprisionamento emocional e financeiro de mulheres, fazem com que o debate de organizações se volte para esses problemas. Na reunião da *Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la mujer de la América Latina y Caribe*, realizada em 2022, o primeiro acordo tem como foco justamente a situação da mulher no contexto doméstico após a chegada da pandemia da COVID-19, uma vez que o contexto agravou os casos de violência doméstica e aumentou a taxa de desemprego entre mulheres.

Com essas considerações, elucido como pretendo conduzir esse diálogo entre a literatura, as pautas associadas ao feminismo e o contexto latino-americano. Acredito que, à medida em que a obra se volta, principalmente, para a explanação dos dilemas que permeiam a vida dessas mulheres e as ações tomadas para resolvê-los, é possível traçar uma crítica sobre este problema candente no cenário latino-americano.

A pesquisa foi construída por meio de leitura bibliográfica e analítica e dividida em três capítulos. O primeiro capítulo é dedicado à construção de um perfil intelectual de Gioconda. Para tanto, utilizo como fontes bibliográficas a autobiografia da autora, *O país sob minha pele*

(Belli, 2002), as informações e materiais presentes em seu *site*, giocondabelli.org, bem como entrevistas dadas pela autora em diferentes veículos de comunicação.

O segundo capítulo se constrói em torno das teorizações sobre o gênero utopia. Para tanto, apresento um panorama desde a criação do termo, incluindo a relação entre feminismo e utopia, até, por fim, explicitar seu enquadramento como subgênero literário, exemplificando-o com as obras *O sonho de Sultana* (Hossain, 2019), *Terra de mulheres* (Gilman, 2018), e o filme *Barbie* (2023). Para iniciar, exponho um breve panorama sobre a história do feminismo, usando como aporte teórico os escritos das autoras Wollstonecraft (2020), Zirbel (2021) e Duarte (2023). Agregam-se também a esse tópico as autoras que corroboram outras questões dentro do conceito de utopia, como gênero, cultura e aspectos históricos. Ao longo das seções, os recortes trazidos por Funck (1998), Atwood (2021), Woolf (2019), Delap (2022) e Davis (2011) são levados em conta para abordarmos como o conceito de utopia e feminismo se imbricam na obra.

Já o terceiro capítulo, analisa de fato a obra *O país das mulheres* (2011). Nele, analiso a obra em si, os aspectos literários que a compõem, bem como faço uma crítica sobre esta, levando em conta a pertinência do projeto político ali exposto para o contexto latino-americano. Desenvolvo mais profundamente os debates acerca de gênero (*gender*) já introduzidos no capítulo anterior. Para isso, trago dados reais que dialogam com a narrativa, advindos de pesquisas, estatísticas, conferências e relatórios de organizações e instituições que contam com tais informações. Debruço-me, principalmente, nos dados da ONU Mulheres (2021) e da CEPAL (Comissão Econômica para a América Latina e Caribe) (2022, 2020). Finalmente, recorro às reflexões feitas por Bandeira (2017) acerca da violência de gênero sob a perspectiva do conceito de violência postulado por Corradi (2009) para discutir como a violência contra a mulher se dá no contexto latino-americano.

Por fim, nas considerações finais, discorro sobre a relevância da obra, sobre as reflexões geradas ao longo desta dissertação, faço algumas conclusões sob um ponto de vista mais pessoal e ainda considero a pertinência na continuidade nos estudos sobre a obra de Gioconda Belli.

CAPÍTULO I

GIOCONDA BELLI : LA CIUDADANA, LA POETA Y LA NOVELISTA- CIDADÃ POLÍTICA E ESCRITORA

Este capítulo apresenta um panorama biográfico, intelectual e político sobre a autora Gioconda Belli. Nele, assim como na trajetória de vida da autora, estes três aspectos se mesclam devido aos múltiplos papéis assumidos por Belli ao longo de sua vida.

Nascida em Manágua, capital da Nicarágua, no dia 9 de dezembro de 1948, Gioconda Belli compõe a lista de escritores mais importantes de seu país. Como poeta e romancista, escreveu diversos livros tais como: *A mulher habitada* (1988), *O infinito na palma da mão* (2008), (1996) e *De la costilla de Eva* (1986). Na carreira de escritora, recebeu o prêmio Casa de las Américas em Cuba (1978), o prêmio de melhor romance político na Alemanha (1989), com sua obra *A mulher habitada*, e seu livro autobiográfico, *O país sob minha pele* (2002), foi finalista do Los Angeles Times Books Prize em 2011. Para além do destaque no campo literário, a autora é também figura notável na história nicaraguense. Participante ativa na luta contra a ditadura que tomava conta do país na década de 1970 na Frente Sandinista de Libertação Nacional (FSLN), Belli é considerada uma renomada pensadora política. Grande parte das entrevistas dadas pela autora foca mais no teor político do que na própria produção literária. Deste modo, suas obras refletem, principalmente, sua bagagem pessoal, histórica e cultural. Belli inicia sua trajetória escrevendo poemas com temas relativos ao universo e à sexualidade femininos. Seus romances e poemas, em sua maioria, apresentam personagens mulheres e sempre focam em temas intimistas, engajando os enredos a pautas políticas, principalmente de caráter feminista. O romance *O país das mulheres* (2011) é um forte exemplo de como a autora combina sua história de vida multifacetada e compõe uma miscelânea em que insere aspectos de sua bagagem como ativista política, sua proposta feminista e a construção de um microcosmo espelho da condição da mulher latino-americana.

Em sua autobiografia, *O país sob minha pele: memórias de amor e guerra* (2002), Belli escreve sobre sua trajetória pessoal, política e intelectual. Não seguindo, necessariamente, uma ordem cronológica, percebo como estes três lados estão interligados e foram os responsáveis para que a autora se tornasse uma figura complexa, ora sendo destacada como escritora, ora como pensadora feminista e também como ativista política. E, assim, sendo sujeito de múltiplas

designações, as abas de seu *site* refletem a complexidade de sua figura, sendo elas divididas em: “*la poeta*”, “*la novelista*” e “*la ciudadana*”.

Talvez um dos aspectos mais interessantes sobre a vida de Gioconda Belli seja como os arranjos parentais e matrimoniais entram em embate com sua vida política. Logo descobrimos que as raízes genealógicas da autora possuem uma relação paradoxal com as ideologias seguidas por ela. Sua avó era irmã do general conservador Emiliano Chamorro, que foi duas vezes presidente da Nicarágua. Segundo a autora, Chamorro concedeu, permanentemente, aos Estados Unidos os direitos exclusivos para a construção do canal interoceânico do país. Como grande admirador da América, também apoiou Anastacio Somoza na imposição de um sistema bipartidário na Nicarágua. A família Somoza foi responsável por iniciar uma dinastia na Nicarágua desde os anos 1930 até os anos 1970. Governando de forma autoritária e ditatorial, o governo culmina em embates com a Frente Sandinista, grupo do qual Belli fez parte, até, finalmente, sua queda no ano de 1979. Tanto impressionam essas coincidências que Belli já inicia sua biografia com elas:

Duas coisas que não decidi acabaram decidindo minha vida: o país onde nasci e o sexo que vim ao mundo. Talvez porque minha mãe sentiu minha urgência em nascer quando estava no Estádio Somoza em Manágua, assistindo a um jogo de beisebol, o calor das multidões tenha sido meu destino. Talvez a isso se deva meu medo da solidão, meu amor pelos homens, meu desejo de transcender limitações biológicas ou domésticas e ocupar tanto espaço quanto eles ocupam no mundo. Diante do estádio de onde minha mãe saiu em direção ao hospital, erguia-se uma estátua equestre de Anastasio Somoza García, o ditador que iniciou na Nicarágua, em 1937, a dinastia Somozista. Quem sabe que sinais seriam transmitidos ao líquido amniótico, mas em vez de terminar como esportista com um bastão nas mãos, acabei empunhando todas as armas a minha disposição para expulsar todos os herdeiros do senhor do cavalo e participar da luta armada de meu país para libertar-se de uma das mais longas ditaduras do continente americano (Belli, 2002, p. 15).

Sua família era opositora do governo de Somoza, no entanto, por conta de sua árvore genealógica, o governo sempre está presente em sua narrativa de vida. Essa proximidade, como vemos a seguir, era até mesmo literal, quando a casa de sua tia dividia paredes com a casa do Partido Liberal de Somoza.

A parede da casa da minha tia Elena - vivíamos na calle del Triunfo, uma rua principal de Manágua - limitava com a casa vermelha do Partido Liberal de Somoza. Quando se realizavam comícios ali, tapávamos os ouvidos para não ouvir os vivas a Somoza que estrondeavam no ar e se enfiavam através da parede como insultos que alguém nos lançava em nossa própria casa. Minha prima Toti gritava "morra" quando na outra casa gritavam "viva". Eu a acompanhava sem elevar muito a voz, ou pedia que se calasse, imaginando que os soldados não demorariam muito em chegar e golpear as portas para nos

levar presas. Ouvira dizer que por menos que isso as pessoas iam parar na prisão (Belli, 2002, p. 31).

Sua infância confortável em uma família nobre, como posto adiante, foi marcada pelo dualismo da infantilidade, com toda a sua inocência e doçura, bem como pelo autoritarismo e sangue derramado pela ditadura.

Creio que foi por essa época que nos mudamos para o bairro San Sebastián, porque já haviam nascido meus irmãos, Eduardo e Lucía, e minha mãe queria uma casa maior. Perto de nós vivia a família Parodi, à qual pertenciam uns meninos bonitos, simpáticos, que frequentavam a casa de minhas primas. Uma tarde houve uma grande agitação no meu bairro. Meu pai e minha mãe nos proibiram de sair para brincar na rua. Em virtude do clima político no país, os estudantes haviam encenado grandes protestos exigindo o fim da repressão, e nesse dia a Guarda Nacional havia investido contra eles. Essa tarde ouviram-se disparos em nosso bairro. Meus pais e outros adultos mostravam-se visivelmente alterados. Ouvi um rumor de que haviam atirado em um dos Parodi na porta de sua casa. Dois ou três dias depois, restabelecida certa calma, fui com minha babá ao mercado para comprar doces. Ela me levava pela mão. Lembro-me de que passamos pela casa dos Parodi. Sobre a parede ao lado da calçada que, atravessando um jardim, conduzia à porta principal, vi uma imensa mancha cor de café. Eu sabia que a Guarda Nacional havia matado Silvio Parodi. Minhas primas haviam chorado e se enfurecido sem consolo. Detive-me diante da mancha, o coração suspenso. Foi ali, não é?, perguntei à babá. Foi ali que mataram Silvio. Mas por que a mancha é cor de café? Eu acreditava que o sangue era vermelho, disse. A babá me puxou pelo braço para fazer-me atravessar a rua. Resisti. Voltei a perguntar sobre o sangue, por que o sangue era cor de café? Já ficou velho, disse-me a babá por fim, puxando-me, quase arrastando-me. Vem. Se sua mãe souber que viu a mancha, vai brigar comigo (Belli, 2002, p. 32).

Belli relaciona o fim de sua infância a sua imagem sentada no banco de trás do carro de seu pai em um dia qualquer, voltando do colégio, se dando conta de que sempre estaria sozinha no próprio corpo. Foi nesse momento, em que ela disse ter tido o primeiro vislumbre de sua individualidade, de que ninguém habitaria aquele corpo a não ser ela mesma, e de que ela era dona de seus próprios pensamentos. Esta descoberta a fez refletir não somente sobre si mesma, mas também pela situação a sua volta como ela descreve na passagem abaixo:

Andei desconcertada vários dias pela enormidade de minha descoberta, aturdida pelo acaso que me levou a nascer onde nasci, pensando na arbitrariedade que me fizera entrar no mundo pela maior porta, em lugar de ser uma das meninas magricelas e esfarrapadas que corriam batendo nos vidros dos carros pedindo esmola, e em cujos olhos parecia-me perceber, com dolorosa clareza, meu próprio desconcerto (Belli, 2002, p. 33).

Apesar da autoconsciência de como sua vida e o mundo a sua volta eram cercados de injustiças e paradoxos, uma certa noção de poética e do belo relacionado ao corpo feminino também foram partes agradáveis e essenciais da forma como Gioconda se enxergaria e escreveria sobre si e sobre as mulheres no futuro. Desde sua adolescência, a mãe de Belli

ensinava a ela e seus irmãos que nascer mulher seria uma das mais belas dádivas com a qual alguém poderia ser agraciado. Em uma de suas entrevistas, Belli conta, em meio a risadas, que sua mãe pintava a figura da mulher de uma forma tão bela, que seus irmãos queriam até mesmo menstruar. Por essas e outras, Belli costuma dizer que muitas vezes escreveu sobre o seu corpo como metáfora geográfica sobre seu país.

Foi aos 21 anos de idade, quando já havia se casado e tinha sido mãe há dois anos, que Belli encontra a poesia e a revolução em sua vida. Ao trabalhar numa agência publicitária, Belli conhece um poeta com quem teria um *affair* e que a levou a conhecer mais profundamente suas raízes, o valor do passado como luz para o presente, a lógica dos fatos políticos e das misérias que assolavam a nação. Isso a leva a admirar a literatura colonial e histórica de seu país, como indica o excerto abaixo:

Sempre disse que devo ao Poeta o fato de haver me colocado em contato com a alma de meu país. Eu amava seu corpo de lagos imensos e vulcões eretos, de árvores de copas rebeldes e emaranhadas, de depressões úmidas cheirando a café, nuvens como mulheres de Rubens, entardeceres e tempestades violentas. Mas foi o Poeta quem me introduziu no conhecimento mais profundo desse lugar de minhas raízes, o que me fez ver como o passado podia iluminar o presente, permitindo-me unir as peças e compreender de onde procediam os fatos políticos e as misérias que faziam parte da minha vida. Apaixonei-me por leituras que me levaram desde narrações assombradas dos espanhóis ao se depararem pela primeira vez com a vegetação e a beleza natural da Nicarágua até a história do general Sandino, sua luta contra a intervenção norte-americana e a série de acontecimentos que conduziam à gênese da ditadura de Somoza (Belli, 2002. p. 58).

Na passagem abaixo, a autora descreve o ímpeto revolucionário que experimentou, motivado pela poesia e a conspiração, utilizando uma linguagem poética às vezes oximorônica, mas rica e original. Esse ímpeto é acompanhado pela tomada de consciência de seu poder como mulher capaz de enfrentar a luta contra a ditadura e a miséria, que culmina em momentos de júbilo diante da vida:

Não sei em que ordem aconteceram as coisas. Se foi primeiro a poesia ou a conspiração. Em minha memória desse tempo as imagens são luminosas e todas em primeiro plano. A euforia da vida encontrou seu canal na poesia. Apropriar-me de meus plenos poderes de mulher levou-me a sacudir a impotência diante da ditadura e da miséria. Não pude continuar acreditando que mudar essa realidade era impossível. Possuíu-me um estado de ebulição. Meu corpo celebrava sua afirmação. O simples ato de respirar me dava prazer. Engolia o mundo pelo nariz e a sensação de plenitude era tal que duvidava que minha pele pudesse conter-me. Qualquer dia emergiria a alegria de meus poros como um ectoplasma e flutuaria dançando nua pelas ruas de Manágua (Belli, 2002, p. 62).

Foi também o poeta quem a apresentou a Camilo Ortega, que a convidou a fazer parte da Frente Sandinista de Libertação Nacional. Gioconda, primeiramente, hesitou por ter uma filha pequena, mas Camilo disse-lhe algo que a autora viria a repetir em suas entrevistas: exatamente por ter uma filha, ela deveria participar da revolução e fazer isso por ela, para que não coubesse, futuramente, à filha a tarefa que a mãe não fez. Na passagem a seguir, percebemos que apesar do temor pela própria vida e dos familiares, ela se convenceu de que não haveria outra alternativa a não ser participar da luta.

Eu já havia lido todos os livros necessários para me convencer de que na Nicarágua não restava outra saída além da luta armada e da revolução. Um livro de George Pullitzer me tornou uma materialista filosófica; Frantz Fanon, em *Os Condenados da Terra*, me aterrorizou com o colonialismo e o neocolonialismo, a realidade do Terceiro Mundo. Eduardo Galeano, com seu livro *Veias abertas Da América Latina*, revelou-me a história triste e sangrenta da minha região do mundo, os resultados nefastos da Doutrina Monroe, a política do Grande Garrote e a Aliança para o Progresso. Além disso, havia lido Marcuse, Chomsky, Ernest Fisher, Che. Eu me convertera ao socialismo. Unir-me ao sandinismo era, porém, proposta muito arriscada. Significava colocar minha vida na linha de fogo. Tinha dúvidas: se a teoria do foco guerrilheiro só havia funcionado em Cuba; de que tipo de sistema se tratava – o modelo soviético restringia excessivamente, em minha opinião, a liberdade individual; como faríamos a revolução sem proletariado [...] (Belli, 2002, p. 64)

Já no excerto abaixo, pode-se perceber que, apesar de seu engajamento político, Belli ainda lutava contra a “culpa de classe”, advinda de sua origem na elite abastada e os privilégios de que esta gozava. A paisagem da cidade, com seus ônibus desconjuntados, apinhados de pessoas pobres, atua como espelho da precariedade de todo um povo, o que irá despertar a ideia de que o destino sofrido de sua gente importava mais que a família, ao ponto de ela se dispor a participar da luta armada para remediá-lo:

No caminho para casa senti náuseas. Passei pelos bairros pobres, vi os ônibus desconjuntados recolhendo passageiros que se amontoavam nas portas e que iam pendurados quando o veículo se colocava em marcha. Dentro de minha angústia surgiu repentinamente uma sensação de alívio, quase de alegria. Foi como se de repente a culpa por meus privilégios deixasse de pesar em meus ombros. Já não era apenas um transeunte contemplando a miséria dentro do refúgio de um automóvel. Havia-me convertido em cúmplice daqueles que queriam terminar com ela. Demonstraria que me importava com o sofrimento das pessoas de minha cidade fazendo algo para remediá-lo (Belli, 2002, p. 65).

Durante a luta junto à Frente Sandinista, Belli chegou a conhecer Fidel Castro e até ter um treinamento de guerra com ele. Devido a essas reviravoltas consideradas contraditórias em sua vida, muitas entrevistas com Belli sempre contêm perguntas capciosas. A autora parece já estar acostumada a responder a esse tipo de questionamento, o que para ela não é visto como

uma contradição, mas como ela própria diz, trataram-se de eventos que ocorreram sem sua decisão e que acabaram transformando-a em uma mulher que transcenderia qualquer julgamento pré-concebido ou barreira cultural. Na passagem abaixo, percebe-se, no entanto, a necessidade de conviver com uma incômoda duplicidade que a autora denomina “duas vidas” ou seja, ser uma mulher tradicional, ligada às tarefas domésticas e maternais e simultaneamente ser a mulher independente e atuante no cenário da revolução, que produz uma síntese traduzida no paradoxo de ser, ao mesmo tempo, duas mulheres:

Fui duas mulheres e vivi duas vidas. Uma de minhas mulheres queria fazer tudo segundo os clássicos anais da feminilidade: casar, ter filhos, ser complacente, dócil e bem nutrida. A outra queria os privilégios masculinos: independência, valer-se por si mesma, ter uma vida pública, agitação, amantes. Aprender a balanceá-las e unificar suas forças, para que não me separasse com suas lutas de mordidas e puxões de cabelo, tomou grande parte da minha vida. Creio que ao fim consegui com que ambas coexistam sob a mesma pele. Sem renunciar a ser mulher, creio que consegui também ser homem.

Conciliar minhas duas vidas foi mais complexo. Significou a ruptura geográfica. Colocar meu passado e meu país nos ombros, e me levar não simplesmente para qualquer parte, mas sim para o norte, para a nação na qual se urdiu a rede onde o peixe de minhas fantasias pereceu. Um ano depois que eu e muitos iguais a mim alcançássemos, incrédulos e exultantes, nossos mais ousados sonhos, meu país retornou à guerra, ao massacre (Belli, 2002, p. 16).

Entretanto, em retrospecto, Belli não foge à confrontação com a luta armada, à realidade nua e crua da revolução, tampouco deixa de admitir que seu sonho utópico revelou-se o contrário de todas as suas expectativas, uma vez que trouxe consigo de volta a violência, a polarização social e a fome. O contexto conflituoso do tempo pretérito não a impede de se reconciliar com o país de seus sonhos. Porém, a declaração feita no momento presente da narrativa traz a constatação de que ela mesma se tornou “uma pessoa qualquer”, esposa e mãe convencionais e de que ninguém seria capaz de acreditar que ela fora um dia uma revolucionária. Vivendo em anonimato no país que urdiu sua descrença na luta armada, ela descreve sua condição nostálgica e nem tão alegre de ser “um pássaro que canta em uma gaiola de ouro” referindo-se à opulência do contexto presente, onde seus sonhos foram despedaçados e “a pipa que empinei no ar”, (ou o idealismo jovial) foi arrancada de suas mãos:

Em vez de maná do céu, choveram balas; em vez de cantar em coro, nós, nicaraguenses, nos dividimos; em vez de abundância, houve escassez. Enquanto meu povo escrevia nas paredes *yankee, go home*, eu me apaixonei por um jornalista ianque. Quando da minha revolução só ficaram os ecos e as marcas, o amor, ao qual nunca pude resistir, me levou a assinar um pacto com o amado que me condenava a viver parte do tempo em seu país. Por esse

feitiço mágico, como as princesas dos contos, agora passo parte da minha vida convertida em um pássaro que canta em uma gaiola de ouro e tem saudade do trópico de suas origens. De minha gaiola rodeada de palmeiras e aquecida pelo sol californiano, tento me reconciliar com o país que, como um menino travesso, me arrancou das mãos a pipa que empinei no ar; tento vê-lo através dos olhos do homem que amo. Perdida no anonimato de uma grande cidade nos Estados Unidos, sou mais uma. A mãe que leva sua filha ao *kindergarten* e que organiza *play-dates*. Ninguém suspeita, ao ver-me, que uma vez um tribunal militar me julgou e condenou-me à prisão por ser revolucionária (Belli, 2002, p. 16).

Com seu envolvimento com o Sandinismo, perpassando diferentes áreas do movimento, ora como guerrilheira, ora como escritora crítica ou prestando outros serviços à Frente, não tardaria que seu exílio fosse uma consequência, o que foi e continua sendo parte de sua história. Sua primeira experiência no exílio se deu na capital do México durante o ano de 1975. Sem a presença das filhas e em contato com membros da Frente alocados no país, ela se reconecta ao movimento com seus parceiros sandinistas, principalmente com seu novo *affair*, Marcos, participante de grande importância da Frente, que depois de alguns anos seria assassinado pelos Somozistas e exibido como “troféu de caça” (Belli, 2002, p. 175) nos jornais da Nicarágua. Depois de um mês de exílio no México, Belli foi indiciada pelo Tribunal Militar de seu país. Ela não poderia mais voltar à Nicarágua até que se findasse a ditadura. Foi Marcos quem a convenceu a ir, posteriormente, para a Costa Rica e somar-se à parcela de membros sandinistas exilados no país e, ainda, finalmente, a reencontrar as filhas. Até então, longe da família, no México, a culpa advinda da ausência pulsava dolorosamente no peito de Gioconda como vê-se no excerto a seguir:

Ouvir suas pequenas vozes ao telefone perguntado-me quando voltaria, e sem poder consolar o inocente desconcerto daquelas meninas que não entendiam a ausência da mãe, me provocava náuseas. Meus ossos se afundavam no estômago como um punhal afiado. O ar de meus pulmões ardia. Falava-lhes das crianças pobres precisando de ajuda, soava como uma monja missionária tentando explicar um compromisso que lhe transcende, um amor que obriga à renúncia imediata da família por uma felicidade futura que abarcasse outros. Sabia que ainda não podiam compreender. Algum dia entenderiam, pensava, "Algum dia, meu filho, tudo será diferente", como dizia o poema de Edwin Castro, assassinado pela ditadura. Por desgraça, o consolo dessa esperança estava reservado somente a mim. Para elas a única coisa palpável era a ausência. Você é a minha mamãe do avião?, perguntava Melissa. Maryam, porta-voz involuntária de minha mãe, aumentava minha culpa com seu tom de ressentimento. Minha pobre garotinha escreveu-me uma carta com sua letra infantil na qual dizia que se era verdade que havia meninos pobres no mundo, esses meninos tinham suas mães. Depois de minhas filhas, meu pai colocava-se ao telefone e terminávamos chorando. Minha mãe se dedicava ao prático: perguntar-me se comia, se estava segura, coisas assim (Belli, 2002, p. 165).

Ainda em seu exílio no México, Belli se acostumaria, de certa forma, com a nova vida e veria um lado bom a ser explorado: sua escrita. A poesia foi elemento crucial de consolo e transcendência, servindo como válvula de escape para os registros da memória e para emoções reprimidas. Neles a autora registrou todo o sofrimento pessoal, a saudade das filhas, razão pela qual os compara a “boias onde amarrava minhas lembranças para que a maré não as levasse”. Tais lembranças foram traduzidas e preservadas também em imagens monumentais da paisagem nicaraguense em seus poemas, outro forte referente de sua identidade coletiva, como se vê abaixo:

Paradoxalmente, o exílio geográfico significou o fim do exílio de mim mesma. Fiquei livre de ter de me falsificar para despistar e pude expressar livre mente tudo que estava preso dentro de mim. Nos primeiros três meses no México escrevi o livro de poemas *Linha de fogo*, que ganhou em Cuba o Prêmio Casa das Américas de 1978. Já não precisava ocultar minhas inclinações políticas. Os poemas me vinham de assalto todos os dias. Abertos os diques, emoções que imaginava esquecidas emergiam de minhas profundezas em direção à superfície. Verti saudade em uma torrente de palavras. Meus versos eram as boias onde amarrava minhas lembranças para que a maré não as levasse. Na falta da Nicarágua escrevi suas nuvens monumentais passeando pelo céu azul como uma caravana de leves torres transportadas pelo vento; seus entardeceres, seu cheiro de chuva, o verde. O amor por essa paisagem comprometia-me com meu pequeno país tanto quanto as ideias, a honra, o desejo de liberdade (Belli, 2002, p. 166).

Após seu indiciamento pelo Tribunal Militar no México, Gioconda tem seu primeiro contato no exílio com seu, até então, marido. O rompimento com o pai de suas filhas, como posto adiante, foi um divisor de águas na vida da autora.

Meu marido chegou. Durante três dias quase não saímos do quarto do hotel. Ele resistia em aceitar minha decisão. Viveria na Costa Rica comigo, disse-me, mudaria. Ambos chorávamos muito. Eu sentia que minhas lágrimas se esgotavam. Doía-me fazê-lo sofrer. De nada adiantava que ele mudasse. Fazia muito tempo que já não o amava, que quase não podia acreditar que algum dia o tivesse amado, que fosse o pai de minhas filhas. Eu já não era a mesma. Fugindo dele para não ser consumida por sua tristeza, sua falta de entusiasmo, o temor pavoroso que tinha de viver, acabei virando outro ser. Ele não era má pessoa. Sentia pena de deixá-lo sozinho, por sua própria conta, mas não seria minha compaixão que o salvaria. Oito anos eram muitos dias juntos, contudo. Arrancar as lembranças era também perder o que existia de cada um na soma dos dois. Ainda que a amputação fosse necessária, a dor era intensa. Várias vezes estive a ponto de fraquejar e ceder somente para não mais ver sua angústia, mas fiz das tripas coração. Não havia como prolongar uma morte anunciada. Mantive-me firme, repetindo-lhe vezes sem conta que não podíamos continuar. Quando compreendeu que minha decisão era irrevogável, enfureceu-se. Não me lembro sequer do que me disse, mas vê-lo enfurecer-se me fez perder toda a pena que sentia. A raiva lhe seria mais produtiva, pensei, o ajudaria a reconstruir sua vida, o colocaria em contato com a fúria soterrada que ardia no fogo lento de sua ácida melancolia.

Acompanhei-o ao saguão do hotel. Pegou um táxi, sem se despedir nem sequer voltar a cabeça (Belli, 2002, p. 169).

Alguns meses depois, o exílio no México estaria chegando ao fim, uma vez que detiveram um membro da Frente com uma caderneta que continha os endereços dos companheiros Sandinistas no México. Chegaria também ao fim seu envolvimento romântico com Marcos que, dentre Gioconda e outras mulheres com quem matinha relações amorosas, havia escolhido uma delas para se casar.

Em abril de 1976, Belli chega à Costa Rica. Vivendo na capital, San José, Belli começa sua vida no país com a ajuda do dinheiro enviado pelos pais para viver numa espécie de pensionato religioso. Após conseguir um emprego numa agência de publicidade, Belli estava em posição segura o suficiente para receber as filhas no país de forma confortável. A recepção de Belli na Costa Rica, descrita abaixo, foi calorosa, rodeada de artistas, companheiros e intelectuais, ela tem esse momento como uma de suas lembranças mais felizes.

No mesmo dia em que cheguei a San José, Julio Cortázar apresentou-se no Teatro Nacional. Considerei isso um grande presságio. Era um de meus escritores mais amados. Li Rayuela não sei quantas vezes. O Poeta apelidou-me de Maga pelo muito que me identifiquei com esse personagem. Ali mesmo no teatro encontrei-me com Sérgio Ramírez, um dos contatos que Marcos me indicara, e combinei de visitá-lo em seu escritório na semana seguinte. Sérgio apresentou-me a Julio. Era altíssimo, um menino grande de olhos profundamente azuis, com um marcado sotaque francês misturado ao seu falar de argentino sem pressa. Agradou-me que o homem parecesse com o que escrevia. Gostei de sua humildade, sua falta de pretensões. Pouco podia imaginar então que a vida me prepararia a sorte de conhecer bem de perto este belíssimo ser humano (Belli, 2002, p. 175).

Seu exílio, desde 1975, no México, iria até 1979, na Costa Rica, quando cai a ditadura na Nicarágua. Durante aqueles 5 anos, Belli permaneceu ativa na Frente Sandinista, criaria suas filhas, teria novos romances, e um deles culminaria no seu segundo casamento com o brasileiro Sérgio de Castro, também exilado em países da América Latina após ser preso no Brasil, aos quatorze anos, por ser trotskista.

Tudo aconteceu muito rápido entre Sérgio e a autora, que se conhecem em 1976. Gioconda ainda sofria o luto pela morte de Marcos. No entanto, Sérgio foi adentrando sua vida rapidamente. Ambos tinham convicções políticas em comum, Sérgio também tratava Belli e suas filhas muito bem. Além disso, ela sentia uma certa pressão em arranjar uma figura paterna para suas filhas. Belli acaba por morar com Sérgio por um tempo, e já em 1977 concorda em se casar com ele por sentir a resistência de seu pai pelo fato de ela viver com um homem que não era oficialmente seu marido. Em seu casamento com Sérgio, Gioconda engravidaria de seu

terceiro filho, Camilo, no mesmo ano. À Belli, em 1978, é anunciada a morte do filho em decorrência de um aborto espontâneo em meio a um grande sofrimento de mais de um mês no hospital. No entanto, meio ao caos do hospital público e sua desinformação, ela recebe a notícia de que seu filho conseguiu viver, mesmo durante todos os percalços nesse longo período de incertezas. A dura estadia no hospital e o descaso de Sérgio com seu sofrimento e do filho, fazem com que o encantamento que Gioconda tinha por ele fosse se apagando. Por causa de seus ideais políticos, Sérgio fez questão de que Gioconda e o filho fossem tratados num hospital público, no entanto Belli decide ir para um hospital particular devido ao seu grave quadro. Durante esse período, Sérgio praticamente abandona Gioconda e o filho prematuro na enfermidade. Além de se incomodar cada vez mais com sua forte personalidade e seus traços irredutíveis, outra pessoa fez com que seu segundo casamento chegasse ao fim. Nos primeiros meses após o nascimento do filho e sua insatisfação com Sérgio, Belli conhece Modesto, importante líder da Frente Sandinista - que futuramente seria um dos ministros da Nicarágua no pós ditadura -, com quem criaria fortes laços políticos e românticos e, mais adiante, seria um dos motivos para a sua separação de Sérgio. Em 1979, assim como chega o fim da ditadura somozista na Nicarágua, chega também ao fim o casamento de Gioconda e Sérgio.

De volta a seu país, agora com o governo Sandinista no poder, Belli, além de ter participado ativamente na reconquista do país, ainda era uma participante ferrenha na luta, ajudando a levar ao ar o primeiro jornal televisivo Sandinista. Até o ano de 1979, a autora ainda mantinha um romance conturbado com Modesto.

Com o “leme” nas mãos, Modesto, como um dos principais líderes do governo Sandinista agora em vigor na Nicarágua, dava sinais de que o poder muda as pessoas. A relação entre ele e Gioconda tornava-se cada vez mais conflituosa. Belli sentia-se presa a um relacionamento tóxico, que a fez perder sua individualidade. A dependência emocional, no entanto, fez com que a escritora abandonasse seu trabalho de liderança na redação do jornal televisivo para acompanhar Modesto e se tornar uma espécie de secretária e escrivã do parceiro. Gioconda sabia que o relacionamento não era saudável, mas o apego emocional e, como ela coloca, uma força incontrolável que a fazia exercer um papel submisso em relação a ele fizeram com que essa amarga etapa de sua vida durasse cerca de três anos e que ela se afogasse em depressão depois de um relacionamento tão insatisfatório.

Assim como a relação amorosa entre Belli e Modesto se tornava conturbada, tornava-se igualmente problemático o controle e o poder do governo Sandinista. Belli via os líderes da

Frente Sandinista se perderem em meio ao poder, ora desenvolvendo ações positivas como o processo de alfabetização em massa do país, ora mostrando suas garras com o autoritarismo. Para Belli, como colocado adiante, o paradoxo da revolução, que, em teoria, seria libertadora se tornar, igualmente, um novo modelo opressor se deve ao fato de que o autoritarismo e a força eram a única estratégia de poder conhecida pelos nicaraguenses. Ditadores e revolucionários estariam sob a mesma “maldição” que seria a sedução trazida com o poder.

A ação da Revolução foi se endurecendo paulatinamente. Quando os grupos econômicos poderosos e a ultraesquerda desafiaram as reformas revolucionárias, uns porque afetavam seus interesses, os outros porque queriam fazer mudanças mais radicais, a solução não foi dar voz as suas críticas, mas sim excluí-los e até ocasionalmente prendê-los, em vez de forjar um pacto social, tentamos impor a nova ordem porque supúnhamos que era a única maneira de ser fiel à maioria empobrecida. Na falta de uma tradição democrática, nós também fizemos uso da superioridade de nossa força. Por muito benévolos que nos considerássemos, o autoritarismo era, por desgraça, nossa herança. Eu gostaria de pensar que, com o tempo, a Revolução teria driblado suas próprias tormentas e conseguido encontrar o equilíbrio justo. Lamentavelmente, nunca saberemos que rumo teria tomado o país se nós, nicaraguenses, tivéssemos assumido a plena responsabilidade de nosso destino, sem interferência externa. Em 1981 Ronald Reagan iniciou seu mandato como presidente dos Estados Unidos. "Lamentamos - rezava a plataforma eleitoral - a tomada de poder na Nicarágua pelos sandinistas, assim como as tentativas marxistas para desestabilizar El Salvador, Honduras e Guatemala." (Belli, 2002, p. 332-333).

Em 1984, Belli inicia uma relação com Carlos, apelido dado por ela ao jornalista americano Charles Castaldi, seu futuro terceiro marido. Belli o conheceu ainda em 1983 durante uma visita à Embaixada da Nicarágua nos Estados Unidos. Carlos era um jornalista correspondente dos Estados Unidos na Nicarágua. O romance entre Carlos e Gioconda teve um início conturbado, uma vez que não era bem visto pelos dois lados com os quais o casal estava comprometido. Do lado nicaraguense, suspeitavam que Carlos fosse um agente da CIA disfarçado, colhendo informações sobre a Revolução Sandinista. E do lado americano, não era benquisto que um jornalista tivesse relações com o lado inimigo do governo americano da época. Passando por cima dos preconceitos e das autoridades, Gioconda e Carlos decidem seguir com a relação e viver uma vida juntos. Enquanto Carlos dividia sua vida entre os Estados Unidos e a Nicarágua, Gioconda estava decidida agora a viver de sua escrita. Foi em 1985 que Gioconda descobre estar grávida pela quarta vez. Uma gravidez de risco, haja vista as complicações tidas no duro parto de seu terceiro filho, Camilo. Nesse episódio da gravidez, por

conta do quadro de risco em que se encontrava, Gioconda vê dois paralelos entre dois países tão diferentes como os Estados Unidos e a Nicarágua. Nos Estados Unidos, todo o aparato necessário para que a gravidez fosse adiante e o bebê nascesse com vida, ao contrário dos precários hospitais públicos de sua terceira gravidez. No entanto, toda essa tranquilidade de uma gravidez segura tinha um preço: pagar taxas e mais taxas de hospitais e ter um seguro de saúde que cobrisse todos os gastos, o que não estava dentro de sua realidade. Gioconda volta à Nicarágua com a dualidade tão perversa de ver seu futuro e do filho nas mãos das políticas de governos tão distintos, em que ambos não satisfaziam suas necessidades como mãe e cidadã. O resultado é a perda do bebê.

Em 1986, Gioconda e Carlos selam, então, a relação em matrimônio, por meio do pedido de casamento da própria Gioconda. Alguns anos depois, em 1993, nasceria a primeira filha do casal e quarta de Gioconda, Adriana, nos Estados Unidos. Belli descreve sua relação com Carlos como sendo diferente de todas em que viveu anteriormente. Era leve, não havia mais o sentimento de submissão ou de uma entrega inconsequente. Ela estava mais madura e, assim, também foi sua relação, a qual ela considera a mais saudável de todas, tanto que permanecem juntos até o presente momento em que se escreve esta dissertação.

Já em 1990, com as eleições democráticas na Nicarágua, estaria chegando mais uma despedida de Gioconda de seu amado país. Os Sandinistas perdem a eleição, e Belli decide mudar-se para os Estados Unidos e recomeçar uma nova vida. Foi com imensa tristeza que Belli recebeu a notícia da perda da eleição pelo seu partido, no entanto, ela entendia que os anos de incerteza e instabilidade política, em que, para ela, o Sandinismo teve seus erros e acertos, os resultados democráticos eram mais importantes do que seu favoritismo político, como descrito na passagem abaixo.

Jamais se viu tanto civismo na Nicarágua, um país onde o forte jamais aceitou a vontade do fraco a não ser por tiros. Nenhum nicaraguense tinha a experiência de uma transferência de poder através das eleições, e por si só isso já era uma vitória sandinista. Que a FSNL, após ter sido acusada de comunista, autoritária, absolutista, entregara o poder, contando com o exército, a organização popular e 42% dos votos, foi um ato de enorme transcendência para a vida democrática do país.” (Belli, 2002, p. 363).

Os anos seguintes nos Estados Unidos, morando em Washington, foram para Belli como um exílio. Ela continuava visitando a Nicarágua cerca de três vezes ao ano, mas a sensação da falta de pertencimento no novo país a consumia, levando-a a um quadro depressivo. Sua salvação e “forma de cura” foram a escrita e a vida de mãe, que agora exerceria de forma plena, haja vista sua ausência em boa parte da infância das duas primeiras filhas em decorrência de

suas funções na Frente Sandinista. “Para mim esta dispersão social, esta ausência de comunidade, de sentido coletivo, foi como um exílio dentro do outro. [...] Foi esse exílio, o exílio da intimidade coletiva, a falta de sentido de pertencer, de um propósito comum, o que resultou mais difícil para mim.” (Belli, 2002, p. 369-370). Apenas mais tarde, mudando-se para Los Angeles, o clima californiano e as pessoas com uma personalidade mais calorosa seriam uma espécie de conforto para Gioconda, que até hoje relata a sensação de ser uma “cidadã sem lar”, que sente falta da terra mãe, seu verdadeiro lugar no mundo.

A situação de Belli, que até hoje mora nos Estados Unidos, na impossibilidade de retornar à Nicarágua pela tensa situação política atual, parece confirmar a hipótese de que seu gosto pela escrita utópica é uma forma de ela criar e recriar sua terra natal. É uma forma de imaginar como seria seu país com toda a sua geografia, seu povo e sua cultura sem as desgraças geradas pelo caos político. É pela escrita que Gioconda se “nina de volta ao berço” que tanto ama e sente falta.

A situação política atual de Nicarágua é conturbada, governada desde 2006 por Daniel Ortega, líder Sandinista. O governo se torna extremamente autoritário, chegando mesmo a ter como vice-presidente a esposa de Ortega, Rosario Murillo. Belli é uma crítica ferrenha ao governo ditatorial de Ortega. Nas entrevistas, Gioconda é sempre posta “contra a parede”, uma vez que os líderes daquela Frente Sandinista dos anos 1970 são igualmente ditadores como Somoza. No entanto, ela salienta não compactuar com as medidas do atual governo e reforça sua postura crítica em relação a este. Para a escritora, a imagem da postura violenta adotada pelo governo atual remete aos tempos de Somoza. Ao ser indagada se a Revolução Sandinista permaneceu apenas na tentativa, Belli responde que foi pior do que isso:

deu meia-volta até voltar ao início e virar mais uma ditadura. A Nicarágua é o país de Sísifo: estamos sempre tentando escalar a pedra e quando avistamos o topo caímos rolando. Desde a independência de 1821 a história se repete. Na política, o líder geralmente não é o melhor, mas o mais hábil e o mais astuto (Belli, 2020, n.p., tradução nossa).³

Atualmente, Belli dá continuidade ao ativismo, sendo uma voz crítica ao governo da Nicarágua em todos os meios de comunicação. Apesar de todas as suas decepções com o que a luta Sandinista se transformou, Belli não deixa de ser utópica. Para ela (2020, n.p.), ainda é melhor nutrir os sonhos do que não aspirar a nada e contemplar o quão pouco utópica é a

³ No original: Peor: dio la vuelta completa hasta volver al principio y convertirse en otra dictadura. Nicaragua es el país de Sísifo: siempre estamos tratando de subir la piedra y al vislumbrar la cima caemos rodando. Desde la independencia de 1821 se repite la historia. En política, el líder no suele ser el mejor, sino el más hábil y el más astuto.

sociedade em que vivemos. Sempre sonhadora, costuma dizer que ser feliz é uma aspiração tão grande quanto fazer uma revolução. Dessa forma, demonstra não perder a esperança de dias melhores no seu país. Belli usa, principalmente, seu *Instagram* como ferramenta para dar espaço às denúncias feitas contra o governo atual por ela e por demais pessoas. A autora segue escrevendo e mantém seu espírito revolucionário, apesar de suas limitações geográficas e de sua idade. Seu último livro, *El pez rojo que nada en el pecho*, publicado em 2020 pela Visor Libros, é uma coletânea de poemas. Ela também possui um *site*, giocondaelli.org, onde compartilha poemas, notícias, entrevistas e informações importantes sobre sua carreira.

No próximo capítulo, procedo a uma análise do conceito de utopia, bem como sua relação com o movimento feminista até sua manifestação na literatura e nas outras artes como feito por Gioconda Belli na obra que é tema desta dissertação.

CAPÍTULO II

UTOPIA

Declaramos que nossa ideologia é o “felicismo”: fazer com que todos sejam felizes, vivamos com dignidade, com liberdade irrestrita para desenvolver todo o nosso potencial humano e criador, sem que o Estado restrinja nosso direito de pensar, dizer e criticar o que quisermos.

Gioconda Belli, 2011

Neste capítulo, perpasso o conceito de utopia agregando a este os múltiplos sentidos que assume. Apresento ainda um breve panorama do movimento feminista, que é inerentemente utópico e, por fim, elenco exemplos de obras feministas que se edificam por meio da utopia.

Feminismo é utopia

Os movimentos de minoria são utópicos por essência à medida que suas demandas já foram ou ainda são tópicos postos no campo do irreal ou irrealizável. As várias conquistas destes movimentos, que hoje são meros detalhes no nosso cotidiano, um dia já foram sonhos considerados inatingíveis, e, pela luta, saíram desse status para se tornarem evidências de que é preciso nutrir os sonhos no imaginário de uma sociedade.

Duarte (2003) considera que

a vitória do movimento feminista é inquestionável quando se constata que suas bandeiras mais radicais tornaram-se parte integrante da sociedade, como, por exemplo, mulher frequentar universidade, escolher profissão, receber salários iguais, candidatar-se ao que quiser.... Tudo isso, que já foi um absurdo sonho utópico, faz parte de nosso dia a dia e ninguém nem imagina mais um mundo diferente (Duarte, 2003, p.151).

Assim, o movimento feminista, antes mesmo, de ser nomeado como tal, tem seus primeiros passos no pensamento das mulheres que percebiam que as diferenças entre elas e os homens na sociedade iam além das características biológicas, perpassando âmbitos onde não se faziam coerentes ou justificáveis.

Em 1792, Mary Wollstonecraft já acreditava que havia algo errado nos lugares definitivamente distintos ocupados por homens e mulheres, em que, sobretudo, posicionavam

as mulheres muito abaixo de suas capacidades físicas e, principalmente, intelectuais. Para ela, a utopia se iniciaria a partir da educação. Em seu ensaio intitulado *Reivindicação dos direitos da mulher* (2020), a autora, ao diagnosticar os males que afligiam as mulheres de seu tempo, assim apresenta seu protesto:

Revirei vários livros escritos sobre o tema da educação e observei pacientemente a conduta dos pais e da administração das escolas. Mas qual foi o resultado? Uma profunda convicção de que a educação negligenciada de meus semelhantes é a grande fonte da miséria que deploro, e de que as mulheres, em particular, são tornadas fracas e miseráveis por uma variedade de causas concorrentes, originadas de uma conclusão precipitada. A conduta e as maneiras das mulheres evidentemente provam, de fato, que suas mentes não estão em um estado saudável, pois, tal como as flores que são plantadas em um solo muito rico, a força e a utilidade são sacrificadas à beleza, e as folhas exuberantes, depois de terem agradado a um olhar meticuloso, murcham, desprezadas no caule, muito antes da estação em que deveriam ter chegado à maturidade. Uma das causas desse florescimento estéril atribuo a um falso sistema de educação, colhido em livros escritos sobre o assunto por homens que, considerando as mulheres mais como fêmeas do que como criaturas humanas, têm se mostrado mais ansiosos para torná-las amantes atraentes do que esposas afetuosas e mães racionais. A compreensão do sexo tem sido tão distorcida por essa homenagem ilusória que as mulheres civilizadas do presente século, com algumas exceções, estão apenas ansiosas por inspirar o amor, quando deveriam nutrir uma ambição mais nobre e exigir respeito por suas habilidades e virtudes (Wollstonecraft, 2020, p. 13).

A educação, até então, dada às mulheres apenas nutria a falsa retórica de que estas eram um sexo inferior, e, para manter a ordem vigente, era necessário inculcar nelas o ideal da fêmea cuidadora do lar e dos filhos. Para Wollstonecraft (2020), como descrito adiante, o discurso da fragilidade, da feminilidade e suavização da figura feminina conferia à mulher um caráter sub-humano, uma vez que esse papel não permitiria o uso total de suas capacidades intelectuais.

Desejo persuadir as mulheres a se empenhar em adquirir força tanto da mente quanto do corpo, e convencê-las de que as frases suaves, a suscetibilidade do coração, a delicadeza dos sentimentos e do refinamento do gosto são quase sinônimos de epítetos de fraqueza, e aqueles seres que são apenas objetos de piedade e aquela espécie de amor, que por definição, lhe é próximo, logo se tornarão objetos de desprezo (Wollstonecraft, 2020, p. 16).

A luta pelo direito ao voto no século XIX inaugura entre as mulheres de diversos países o que seria, futuramente, um movimento que iria muito além do sufrágio: cresceria, se ramificaria e seria gerador de outros movimentos. Escolher seus representantes significaria um primeiro passo para a mudança na vida das mulheres das classes operárias imersas no sistema

capitalista exploratório, que lhes conferia uma dupla exploração por conta de seu sexo e pelas posições desvalorizadas no mercado de trabalho:

Exploração e controle da vida, das atividades e da sexualidade das mulheres veio a ser a regra, mantida pelos discursos religiosos, filosóficos, econômicos e políticos da Europa no século XIX. A indignação das mulheres aumentou e a idéia de “feminismo” como uma luta de mulheres contra injustiças e por melhoria das suas condições de vida foi se impondo (Fraisse, 1989; Offen, 1988).

O que hoje chamamos de primeira onda feminista foi se formando aos poucos em muitos países da Europa e das Américas, assim como da Austrália, Nova Zelândia, Rússia, Bulgária, Ucrânia, Hungria, Tchecoslováquia, etc. E essa formação deu-se em meio a um processo intenso de lutas, materializadas em associações de mulheres, panfletagens, publicações em jornais, manifestações, greves, congressos, passeatas (Zirbel, 2021, p. 13).

Na América Latina, Duarte (2003) diagnostica uma espécie de antropofagismo no movimento feminista, no sentido de deglutir o movimento europeu e devolvê-lo, adequando-se às demandas locais. Dessa forma, segundo a autora, podemos considerar que a Primeira Onda feminista brasileira surge, igualmente, com a consciência de que as mulheres eram colocadas como seres inferiores e no ponto de partida de que a educação, mais precisamente, o direito à alfabetização seria a primeira medida para conter a desigualdade.

“Bebendo das fontes” de Wollstonecraft, a brasileira Nísia Floresta faz uma espécie de paráfrase de *Reinvindicação dos direitos da mulher* quando escreve seu livro *Direitos das mulheres e injustiça dos homens* (1832), onde semelhantemente afirma que a educação seria a arma de combate dessa luta:

Nísia Floresta identifica na herança cultural portuguesa a origem do preconceito no Brasil e ridiculariza a ideia dominante da superioridade masculina. Homens e mulheres, afirma, “são diferentes no corpo, mas isto não significa diferenças na *alma*”. Ou as desigualdades que resultam em inferioridade “vêm da educação e circunstâncias de vida”, argumenta, antecipando a noção de gênero como uma construção sociocultural. Segundo a autora, os homens se beneficiavam com a opressão feminina, e somente o acesso à educação permitiria às mulheres tomarem consciência de sua condição inferiorizada (Duarte, 2003, p. 153).

No Brasil de 1878, Josefina Álvares já deixava explícito no título de sua peça, “Voto feminino”, que essa demanda estava também no imaginário da mulher brasileira da época. Percorrendo o país, ela fazia palestras e divulgava seu jornal “enquanto lançava uma campanha nacional a favor do sufrágio. Nesta empreitada, conquistou tanto adeptas para suas causas, como “inimigos rancorosos que a perseguiram implacavelmente através da imprensa” (Duarte, 2003, p. 157).

O movimento sufragista, que inaugura a chamada Primeira Onda do feminismo, não seria caracterizado apenas pelo direito ao voto, mas também incluía outros direitos básicos que davam às mulheres pelo menos uma ínfima noção do que seria ter cidadania e dignidade, como vê-se a seguir:

Os temas de discussão e as reivindicações das feministas eram bastante diversos e diziam respeito à autodeterminação sexual, ao acesso a algumas profissões e melhorias das condições de trabalho assalariado, ao acesso à educação formal e a um currículo escolar que não fosse voltado às atividades domésticas, à reforma do direito matrimonial (que subjugava as esposas aos maridos, permitia a expropriação dos bens das mulheres pelos esposos e um tratamento desigual diante do adultério, impossibilitava o divórcio etc.) dentre outros. Muitas feministas também estiveram envolvidas em outros movimentos sociais defendendo causas socialistas ou liberais [...] (Zirbel, 2021, p. 13).

Findada a Segunda Guerra Mundial, concedido o direito ao voto nos principais países do globo, principalmente na Europa, a utopia das mulheres parecia estar se tornando cada vez mais real, porém não concluída. As demandas surgiam e, com elas, veio a Segunda Onda feminista. A Declaração dos Direitos Humanos reconhecia a igualdade entre os sexos, as pautas feministas passavam a ser temas recorrentes em vários aspectos sociais, especialmente por conta do crescimento do número de mulheres trabalhadoras nos períodos que permearam as guerras. Elas agora assumiam trabalhos predominantemente masculinos. *O segundo sexo* de Simone de Beauvoir foi publicado em 1949, auxiliando as mulheres a tomarem consciência da situação de opressão e inferioridade em que viviam. No entanto, historicamente, à medida que um movimento transgressor cresce, também cresce uma força opositora a ele. A estratégia de conter o pensamento feminista, principalmente, fazendo o uso da religião como argumento para que as mulheres desistissem da luta pela igualdade era também arma fundamental contra essa “ameaça” à ordem vigente e aos “bons costumes”. Paralelamente, na história, quando o movimento feminista dava um passo à frente, existia sempre uma força para mantê-lo inerte. Não somente a religião e as instituições, mas também o cenário político dos países influenciava como a intensidade dessas ondas atingiriam a sociedade. Dessa forma:

Em muitos países da África, do Caribe e do sudoeste asiático, lutas por emancipação do jugo colonialista intensificaram-se, resultando na independência de muitos deles. Na década de 1960, os líderes políticos dos Estados Unidos e as parcelas mais racistas e sexistas da população estadunidense foram sacudidas pela luta pelos direitos civis, protagonizada por uma grande parte da sua população (mulheres e negros). Na América Latina, por sua vez, golpes de Estado deram origem a governos militares e ditatoriais (Zirbel, 2021, p. 16).

Com governos ditatoriais na América Latina, a luta das mulheres se tornava algo secundário. Era necessário lutar por um princípio mais abrangente, o direito à liberdade e à dignidade de uma nação. Desta forma, a luta feminista se une aos movimentos de oposição aos regimes ditatoriais, ligando-se, principalmente, aos ideais ligados à esquerda política, assim como começa Gioconda Belli ao se conectar com a Frente Sandinista na Nicarágua. Com a ditadura Somozista, as mulheres e a pauta feminista eram bem-vindas ao movimento opositor, mas nunca se tornariam protagonistas. Os líderes da FSLN (Frente Sandinista de Libertação Nacional) eram em sua maioria homens e não davam muita brecha para que as pautas feministas ganhassem notoriedade. Foi assim que Gioconda Belli e outras mulheres criaram um sub-partido secreto dentro da Frente, o PEE (Partido da Esquerda Erótica), para tentarem inserir discretamente, de alguma forma, as demandas feministas nas ações da Frente.

Tendo como cenário a ditadura, o feminismo latino-americano é caracterizado pela busca de condições materiais e por isso as demandas se voltariam, principalmente, para a luta contra o alto custo de vida, melhoria do transporte público ou criações de creches (Zirbel, 2021). Os anos se passavam, e as demandas materiais, semelhantemente, eram cada vez mais latentes em todo o globo, como vemos a seguir.

Grupos de conscientização e atividades coletivas foram organizados em praticamente todos os continentes a fim de apoiar mulheres e motivá-las a lutar por melhorias de suas condições de vida. As pautas dos grupos foram ricas e diversas: anticolonialismo, luta antirracista, valorização do trabalho doméstico, segurança no trabalho, educação, creches, licença-maternidade, lesbianismo, direitos reprodutivos (acesso a métodos contraceptivos, direito a aborto seguro, lutas contra programas de esterilização compulsória de mulheres negras e pobres), violência doméstica, assédio, estupro, etc (Zirbel, 2021, p. 18).

Ao longo dos anos, a luta feminista ia se encorpando e adquirindo uma “face” mais definida com suas intelectuais. Além disso, o discurso se perpetuava nas artes, na literatura e no cotidiano das mulheres. Ao redor da Europa, espontaneamente, as organizações feministas surgiam para unir formas de extermínio contra a opressão em que viviam. Paralelamente, em outras partes do globo, a luta era mais árdua nos países que sofriam com a exploração das potências imperialistas. Dessa forma, a luta feminista também se liga à luta anticolonial. Com a intensificação das lutas, cada uma moldando-se ao seu contexto, a Organização das Nações Unidas (ONU) definiu 1975 como o “Ano internacional da mulher”, tendo como sede da primeira Conferência Mundial sobre as Mulheres a Cidade do México. “No ano seguinte

estabeleceu-se a Década das Mulheres para enfrentar as profundas desigualdades entre os sexos no campo da educação, da política, dos direitos civis, do acesso ao trabalho, das atividades domésticas” (Zirbel, 2021, p. 18).

A Segunda Onda, já como um movimento mais consolidado, se caracterizou pela busca de conquistas mais complexas. As demandas das mulheres, então, não eram homogêneas, já que seus contextos de vivência, apesar de igualmente marcados pela opressão masculina, eram diversos. Dessa forma, haveria uma meta em comum: acabar com a opressão. No entanto, dentro dessa meta, as “submetas” se ramificariam em algumas pautas-chave como a liberdade do corpo e sexual, direito ao aborto seguro, equidade salarial ou direito ao estudo. Com essa diversidade, surgiu também o seccionamento do movimento feminista. Entre feministas radicais, feministas liberais, feministas marxistas, feministas lésbicas e outras, as mulheres se dividiam em busca das demandas pretendidas, e cada um desses grupos acreditava que a tal opressão era gerada por diversos fatores sociais.

As feministas marxistas e socialistas acreditavam que o sistema capitalista exploratório era o principal fator gerador da opressão, “implicando a sua subordinação dentro da família e a exploração tripla de suas capacidades: na reprodução de seres humanos, nas atividades domésticas e na força do trabalho” (Zirbel, 2021, p. 20). Já para as feministas radicais, as mulheres eram oprimidas por causa de seu sexo. Também acreditavam que um *modus operandi* global denominado “patriarcado” seria responsável por manter as mulheres nas diversas situações de submissão em que viviam. Anos depois, as feministas negras passaram a trabalhar com o conceito de “interseccionalidade”, advogando que raça e etnicidade eram vetores de exclusão e cominação, especialmente dos corpos das mulheres negras e latino-americanas, fator esse que as distanciou das mulheres brancas do feminismo *mainstream*. O célebre Coletivo de Combahee River, ocorrido em 1974, argumentava que “a libertação das mulheres negras implicaria a liberdade de todas as pessoas, uma vez que exigia o fim do racismo, do sexismo e da opressão de classe” (Zirbel, 2021, p. 20).

Tendo em vista que os desdobramentos da Segunda Onda fazem com que o movimento feminista não seja um levante de uma só face, a interseccionalidade passa a ser uma característica que acompanha o movimento deste período em diante, conseqüentemente, a Terceira Onda passa a ser, igualmente, multifacetada.

Por volta dos anos 1980, tudo parecia estar dando muito certo para as mulheres. Muitos acreditavam que a luta feminista estava concluída, já que as mulheres dessa época já colhiam

os frutos alcançados pela luta de suas ancestrais. “O ensaio de Rebecca Walker (1992), no entanto, documentava o sexismo persistente do início dos anos 1990 e convocava as jovens a se unirem à luta feminista. Nesse sentido, ela invocava uma Terceira Onda [...]” (Zirbel, 2021, p. 21). A partir desse chamado, as décadas seguintes e, para alguns teóricos, até os dias atuais foram definidos como a Terceira Onda do movimento feminista. Desde então, o debate que faz uma autocrítica do movimento se torna mais caloroso. “Quem o feminismo, até então, pregado alcançava?”, “As mulheres de minorias raciais eram contempladas com os avanços alcançados?”. Esses eram e ainda são tópicos frequentes incluídos nas pautas feministas atuais. Além desses grupos, o pensamento se volta à tentativa de incluir a maior diversidade de mulheres. Supera-se a categoria política tradicional “mulher”, para privilegiar a categoria mais ampla e inclusiva “mulheres”, a fim de contemplar suas diferenças e a pluralidade de suas experiências. Dessa forma, pensa-se num feminismo que incluía mulheres trans, PCDs, indígenas ou marginalizadas, mulheres essas que ficaram fora do holofote das grandes mídias, que também pelo seu valor mercadológico reduzia a luta feminista à imagem da mulher branca.

A Terceira Onda do movimento feminista se empenhou em revisar os esquemas teóricos e obras criativas elaborados originalmente por homens nas diversas áreas do conhecimento e, em especial, na literatura. Várias escritoras passaram inclusive a rever os grandes clássicos da literatura, reconstruindo suas tramas sob o ponto de vista inusitado das mulheres, a exemplo de Valerie Martin, que reescreveu *O médico e o monstro*, de Robert Louis Stevenson, sob a perspectiva da camareira; e Jean Rhys, escritora martinicana que, em seu romance *Vasto Mar de Sargaços*, reescreve o clássico de Jane Austen, intitulado *Jane Eyre*, escrito sob o ponto de vista da louca do sótão. O revisionismo literário resultou em críticas contundentes à tradição literária. Também o gênero utópico/distópico feminista se torna popular, com destaque para as ficções científicas feministas, amplamente explorado por escritoras como Margaret Atwood, Octavia Butler, Ursula Le Guin, entre muitas outras.

Após trabalharem por décadas com os conceitos de opressão e patriarcado, as teóricas feministas viram-se diante da necessidade de construir modelos mais sofisticados de análise sobre as mulheres. Surge então a categoria “gênero”, entendida como a construção social do sexo, o tema mais frequente das análises feministas na contemporaneidade.

Além das pautas novas, as pautas antigas como acesso à educação, direito ao aborto seguro, divórcio e mobilidade ainda continuam recorrentes nas demandas e análises da Terceira Onda. Apesar das conquistas, as formas de opressão vão se “sofisticando” ao longo do tempo e

se camuflando nas práticas sociais. Deste modo, assuntos como feminicídio, misoginia, violência psicológica, assédio nos diversos ambientes ou privilégios masculinos são incorporados ao debate da nova onda. Com o advento da internet e das redes sociais, a luta também ganha corpo e espaço nas campanhas virtuais como o movimento de denúncias de assédio “*Me too*”, iniciado nos Estados Unidos ou a campanha contra o assédio “Não é não”, no Brasil.

No contexto latino-americano, destaca-se o movimento “Nenhuma a menos” contra o feminicídio e a violência sexual. No dia 03 de junho de 2015, sob a bandeira com o nome do protesto, oitenta cidades argentinas manifestaram o repúdio contra tais violências. As manifestações inspiraram outros países como Uruguai, Nicarágua, Chile, Brasil e Equador, além de tomarem forma em alguns países da Europa (Zirbel, 2021).

Como as ondas são movimentos espontâneos, não há uma marcação precisa de quando uma onda começa como podemos observar no excerto que segue. Elas são divididas pelas suas características mais marcantes e pelas pautas que se destacam mais entre os grupos. Alguns teóricos afirmam que já estaríamos vivendo uma Quarta onda do feminismo.

Ao invés de pensar o que ocorria nos grupos de mulheres (feministas ou não) do final do século XX como uma terceira onda do feminismo, podemos pensar esse fenômeno como formativo da terceira onda, que surge uma ou duas décadas depois na forma de grandes mobilizações transnacionais. Esta é a visão de feministas como Cinzia Arruzza (2019), Barbara Molony e Jennifer Nelson (2017), com as quais também me alinho. Apesar de Walker ter reivindicado fazer parte de uma terceira onda feminista em seu país, no início da década de 1990, podemos pensar que este era o seu desejo, mas a onda ainda não estava formada, vindo a formar-se apenas décadas mais tarde. Se usarmos o critério das "manifestações em massa" para tipificar uma onda, isso fica ainda mais evidente, inclusive para os Estados Unidos.

Em uma escala mais global, a segunda onda pode ser pensada como estendendo-se por um longo período (de 1940 até o início do século XXI), assim como ocorrera com a primeira. Talvez seu ponto mais visível tenha sido as manifestações de rua das décadas de 1960 e 1970, em determinados países, mas ela seguiu refletindo no campo das artes, na formação de centros de pesquisa sobre a condição das mulheres, em milhares de publicações, no ingresso de feministas em variadas instâncias de poder, na mudança de leis e costumes, no amadurecimento de discussões e teorias etc (Zirbel, 2021, p. 22-23).

Nesse contexto, a obra *O país das mulheres* (Belli, 2011) constitui um manifesto da Terceira Onda feminista, uma vez que cria dentro da narrativa uma espécie de manual que põe em prática as medidas para que, dentro de um determinado universo, que muito se assemelha àquele dos países latino-americanos, a igualdade de gênero fosse alcançada. No entanto, há

também no texto uma espécie de homenagem a todo o movimento feminista, uma vez que podemos ver na trama um pouco de cada onda e dos seccionamentos do feminismo representados pelas próprias mulheres que se unem em prol de um governo feminista. O fato de o livro perpassar pela biologia, pelo âmbito político, pelas mudanças nas condições materiais, mudanças na linguagem, radicalismo ou etnia traduzem como o movimento feminista é diverso e multifacetado, mas, no fim, unido em busca de uma utopia comum: a igualdade de gênero e o bem estar das mulheres.

Na próxima seção, discorro mais a fundo sobre a origem do termo utopia, que surge na literatura e se expande para outros assuntos. Explicito, portanto, como a definição de utopia se torna um termo guarda-chuva, abarcando ideias mais além do que a invenção de um lugar ou sociedade ideal em uma única obra literária (a utopia de Thomas Moore) para, então, voltar ao início do ciclo, em que a utopia é explorada na literatura, assim como em sua origem, mas dentro de uma perspectiva seccionada nas pautas feministas.

Do “não-lugar” a vários lugares

Ao termo utopia, atribui-se a autoria a Thomas More, como postula a definição de Claeys (1999) e outros autores na introdução deste trabalho. Na etimologia da palavra, utopia significa “não lugar”. A Utopia de More apresentava a ilha homônima onde imperava a justiça e a igualdade entre a população. O termo, então, expande-se, torna-se mais complexo ao adquirir diferentes significados e ao referir-se a distintos contextos. Segundo o dicionário *Oxford Languages*, a palavra possui os seguintes significados:

1. lugar ou estado ideal, de completa felicidade e harmonia entre os indivíduos.
2. qualquer descrição imaginativa de uma sociedade ideal, fundamentada em leis justas e em instituições político-econômicas verdadeiramente comprometidas com o bem-estar da coletividade (Oxford, 2022).

Além disso, o dicionário sugere como termos semelhantes: quimera, absurdo, aparência, devaneio, fábula, fabulação, fantasia, fantasma, fantasmagoria, faz de conta, ficção, ilusão, imaginação, invenção, lenda, mito, sonho, visão, desatino e mentira. É fato que os termos sugeridos pelo dicionário se conectam muito mais ao sentido da literatura, uma vez que associam a palavra utopia a conceitos relativos à imaginação e à fantasia. No entanto, a palavra adquire outras proporções e começa a ser pensada como aspecto fundamental nos diversos

discursos ideológicos, independentemente dos vieses aos quais esses discursos se inclinam. Deste modo, o conceito de utopia, que nasce na literatura, se entrelaça a questões político-ideológicas do cotidiano, uma vez que a palavra se relaciona a uma agenda de reais grupos políticos e minoritários. Como destacado na introdução deste trabalho, Angela Davis - intelectual estadunidense de renome na atualidade, com suas teorias fundamentadas nos pilares de gênero, raça e classe -, admite que a utopia deve ser parte do pensamento político, uma vez que é por meio do pensamento utópico que se dá a organização das lutas no sentido de uma concretização dos objetivos de um grupo.

Mesmo que a definição do verbete remeta a um “não lugar”, o termo utopia se ramifica, como posto, na definição de um sonho em comum de determinado movimento, ideologia ou sociedade como um todo, mas também se materializa na literatura ou até mesmo na vida real. A título de exemplo, podemos citar comunidades que se criaram em torno de um ideal comum para estabelecerem novos acordos ou estilos de vida. A utopia criada pelo líder religioso Osho nos Estados Unidos em meados de 1981, a comunidade menonita, retratada no filme “Entre mulheres” (2023), a cidade operária de Fordlândia no Pará, criada pelo dono da marca automobilística Henry Ford em 1927, ou mesmo a comunidade *Fruitlands*, em Harvard, fundada por Amos Bronson Alcott em 1843, são alguns exemplos de tentativas de criação de comunidades utópicas na vida real. Tendo isso em vista, procederei agora à explicitação de como a terminologia de “não lugar” tomou forma em diferentes universos na literatura, mais especificamente no gênero literário das utopias feministas.

Considerações sobre o gênero utópico feminista

Esta seção tem como objetivo traçar, sob uma abordagem cronológica, como a utopia se torna um recurso estratégico na escrita literária feminista, bem como trazer exemplos de utopias feministas que se assemelham à narrativa tema desta dissertação.

Virginia Woolf, em seus famosos ensaios intitulados *Um teto todo seu* (2019) e *Profissões para mulheres* (2019), discorre sobre o lugar social ocupado pela mulher escritora e como essa posição é capaz de elucidar tanto a capacidade de escrita das mulheres quanto retratá-las verdadeiramente, fora de uma visão masculina. A tarefa incessante de “matar a mosca” e “o anjo do lar” (ou as regras sociais que constroem a liberdade de escrita da mulher escritora), descrita por Woolf, parece ter sido alcançada hoje pelas escritoras mulheres que conseguiram não apenas se expressar sem constrangimentos na escrita, mas também traçar novos rumos para

a literatura até então majoritariamente produzida por homens. Com o desenvolvimento e consolidação da escrita das mulheres, principalmente em seu cunho social e político, cresce no século XX a tendência a construções narrativas críticas em relação às questões políticas e de gênero, cujos enredos exporiam a dominação masculina sobre as mulheres, problematizariam o machismo em suas diversas manifestações e contariam com a presença de personagens femininas fortes e subversivas. Com isso, como pontuam Funck (1998) e DuPlessis (1985): a narrativa utópica seria uma das diversas táticas de escrita que contariam o “depois do fim” das histórias tradicionais criadas pelos homens. Os textos utópicos operariam a ruptura de certos gêneros narrativos tradicionais, despertando assim a consciência acerca das mulheres. Esse tipo de escrita descarta o fechamento narrativo do tipo casamento/morte; constrói a trama de uma busca, em lugar da trama de amor; contrasta a protagonista coletiva com a protagonista individual, e utiliza gêneros tais como a ficção científica, a fantasia e a utopia.

Para Pasold (1999), a utopia seria uma forma literária que descreveria “um mundo perfeitamente organizado e feliz do ponto de vista do autor; em um lugar e/ou tempo imaginário” (p. 18-19).⁴

O recurso à utopia como construção narrativa foi e ainda é uma forma de se discutirem novos modos de organização social, bem como refletir sobre as próprias formas de organização vigentes no contexto de inserção da obra. Cranny Francis pontua que a ficção genérica feminista:

não é simplesmente ficção genérica masculina com heroínas femininas contando histórias sobre opressão [...]. Ficção genérica feminista é uma revisão radical de textos de gêneros conservadores, a qual avalia criticamente a importância ideológica de convenções textuais e da ficção como prática discursiva (Cranny-Francis, 1990, p. 9-10, *apud* Funck, 1998, p. 14, tradução nossa).⁵

Deste modo, ao criar universos onde novas organizações políticas e sociais são possíveis, onde conceitos como ciência, biologia, cronologia, maternidade e gênero não precisam seguir seu curso “natural”, as escritoras utópicas têm a possibilidade de ampliar esse leque de revisões que a ficção genérica feminista se propôs a fazer.

O romance *O país das mulheres* (2011), além de se enquadrar no conceito de utopia proposto por Claeys (1999) apresentado no início da fundamentação teórica deste trabalho,

⁴ No original: that literary piece which describes a perfectly organized and happy world from the point of view of the author, in an imaginary place and/or time.

⁵ No original: is not simply masculinist generic fiction with female heroes telling stories of oppression (...) Feminist generic fiction is a radical revision of conservative genre text, which critically evaluates the ideological significance of textual conventions of fiction as a discursive practice.

também se adéqua ao campo pesquisado por Funck (1998) como uma utopia feminista, uma vez que o enredo nos apresenta um país fictício onde se instauram formas de organização social e política inusitadas, cuja finalidade é construir uma nação guiada por um governo feminista, composto apenas por mulheres, que repararia a desigualdade de gênero e a opressão sobre estas.

Para Funck (1993), as utopias feministas devem ser analisadas de forma não apenas a considerar-se o lado fantasioso, mas também como se dá o despertar da consciência das mulheres para novas formas de mudança de si mesmas. As utopias de mulheres põem em xeque não somente os já existentes arranjos políticos, o senso comum, os mitos e estereótipos acerca da mulher, mas muitas vezes propõem sociedades inéditas, em que a condição das mulheres é invertida e empoderada e universos radicalmente inversos são imaginados, nos quais as mulheres adquirem poder, são independentes dos homens e vivem em harmonia com a natureza. Sobretudo, essas narrativas imaginam universos nos quais as mulheres alcançam a felicidade plena.

Ao analisar as características de narrativas utópicas feministas, Funck (1993; 1998) escolhe aquelas que datam os entornos dos anos de 1970 e constata nelas algumas tendências na construção desses universos imaginados, tendências essas que se enquadrariam num percurso que iria desde “a negação da maternidade enquanto predisposição ‘natural da mulher’, até um mundo ecofeminista só de mulheres, onde o poder feminino reside exatamente na identificação da mulher com a ‘mãe-natureza’.” (Funck, 1993, p. 38). Em geral, tais narrativas são situadas em novos planetas ou ilhas contextualizados em períodos de tempo deslocados, nos quais a constituição biológica das personagens não segue a distinção dicotômica mulher/homem ou a reprodução e nascimento de novos indivíduos não ocorrem da forma como conhecemos.

Diferentemente desse estilo predominante nos anos 1970, a narrativa *O país das mulheres* não constrói a utopia a partir do deslocamento radical de elementos temporais e espaciais. Toda a trama se desenvolve em um tempo não definido em um pequeno país fictício localizado na América do Sul chamado Fáguas, em que um vulcão entra em erupção, liberando substâncias tóxicas que diminuem a testosterona dos homens. Tal fato motiva um grupo de moradoras a criar um partido, o PEE - Partido da Esquerda Erótica, integralmente composto por mulheres que se propõem a concorrer à presidência da república.

As próximas seções trazem um panorama cronológico da escrita de utopias feministas, perpassando a primeira escrita utópica de que se tem notícia até uma das obras cinematográficas mais recentes, que de forma semelhante se apodera da utopia para tecer uma crítica feminista.

O sonho de Sultana: uma mulher dorme e sonha a primeira utopia

A Charlotte Perkins Gilman é muitas vezes atribuído o título de primeira escritora de utopia feminista, com seu romance *Herland*. Entretanto, no ano de 1905, a indiana Rokeya Sakhawat Hossain é a primeira mulher a materializar uma utopia em palavras com o pequeno, mas super potente, conto intitulado *O sonho de Sultana*. Hossain é um exemplo de escritora que afastou a utopia do seu lugar inatingível. A autora foi responsável por criar a primeira escola islâmica para moças em Bhagalpur, que, posteriormente, teve sua sede transferida para Calcutá. A escola existe até hoje e é comandada pelo governo estadual de Bengala Ocidental.

Em um dia, ao pegar no sono, Sultana, uma mulher de Calcutá, é transportada para Ladyland, uma terra comandada por mulheres, em que os homens são meros coadjuvantes.

As mulheres de Ladyland conseguem chegar ao poder depois de um conflito extinguir boa parte dos homens e deixar à rainha do império a decisão a ser tomada para o que seria o último conflito contra as terras adversárias. Depois de uma reunião entre as mulheres, decide-se que a melhor forma de vencer o último conflito seria o uso do cérebro e não da força. Postos todos os homens que restaram nas *mardanas* (lugar da casa reservado aos homens), as mulheres partem para a disputa apenas com uma engenhosidade construída em uma das duas universidades exclusiva de mulheres, um mecanismo capaz de armazenar a luz solar, que ao ser liberada contra os homens do exército adversário foi o bastante para serem todos queimados e mortos. Com a paz finalmente restaurada no país, essas mulheres decidem que o melhor lugar para os homens seria nas *mardanas*, assim como eles faziam com as mulheres indianas que seguiam a prática do *pardah*⁶ nas *zenanas* (cômodo da casa destinado às mulheres). Em seu sonho, Sultana é guiada por uma mulher que ela chama de Irmã Sara, e, ao indagar Irmã Sara o porquê da escolha de deixar os homens nas *mardanas*, ela dá uma resposta inusitada:

- Onde estão os homens? — perguntei-lhe.
- Nos seus devidos lugares, onde eles devem estar.
- Diga-me o que quer dizer por “*seus devidos lugares*”.

⁶ “uma palavra hindi que significa “cortina” e refere-se a uma prática de algumas culturas (hindu e muçulmana) de evitar que as mulheres sejam vistas por homens que não sejam seus parentes e de exigir que elas cubram seus corpos e escondam suas formas (FONSECA *et al*, 2019, p. 4).

— Ó, que falha a minha, você não pode saber os nossos costumes, já que você nunca esteve aqui antes. Nós isolamos os homens dentro de casa.

— Assim como nós somos mantidas na *Zenana*?

— Exatamente.

— Que engraçado! — dei uma gargalhada. Irmã Sara também riu.

— Mas... cara Sultana, quão injusto é isolamos as mulheres inofensivas e deixar os homens soltos.

— Por quê? Não é seguro para nós sairmos da *Zenana*, já que somos naturalmente fracas.

— Sim, não é seguro desde que haja homens nas ruas, assim como também não é seguro quando um animal selvagem adentra o mercado público.

— Claro que não.

— Imagine que alguns lunáticos fujam do hospício e comecem a fazer todo tipo de maldades a homens, a cavalos e a outras criaturas. Nesse caso, o que seus conterrâneos fariam?

— Eles tentariam capturá-los e colocá-los de volta no hospício.

— Obrigada! E você acha que é sábio manter pessoas sãs presas nos hospícios, enquanto as loucas ficam soltas?

— Claro que não! — disse, rindo discretamente.

— Na verdade, isso é feito no seu país! Os homens, que fazem, ou ao menos são capazes de fazer, todo tipo de maldade, ficam soltos e as inocentes mulheres ficam presas na *Zenana*! Como você pode deixar esses homens indomados soltos por aí?

— Nós não temos voz nem vez na administração de nossas questões sociais. Na Índia, o homem é senhor e mestre, ele tomou para si todos os poderes e privilégios e trancafiou as mulheres na *Zenana*.

— Por que vocês se permitem serem trancafiadas?

— Porque não pode ser evitado, já que eles são mais fortes do que as mulheres.

— O leão é mais forte do que o homem, mas isso não o capacita para dominar a raça humana. Você negligenciou o seu dever para consigo mesma e perdeu os seus direitos inatos ao fechar seus olhos para seus próprios interesses.

— Mas, minha Cara Irmã Sara, se nós fizermos tudo sozinhas, então o que os homens irão fazer?

— Eles não farão nada, isto é, eles não servem para nada. Apenas pegue-os e coloque-os na *Zenana*.

— Mas seria muito fácil pegá-los e colocá-los entre quatro paredes? — eu disse. — E mesmo que isso fosse feito, todos os seus negócios – políticos e comerciais – também iriam para dentro da *Zenana*?

Irmã Sara não respondeu. Ela apenas sorriu carinhosamente. Talvez ela achasse inútil discutir com alguém cuja visão estreita de mundo se assemelhava a de um sapo dentro de uma cacimba (Hossain, 2019, p. 5-6).

Assim como Belli, em *O país das mulheres*, e Perkins, em *Herland*, Hossain posiciona as mulheres em um patamar intelectual superior. A conclusão a que as mulheres das três narrativas chegam sobre como os homens seriam seres tolos e egocêntricos é sempre uma constatação tão óbvia que se faz presente em um tom que chega a ser jocoso em todas histórias, as quais não se cansam de satirizar o “cérebro limitado” que os homens, supostamente, teriam. A maneira como esse tipo de narrativa coloca a violência e o poder de dominação masculinos

sempre como uma condição de inferioridade intelectual, os rebaixa, praticamente, à categoria de animais.

A noção de que uma terra comandada por mulheres seria uma terra paradisíaca em total harmonia com a natureza começa aqui em *O sonho de Sultana*. Ladyland é uma terra em que não haveria a crueldade com nenhum ser criado por Deus, o chão seria confundido por Sultana com uma “almofada de veludo. Sentindo-me como se estivesse andando sobre um tapete macio, olhei para baixo e vi o caminho coberto de musgos e flores” (Hossain, 2019, p 4), o clima era sempre perfeito e sem chuvas, já que as mulheres da universidade também desenvolveram uma tecnologia para controlar a água das nuvens e usá-la somente na quantidade necessária. É claro também que nessa terra dos sonhos não haveria violência ou mentira. A religião dessas mulheres se baseava no amor e na verdade, e quem fizesse algo contra a manutenção desses dois pilares era expulso do território. Aqui, no entanto, a maternidade não é um aspecto santificado ou de principal importância. Como há uma inversão dos papéis, cabia aos homens das *zenanas* o serviço que era anteriormente designado às mulheres:

— Como minhas amigas ficarão maravilhadas, quando eu voltar para casa e contar-lhes que na longínqua Ladylândia, as mulheres governam o país e controlam todas as questões sociais, enquanto os homens são mantidos nas *Mardanas* para que cuidem dos bebês, cozinhem e façam todos os tipos de trabalhos domésticos; e cozinhar é algo tão fácil que é simplesmente um prazer cozinhar! (Hossain, 2019, p. 10).

Apesar de não chegar a fundo nos aspectos de reprodução, divisão do trabalho, hierarquias e socialização, o *Sonho da Sultana* é, definitivamente, um primeiro ensaio do que seriam as experimentações mais tarde feitas nas utopias de mulheres. A ideia de que a primeira utopia se constrói dentro de um sonho literal de uma mulher, isso é, no ato de dormir, se torna um primeiro presságio significativo e belo do que estaria por vir nas utopias de um cochilo, nas utopias das palavras, nas utopias de um discurso social e nas utopias propriamente concretizadas. Perceber que esse primeiro suspiro onírico seria mais tarde concretizado no mundo real com as diversas conquistas das mulheres nos inspira a escavar mais o ramo da utopia e não descartar a importância desse gênero como uma das sementes de esperança naturais do ser humano.

O país das mulheres e Terra de mulheres: uma análise comparativa

Nesta seção, realizo uma análise comparativa entre o romance utópico de Belli e aquele escrito por Charlotte Perkins Gilman em 1915, *Terra de mulheres*, considerado como o primeiro romance de utopia feminista na literatura.⁷

Apesar de a autoria datar o início do século XX, *Terra de Mulheres (Herland)* compartilha muitas semelhanças com *O país das mulheres*. Na obra de Perkins, três homens, em uma expedição, descobrem um país secreto que é habitado apenas por mulheres. Ao entrar em contato com a nova sociedade, os homens encontram novas formas de organização social e política, meios de subsistência e até mudanças nos modos naturais de reprodução humana. *Terra de mulheres* possui fortemente o caráter de inserção da ficção científica para construir uma sociedade que se constitua fora da lógica “natural”, contrastante a vários aspectos e padrões da sociedade ocidental, para que seja tecida uma utopia crítica do mundo que já conhecemos.

Na narrativa, após desventuras como guerras e doenças que extinguíram os homens daquela porção de terra que era isolada pela altura e, praticamente, inalcançável devido às formações rochosas causadas também por um vulcão - elemento simbólico no *País das mulheres* -, uma das integrantes da pequena população de mulheres restantes desenvolveu a capacidade de reprodução assexuada, gerando, assim, apenas descendentes do sexo feminino. Ao longo dos anos, o grupo de mulheres que descendiam de uma mãe matriz se tornou uma comunidade grande e desenvolvida que construiu um país integralmente harmônico.

No mundo imaginado por Perkins, o aspecto provavelmente mais intrigante é a ausência de sexualidade e desejo sexual entre as mulheres. Como estas são descendentes de uma mesma mãe, a relação afetiva entre elas é totalmente dada por meio da maternidade e sororidade. Todas elas são irmãs umas das outras e mães das bebês e crianças. Elas são plenamente satisfeitas em cuidar umas das outras e esse é o maior anseio e também satisfação que elas podem sentir. Esta configuração, paradoxalmente, se afasta e se aproxima do país imaginado por Gioconda Belli, uma vez que a ideia da maternidade como um modelo superior é compartilhada em ambas as

⁷ A análise comparativa entre essas duas obras também é feita no trabalho *O papel das mulheres na utopia: Herland, de Charlotte Perkins Gilman, e El país de las mujeres, de Gioconda Belli*. Renascimento FERNANDES, L. B.; OLIVEIRA, S. A.; RIBEIRO, A. C. R. Revista Morus – Utopia e v. 12, p. 261-278, 2017. Disponível em: https://www.academia.edu/36676433/O_papel_das_mulheres_na_utopia_Herland_de_Charlotte_Perkins_Gilman_e_El_pa%C3%ADs_de_las_mujeres_de_Gioconda_Belli_In_MORUS_Utopia_e_Renascimento_12_2017_p_261_278 8

histórias, como veremos mais adiante. No entanto, a subtração do fator sexual vai de encontro ao motim ultra-feminino da Esquerda erótica intensamente presente na história de Belli.

A maternidade, em *Herland*, se aprofunda como um conceito complexo e vital na narrativa. Ela é o fator desencadeador da utopia e também se sobressai a ponto de se tornar mais relevante do que o conceito de mulher. Levando-se em conta que aquela sociedade é composta inteiramente por mulheres, essa característica quebra a dicotomia de dois gêneros na cultura do país, o que torna a construção da figura feminina quase que irrelevante. Esta, no entanto, é substituída pela figura da mãe. Ser mãe em *Herland* é, ao mesmo tempo, uma condição humana, o destino das mulheres, um desejo compartilhado e, até mesmo, uma espécie de prática religiosa.

Assim como o país governado sob a política da Esquerda Erótica, *Herland* faz a associação da figura feminina ao zelo, à organização e harmonia. Os exploradores descrevem o país como “tudo era beleza, ordem, limpeza perfeita e sensação mais agradável de lar por toda parte” (Gilman, 2018, p. 38). Ambas as histórias tendem, ao mesmo tempo em que questionam certos padrões femininos, a elevá-los a um patamar quase que divino ou sobrenatural. Um país guiado por mulheres, nas visões de Belli e Gilman, seria essencialmente utópico pela suposta inclinação natural feminina ao bem e ao belo. Estes dois últimos conceitos persistem mesmo com a lacuna temporal existente entre as histórias.

As mulheres de *Herland* são descritas de forma peculiar pelos homens, como que de outro planeta. Elas teriam um porte atlético e robusto e feições que eles têm dificuldade de explicar, uma vez que elas não se enquadrariam em nenhum padrão de beleza que eles conheciam. Além do mais, não possuíam o que eles conheciam como a tal feminilidade e “Não eram jovens. Não eram velhas. Não eram, no sentido feminino, belas. Não eram ferozes” (Gilman, 2018, p. 38). Ao mesmo tempo, o conjunto das características dessas mulheres as tornava exóticas e também aguçava a curiosidade dos homens, já que elas eram brilhantes engenheiras, arquitetas, costureiras, criadoras e planejadoras. A organização e beleza do país e o comportamento único dessas mulheres as tornavam uma espécie de objeto de contemplação e, naquele contexto, objeto de estudo. Não demorou, conseqüentemente, para que os exploradores se encantassem por alguma mulher em específico e comesçassem o primeiro contato afetivo com elas.

É interessante notar como algumas performances de gênero (Butler, 2018), que são tomadas pela Esquerda erótica como estratégia de campanha, são postas como características

naturais na obra de Gilman. No entanto, nas duas narrativas reforça-se que o domínio de mulheres resulta em nada menos que algo eficaz, mas ao mesmo tempo gracioso. Os *slogans* de campanha do PEE tinham metáforas retiradas do universo feminino, como “lavar, remover as manchas e lustrar o país” (Belli, 2011, p. 27) ou “Se não lavarmos a corrupção, quem vai fazer isso?” (Belli, 2011, p. 97). Além disso, uma das estratégias para impulsionar a economia do país foi o investimento na plantação de flores para exportação e conservação das florestas para a venda de bônus de carbono a países cujas taxas de poluição eram altas. Estes aspectos enfatizam a imagem de um lugar paradisíaco, edênico, onde a preservação da natureza reforça a ideia do belo associado à feminilidade, e à destruição da masculinidade. *Herland*, por sua vez, desassocia os padrões estéticos do corpo feminino, mas não deixa de propor uma visão da feminilidade no sentido do belo e da delicadeza ainda serem aspectos associados à figura da mulher, nem que seja pela estética do mundo em que vive, como se pode observar no excerto abaixo:

Era uma boa oportunidade para observar a terra também, e quanto mais eu via, mais admirava. Íamos rápido demais para uma observação atenta, mas pude apreciar as estradas perfeitas, sem poeira, como um chão varrido; a sombra de fileiras intermináveis de árvores; o cordão de flores que se desenrolava sob elas; e o país rico e confortável que expandia à distância cheio de charme variado (Gilman, 2018, p.69).

Essas construções narrativas que imaginam um mundo pacífico a partir da perspectiva feminista naturalmente esbarram na questão da associação da violência e da guerra como uma prática masculina. Tanto *Herland*, *O sonho de Sultana* e *Barbie* quanto, propriamente, *O país das mulheres* reforçam a tese de que a construção da masculinidade se apoia na cultura da violência. Os homens que chegam a *Herland*, presumivelmente, tentam usar da violência quando entram em contato com as mulheres. Apesar de serem contidos por elas, estas não revidam os ataques, o que é sempre uma questão destacada pelo narrador (Vandyck). Simplesmente a violência não era prática existente no mundo delas. Isso também se refletia nas próprias produções artísticas femininas. Por serem desprovidas da prática da sexualidade e da violência, os exploradores consideravam sua literatura e sua arte completamente apáticas e enfadonhas, já que não havia os chamativos relativos aos “vícios” humanos. Enquanto isso, em Fúguas, alguns setores relacionados à guerra e violência são tratados como sem sentido para o governo do PEE. A base militar, que era completamente formada por mulheres, era usada principalmente para conter a violência masculina, e o governo chega até mesmo a criar um “Exército pela vida”, que teria uma função socioeducativa de extinguir os hábitos de violência. Para elas seria “tão masculino o culto da morte” (Belli, 2011, p.36).

Para Virginia Woolf (2019, n.p.), em seu ensaio *As mulheres devem chorar*, “a guerra é uma profissão; uma fonte de felicidade e grandes emoções; e também um meio de vazão das características viris, sem as quais os homens se deteriorariam”. Neste ponto, observamos nas duas histórias como a irritabilidade dos homens vai crescendo ao longo das narrativas até que culmine em sucessivos atos de violência, como a tentativa de assassinato da presidenta em *O país das mulheres*, ou na tentativa de estupro por um dos homens em *Herland*. Ambas as obras reforçam como a violência é um combustível para a construção da masculinidade. Dessa forma, o homem é capaz de exercer poder sobre a mulher ao mesmo tempo em que alimenta algo que sente falta em si, que é o desejo de domínio, uma forma de recompensa que é edificada ano após ano na criação patriarcal, responsável por construir a figura clássica da masculinidade.

Assim como Belli, Gilman faz uso da ironia e do humor para construir os personagens masculinos da história e criticar a mentalidade machista. Os três personagens homens da história, Vandyck, um sociólogo, Jeff, um médico e Terry, “rico o suficiente para fazer o que bem entendesse” (Gilman, 2018, p. 14), mas também um aviador, são estadunidenses e têm personalidades bastante diferentes, mas todos compartilham o pensamento machista em algum grau. Terry representa a figura do clássico machista: um homem tosco, que a todo momento sente a necessidade de manifestar sua masculinidade. É ele o primeiro a infringir as leis do país e a tentar forçosamente o primeiro contato sexual com as mulheres. Vandyck e Jeff mostram-se respeitosos e curiosos por conhecer a nova sociedade, mas ambos têm uma curiosidade maior: relacionar-se afetiva e sexualmente com aquelas mulheres intocadas e excêntricas. Por mais que sejam homens da ciência, Gilman parece ressaltar a ideia de que, no final de tudo, são homens, e, mesmo se por vezes não sintam atração alguma por aquelas “mulheres desprovidas de feminilidade”, o instinto de dominação masculina prevalece nas relações estabelecidas entre eles e essas mulheres.

No primeiro contato com o país, os homens acham impossível uma sociedade tão desenvolvida daquela forma ser construída apenas por mulheres. A arrogância nos comentários feitos por eles é constante do início ao fim do texto. Seu discurso é marcado por um tom de sarcasmo. Não é como o deboche escancarado de Belli no *País das mulheres*, mas a linguagem masculina leva o leitor a contrastar a prepotência daqueles homens à calma e sabedoria das mulheres. A história vai sendo construída a partir de comentários como: “sabemos que mulheres não sabem se organizar, que brigam por qualquer coisa, e são tremendamente ciumentas. – Mas lembre-se de que essas Novas Mulheres não tinham a quem invejar” (Gilman, 2018, p. 88), ou mesmo “essas mulheres (...) eram deficientes no que chamamos de “feminilidade”. O que me

levou à convicção de que os ‘charmes femininos’ que apreciamos não são nada femininos”. (Gilman, 2018, p. 89).

Por ser uma obra publicada em 1915, *Terra de Mulheres* surpreende pela ousadia com que Gilman escreve. Paralelamente, Gioconda Belli usa e abusa de sua liberdade pessoal e de sua época para construir uma narrativa que zomba dos aspectos tóxicos da masculinidade. Ambas as obras são exemplos de como as utopias são solo fértil para a potência que a crítica feminista é capaz de alcançar. A leitura dos dois romances se conecta num diálogo centenário, que só reafirma a permanência do gênero utópico como um nicho de reflexões sobre a condição da mulher com o passar dos anos.

Na seção seguinte, abordo um exemplo de utopia contemporânea fora do campo literário. Discuto como o filme *Barbie* (2023) possui semelhanças com as críticas tecidas pelas autoras de literatura feminista utópica até aqui apresentadas. No entanto, as propostas utópicas surgem com uma roupagem atual e cinematográfica.

De Ladyland à Barbieland: uma viagem de 118 anos, mas a piada continua a mesma

Um dos filmes mais esperados para 2023, *Barbie*, da diretora Greta Gerwig, veio com a promessa de desconstruir tudo o que conhecemos, até então, a respeito da famosa boneca criada nos anos de 1960. Sinônimo de um padrão de beleza inatingível, Barbie já sofreu longas críticas ao longo dos anos. E, como posto no próprio filme, a Mattel, empresa criadora da boneca, procurou reparar os erros cometidos, inserindo bonecas além da Barbie estereotípica (branca, loira, alta e magra), além de retirar de circulação os brinquedos que sofreram alguma crítica, desde seu perigo à integridade física, até à integridade psicológica de alguma criança ou mesmo a retirada de bonecas consideradas sexualizadas demais para serem um brinquedo infantil.

É a partir desta premissa que o filme se inicia com a *Barbieland*, um lugar perfeito, onde a felicidade e o bem-estar comum imperam. Um mundo onde todas as Barbies coexistem harmonicamente. Elas são diversas, são PCDs (pessoas com deficiência), profissionais distintas, professoras, médicas, astronautas ou presidente. Enfim, a boneca já foi lançada com mais de 170 versões de profissões. O equilíbrio de *Barbieland* começa a entrar em colapso quando a Barbie estereotípica passa a ter pensamentos sobre morte e ter seus pés totalmente tocando o chão, o que, provavelmente, é uma referência ao significado da expressão “ter os pés

no chão”, que na língua inglesa é *down to Earth*, utilizada, igualmente, para significar uma pessoa que é realista ou objetiva. A boneca começa a adquirir certas características que a aproximam dos seres humanos e da realidade. Barbie deve deixar a utopia de *Barbieland* e vai para o mundo real na tentativa de resolver o impasse que tomou conta de sua vida perfeita.

Ao contrário do mundo real, em que o homem, historicamente, foi o centro dos principais setores de importância, seja no mundo do trabalho, seja no ambiente familiar ou nas artes, em *Barbieland*, Ken, o namorado da Barbie, é uma espécie de Adão invertido. Isso porque Ken se torna uma espécie de criação “da costela da Barbie”, ou seja, ele só existe por causa dela e não tem função alguma além de ser seu namorado. Desse modo, na utopia de *Barbieland*, os Kens não exercem qualquer papel de importância, o que os deixa extremamente frustrados. Sem ter muito o que fazer, já que é um acessório da Barbie, Ken decide embarcar na jornada ao mundo real com ela.

O tom do filme é extremamente jocoso, ora contendo piadas em tom crítico sobre a própria Barbie ou o capitalismo selvagem da empresa Mattel, mas, principalmente, o alvo são os homens. Estes, incluindo os bonecos e os homens da vida real, são completos tolos e imbecis. Não enxergam nada “além do próprio umbigo”. Em algumas cenas, chegam a correr em círculo, tentando capturar a Barbie. Assim como nos exemplos de utopias feministas dados ao longo deste capítulo, bem como na utopia de Gioconda Belli, a piada é a mesma: a noção da masculinidade cria seres que se assimilam àqueles mais caricatos do humor, a performance do que é ser homem é igualmente patética, como a de um palhaço.

Ken, como um mero acessório da Barbie, é um ser sem testosterona. Por serem criações da *Barbieland*, os homens não conhecem a violência, não possuem armas nem virilidade. Ao chegar ao mundo real, Barbie e Ken percebem que aquela sociedade funcionava em moldes distintos. Barbie é assediada e se sente desconfortável. Já Ken se sente num paraíso e começa a perceber que essa sociedade, ao contrário de *Barbieland*, é comandada pelo homem. Ken acaba por descobrir que está num patriarcado. Mas, “o que seria esse patriarcado?”, essa é a pergunta que ele constantemente se faz e tenta responder. O boneco não entende bem do que se trata, mas sabe o suficiente, que naquele sistema ele será beneficiado, terá alguma função e, provavelmente, será feliz. Ken, então, decide levar o patriarcado para *Barbieland*. No entanto, como é um ser desprovido de esperteza e inteligência, leva apenas a ideia do que ele absorveu do que seria um patriarcado: cavalos, submissão feminina e arrogância masculina.

Como as Barbies desconheciam a submissão, ou melhor, não tiveram contato com nada do que constrói as noções de masculinidade, elas acabam por serem “hipnotizadas” pelas ideias de Ken. Dessa forma, elas se submetem a essas ideias. As Barbies agora servem cerveja para os homens, largam os postos de liderança e abandonam seus empregos, tornando-se totalmente submissas. Ken instaura em Barbieland sua própria utopia, a agora Kenland. Resta, então, para as únicas Barbies que não sofreram a lavagem cerebral dos homens salvar a Barbieland e retornar com a paz e o equilíbrio anteriores. As únicas Barbies que não sofreram a lavagem cerebral dos Kens foram a Barbie estereotípica (pelo fato de ter tido contato com o mundo real e ter aprendido a duras penas como este realmente funciona); as Barbies marginalizadas dentro da Barbieland, ou seja, as bonecas que foram descontinuadas pela Mattel por algum motivo; e a Barbie estranha, que representa o estado da boneca quando danificada por alguma criança (cabelo picotado, rabiscos no rosto, roupas estranhas e partes do corpo que se contorcem aleatoriamente). Estas são esquecidas e ignoradas dentro daquela sociedade e, por isso, não sofreram a lavagem cerebral. Deste modo, essas bonecas traçam um plano de golpe contra Kenland: usar a estratégia do corpo e da performance do estereótipo feminino para enganá-los e fazer com que briguem entre si.

Assim como em *O país das mulheres* (2011), o corpo e a performance da feminilidade são utilizados como armas para ludibriar os homens e conseguir alguma vantagem. As teorias sobre a estratégia do corpo como arma serão detalhadas mais à frente na seção “Uma campanha eleitoral performática”. Basicamente, Belli e Greta Gerwig estão falando a mesma coisa, ou fazendo a mesma piada: os homens são seres tolos e facilmente enganáveis quando submetidos à sedução feminina. As Barbies, além de se fingirem de tolas para ludibriar os homens, pois eles adoram explicar às mulheres como as coisas funcionam, o famoso *mansplaining*⁸, também usam da sedução como forma de tomar o poder. Cada uma se torna responsável por seduzir um homem e depois fazê-los brigarem entre si por elas mostrarem interesse em outro. Isso faz com que os homens de Kenland experimentem, pela primeira vez, como posto por Woolf (2019) na seção acima, a atividade masculina da guerra. A noção de masculinidade pressupõe a violência, deste modo, como agora os Kens têm contato com o patriarcado, uma forma de se resolver os problemas é recorrendo à violência, o que culmina na guerra. Barbieland, um matriarcado, nunca teve contato com a masculinidade, conseqüentemente, jamais conheceu qualquer forma

⁸ Termo criado por Rebecca Solnit no livro *Os homens explicam tudo para mim* (2014), que basicamente indica o hábito dos homens de quererem explicar algo para a mulher, sem considerar que provavelmente ela já conhece ou até mesmo saiba mais do que ele.

de violência. Quando os Kens declaram a guerra entre si, eles não têm nem mesmo armas para o combate, já que estas não existiam naquela sociedade. A guerra é feita, pateticamente, com bolas de vôlei, cadeiras de praia e outros objetos inócuos. Enquanto os homens estão em guerra, as Barbies conseguem retomar o poder e instaurar uma nova constituição onde serão novamente as líderes e terão um mundo de paz e harmonia.

Além dos detalhes abordados aqui, o filme *Barbie* tece outras críticas feministas. No entanto, assim como em *O país das mulheres* e outras obras, o filme também faz uso dos conceitos de utopia e distopia na construção do roteiro principal e crítica à sociedade vigente. Barbieland é uma utopia para as Barbies, enquanto Kenland e o mundo real são uma espécie de distopia para elas. Paralelamente, esse valor é invertido sob ponto de vista dos Kens, que têm Kenland como utopia. Com isso, podemos refletir, novamente, como referido nas partes introdutórias desta dissertação, que as diferenças entre as noções de utopia e distopia são apenas uma questão de ponto de vista. Além disso, observa-se o quanto as ideias e valores patriarcais permanecem fortes e presentes desde a escrita da primeira utopia há 118 anos. A ideia de que o patriarcado é um sistema de violência e opressão ainda compõe o imaginário das intelectuais de diferentes gerações, bem como a percepção de que uma sociedade guiada por mulheres não teria em sua essência a característica da opressão. Essas ideias traduzem a tese de que o mundo seria melhor e mais justo se fosse mais feminino, não no sentido da feminilidade apreciada pelo patriarcado, mas sim preservando os valores humanistas mais caros às mulheres: o cuidado, a empatia, o zelo e a suavidade, não nos traços e gestos corporais, mas nas atitudes e na forma como lidamos uns com os outros.

Esta seção realizou um breve panorama das utopias feministas que foram desde a primeira materialização escrita de uma utopia feminista, cuja manifestação se dá com *O Sonho de Sultana*, até a mais recente e amplamente comentada utopia *Barbieland* no universo cinematográfico, com o filme *Barbie*, de 2023. A seguir apresento uma reflexão sobre a seguinte questão: Como essas utopias, que até agora figuraram apenas no universo das artes, refletem ou se retroalimentam na realidade?

O limite dos sonhos: um interlúdio da utopia para a realidade

Após visitarmos esses locais, nós entramos novamente no aerocarro, mas assim que ele começou a se mover, de alguma forma, eu escorreguei e a queda fez com que eu acordasse do meu sonho. E, ao abrir os olhos, encontrei-me no meu próprio quarto ainda descansando na poltrona!
(*O sonho de Sultana*, Hossain, 2019, p. 13)

Esta curta seção é denominada interlúdio, pois pretende criar uma pausa entre o capítulo atual e o próximo, e assim dar uma ideia de limite entre dois lados de uma mesma história. No capítulo atual, tratamos da utopia como um conceito literário e ideológico e, no próximo, refletiremos como, quando e se uma utopia pode ser posta em prática. No entanto, esse limite não é algo exatamente nítido, definitivo ou uma pausa brusca, é algo como um interlúdio entre duas canções que fazem parte de uma mesma peça ou álbum, têm forte ligação, mas não são exatamente a mesma coisa. A distinção entre as utopias sonhadas e as concretizadas é uma linha tênue, à medida em que a utopia está no campo do inalcançável ou do irrealizável. Todavia, também argumento ao longo dessa dissertação que elas são necessárias, pois só a partir delas concretizamos sonhos que outrora também estavam no campo do irreal. Além do mais, foi por meio de muitas utopias advindas da literatura e das artes que hoje certos projetos são concretizados. Assim sendo, cabe refletir: qual é o limite dos sonhos?

Em sua obra *Feminismos: uma história global* (2022), Lucy Delap discorre sobre aspectos que rondam o debate sobre o feminismo no mundo. Um destes aspectos é o sonho. Como os sonhos se organizam em torno do movimento feminista? Temos todas as mulheres um sonho em comum? Obviamente, as conclusões não são simples, mas, como constata a autora, as utopias foram uma das primeiras formas de murmurar um sonho. Depois de apresentar algumas utopias feministas literárias ou não na seção do livro “Os limites dos sonhos”, Delap esclarece:

Até agora, os sonhos feministas examinados aqui têm sido utopias, expressas na ficção e na fantasia e, vez ou outra, na vida cotidiana. Mas os sonhos nem sempre são puramente utópicos ou meras aspirações. Os sonhos noturnos podem ser ambivalentes e repletos de tensões inconscientes que nos fazem lembrar a dificuldade de viver com os princípios feministas. Recalibrar os relacionamentos entre homens e mulheres significava repensar os domínios mais íntimos do ser. Como era de se esperar, isso provoca certa ambivalência e angústia, sentimentos que surgiam nos sonhos de mulheres e homens que imaginavam um mundo diferente (Delap, 2022, p. 46).

É a partir daí que chegamos ao limite dos sonhos. Até quando essa “brincadeira” de imaginar um novo mundo perfeito é saudável e útil? Como e até onde transpor as ideias fantasiosas, que propõem até mesmo a extinção total dos homens, para a nossa realidade? Chega-se ao ponto de acordarmos, como fez Sultana, e refletirmos sobre questões práticas e noções críticas acerca dos limites entre o sonho e sua possível concretização na realidade. É partindo da fronteira entre utopia e realidade que construo mais adiante um debate sobre a relação de *O país das mulheres* com a real situação da América Latina.

CAPÍTULO III

O PAÍS DAS MULHERES: UMA UTOPIA FEMINISTA

Este capítulo está dividido em quatro seções. A primeira seção trata da apresentação do país fictício Fágua, como se dá sua tomada de poder e as consequências disto. A segunda seção traz para a discussão os estudos sobre memória, verificando seus desdobramentos e implicações ao longo da narrativa. Já a terceira seção analisa as estratégias e reformas governamentais adotadas pelo partido político da obra, discutindo conceitos como maternidade, cuidado, performances de gênero e o recurso da sedução como arma política. Por fim, a última seção abrirá um diálogo entre a obra e o contexto latino-americano e como a narrativa de Belli reflete a/sobre a situação da mulher na América Latina.

Apresentando Fágua: ascensão e queda da Esquerda Erótica

Fágua é o nome de um país que se repete nos romances de Gioconda Belli, além de ser o nome do país da narrativa aqui tratada. É também o nome que aparece em sua obra *A mulher habitada*. Fágua de *O país das mulheres* é um país pequeno e subdesenvolvido da América do Sul, circundado por vulcões e com histórico de democracias falhas e guerras até o surgimento do PEE, um país liderado por governos tiranos. Como apresentado na obra:

Fágua era um país maltratado, onde a realidade constantemente desafiava a imaginação. A imprensa marrom estava na moda. Eram muitas histórias de quadrilhas e de narcotraficantes, além de brigas domésticas e abusos de menores. Meninas de dez anos engravidadas pelo padrasto eram tão frequentes quanto desfalques ao Estado por parte de funcionários públicos, que, em vez de exonerados, eram transferidos de um gabinete a outro. Esse partido é como Igreja, dizia o chefe, ninguém expulsa os padres pedófilos, mas os transfere para que cometam seus pecados em outra parte (Belli, 2011, p. 59).

Emiliano Montero era o principal candidato à presidência a concorrer contra Viviana Sansón, a líder carismática do PEE. É ele o mandante da tentativa de assassinato da futura presidenta, que leva um tiro na cabeça e no abdômen. O nome do candidato, provavelmente, faz referência ao general Emiliano Chamorro que, como referido no primeiro capítulo, era tio avô de Gioconda Belli e um presidente extremamente conservador. O governo que antecedia o PEE, segundo Viviana, dava nojo, já que era mafioso e mentiroso, e o presidente “jamais se encontrava com os jornalistas, nem se submetia às incômodas perguntas das coletivas de

imprensa. Quando queria dizer algo, preparava um longo discurso e falava disparates do alto da tribuna” (Belli, 2011, p. 59). Viviana, que era uma jornalista de tevê antes de se tornar presidente, foi responsável por fazer uma matéria jornalística em que expunha um dos magistrados do governo que possuía em sua casa um quarto climatizado para criar, ilegalmente, um pinguim de estimação. Foi com essas e outras reportagens de denúncia aos absurdos cometidos pelos governantes que Viviana se tornou uma figura famosa e querida no país com os requisitos para se tornar presidente.

Como uma jornalista conhecida e crítica em relação ao estado em que se encontrava seu país, Viviana decidiu unir uma comitiva de mulheres que admirava e em cuja competência confiava para criar o PEE, Partido da Esquerda Erótica, e mudar os rumos de Fátuas dali em diante, como observa-se no excerto que segue:

Por isso fizemos este manifesto, para levar ao conhecimento de mulheres e homens que já podem deixar de esperar pelo homem honrado e apostar agora em nós, as mulheres do PEE (Partido da Esquerda Erótica). Somos de esquerda porque acreditamos que um gancho de esquerda no queixo é o que merecem a pobreza, a corrupção e o desastre deste país. Somos eróticas porque Eros significa VIDA, que é o mais importante que temos, e porque nós, mulheres, não apenas estivemos desde sempre encarregadas de gerá-la, mas também de mantê-la e protegê-la; somos o PEE porque nada mais nos sustenta além do desejo de caminhar para frente, de traçar um caminho ao andar e de avançar com aqueles que nos seguem (Belli, 2011, p. 90).

A erupção do vulcão Mitre e a conseqüente emasculação dos cidadãos do sexo masculino encorajaram as mulheres ainda mais, já que a passividade dos homens tornava mais fácil a tarefa de propor arranjos políticos inéditos e inacreditáveis. O nome do partido, como confirma Gioconda Belli nos agradecimentos do livro e em entrevistas, faz referência a um partido que nunca se oficializou como tal, mas dava nome ao grupo de mulheres do qual ela fazia parte dentro da Frente Sandinista que, sentindo falta de uma agenda feminista no movimento, decidiu fundar uma espécie de partido secundário e secreto na Frente para pôr em prática ações que elas acreditavam ser importantes para a melhoria de vida das nicaraguenses. Assim também são os nomes de algumas personagens que fazem parte do PEE, referências de nomes que circundam a história de Belli, como o da personagem Eva Salvatierra, pseudônimo usado por Belli para escrever artigos de opinião criticando o estado do país, no jornal *La Prensa*, durante seu período na Frente Sandinista.

Para Viviana, Fátuas era um país:

mergulhado na desesperança, com um povo resignado a aceitar qualquer vergonha, exalava o fedor da carne podre. E ela não queria que sua filha crescesse cercada pelo cadáver da civilidade, dos valores humanos, da alegria (Belli, 2011, p. 63).

Belli, que diversas vezes no texto insere traços de seu país e também autobiográficos, parece imprimir seu próprio dilema quando decidia participar ou não da Frente Sandinista na personagem da presidenta. Viviana, sempre temerosa de entrar na vida política, assim como Gioconda, sente-se encorajada a fazê-lo por almejar um futuro melhor para a filha.

Fáguas era um país parado no tempo, onde os velhos valores e costumes imperavam na maior parte da sociedade, principalmente na posição ocupada por mulheres. As mulheres do PEE, estudadas e bem-sucedidas em suas respectivas carreiras eram uma exceção ao perfil de mulheres do país. Foi por isso que, para chegarem ao poder, elas tiveram que intervir nos ambientes sociais ocupados tradicionalmente pelas mulheres, bem como nos ambientes masculinos e também precisaram da “ajuda” da erupção do vulcão. As estratégias de campanha visavam incluir as mulheres no debate político, colocarem-nas em lugares de protagonismo e, principalmente, ludibriar os homens para que conseguissem pôr em prática um plano de governo que seria rejeitado por eles e visto como absurdo, como se observa nas ações de campanha propostas:

Ações

1. Organizar falsas reuniões de demonstração de Tupperware para passar informações sobre o partido e para que as levem dentro dos potes.
2. Organizar chás de bebês falsos como desculpa para redigir os programas de governo. [...]
3. Giro dos pés pintados
Caminhadas nos bairros para divulgar o partido. Entrar nas casas e pintar as unhas dos pés das mulheres (Belli, 2011, p. 98).

Foi assim que a primeira e mais drástica proposta de governo foi afastar todos os homens das funções públicas e substituí-los por mulheres, inclusive nas bases militares. Só dessa maneira, as governantes acreditavam criar uma consciência e reparação na forma com que as mulheres eram vistas no país. Os homens, agora cuidando da casa e dos filhos, tiveram que sentir na pele como era não mais estar em posição de superioridade. Aprenderam que o trabalho doméstico não era um afazer de somenos importância. José de la Aritmética, um vendedor de raspadinhas divertido e simpático, é quem representa o ponto de vista masculino em diversos momentos da narrativa, como no excerto abaixo, traduzindo a perspectiva dos homens diante de toda a mudança ocorrida no país.

Ele se recordava dos tumultos quando mandaram os homens para casa. A remoção dos maridos começou um mês ou dois após instituído o novo governo e pegou todos de surpresa. Ainda que a medida só tenha sido aplicada aos funcionários do Estado e cada um tenha recebido, em reconhecimento aos serviços prestados à nação, o salário equivalente a seis meses de trabalho, a comoção foi enorme. Nos ministérios mais masculinos, como o da Defesa e do Interior, alguns cabos e sargentos tentaram organizar um levante armado. Entretanto, a ameaça de rebelião não progrediu. As *generalas (sic)*, que haviam deixado no exército uma revolução extinta, tomaram as rédeas da desordem, retiraram-lhes as armas e os forçaram a cumprir a ordem da presidenta. Os soldados saíram dos quartéis desarmados, vestidos como civis, sem mais autoridade que qualquer cristão. Meses se passaram antes que se reorganizassem as forças públicas com muitas mulheres querendo ser policiais (...). Mas os congestionamentos, a roubalheira, que se desencadeou e as reclamações dos militares iam cedendo. As policiais, com a cooperação do governo coreano, treinaram caratê e, além disso receberam dispositivos estranhos que davam choques, chamados *tasers* ou armas de eletrochoque, doados pela Suécia, Finlândia, Alemanha e Estados Unidos. José de la Aritmética viu os homens chorando enquanto se despediam de seu gabinete, de sua secretária e dos veículos oficiais, que estavam tão acostumados a considerar seus e a usar para os passeios de domingo (Belli, 2011, p. 49-50).

A entrada do PEE criou uma revolução no país nas esferas econômica, social e cultural. Além de afetar diretamente a vida privada dos habitantes, as novas medidas mudariam culturalmente o país, uma vez que, além de criar um estado de despertar da consciência nas mulheres, também interfeririam em estruturas sociais já cristalizadas, como o conceito de maternidade. Este refletiria na sociedade como um todo e se tornaria uma prática universalizada no país, afetando também os homens.

Não seria surpresa pensar que esse governo revolucionário, que ascendeu rapidamente com propostas tão inusitadas, provocou mudanças na constituição e nas políticas públicas e ainda teve uma presidente em risco de morte, teria suas estruturas enfraquecidas eventualmente e também teria sua queda. É nesse momento que a narrativa parece abandonar o projeto utópico e adquirir um caráter autobiográfico, expresso nas reflexões da protagonista. Até então, Belli só havia vislumbrado em sonhos e na literatura a imagem de um país fictício. Quando a Frente Sandinista finalmente chega ao poder na Nicarágua, a utopia Sandinista já começa despedaçada. Belli é a verdadeira testemunha de que a utopia é um não lugar e nem mesmo em Fátuas ela durou muito. A tentativa de assassinato da presidente provoca uma verdadeira crise no tão perfeito governo da Esquerda Erótica. Quem diria que um governo em que todas as mulheres participantes não possuem hierarquia seria a própria armadilha para o autoritarismo?

Além de diminuir drasticamente as taxas de feminicídios e violência contra a mulher em Fátuas, resgatarem a economia do país e ainda criarem um projeto de alfabetização em massa – o que faz uma clara referência ao projeto de alfabetização no início do governo Sandinista na Nicarágua –, o governo do PEE também realizou mudanças na Constituição. Viviana e suas parceiras queriam um governo sem hierarquias, por isso o partido não possuía uma vice-presidente. Viviana, então, ocuparia o cargo de presidente porque este era necessário para concorrer à eleição e para ser uma porta-voz do povo. No entanto, a ideia proposta era a do estabelecimento do maior grau de igualdade possível. Este arranjo, futuramente, seria o que geraria o início da crise e queda do governo da Esquerda Erótica.

Com Viviana em coma após ser baleada na cabeça durante um comício, era necessário que alguém assumisse seu lugar, mas quem seria essa pessoa se no país estava extinta a categoria de vice-presidência? Diante deste impasse, por meio de uma reunião, as componentes do partido decidem contrariar a Constituição e lançar Eva Salvatierra como presidente interina. Tal fato desencadeou num caos total pelo país. O governo se perdeu em sua narrativa, os contrários protestavam, os homens já haviam recuperado seus níveis de testosterona e até os admiradores viram o governo se desmoronar com a instabilidade política. Protestos violentos pela queda do governo tomavam conta de todo o país, as palavras de ordem agora eram “homens de Fátuas, já é hora de as mulheres voltarem para casa. Não nos deixemos mais dominar” (Belli, 2011, p. 190). O prédio sede da presidência era atacado, as ruas eram vandalizadas e novas eleições eram exigidas. Eva Salvatierra se viu obrigada a reforçar sua segurança e recorrer à atuação policial de forma mais rígida, o que incomodava todas as participantes do partido, já que o que menos queriam era ser autoritárias.

Assim, a história se segue até seu desfecho, que provoca no leitor questionamentos do tipo: é possível alcançar a utopia?; um vislumbre de utopia, mesmo que vivido por apenas alguns anos naquele país, é ainda uma utopia?; a utopia é realmente o não-lugar, pois ela só consegue existir no campo das ideias?. Por tudo o que foi considerado até o momento, as respostas para essas perguntas não são definitivas ou conclusivas. Paradoxalmente, o que parece nos confortar é que mesmo todas as utopias apresentadas neste trabalho não terem um final do tipo “felizes para sempre”, Belli e outras autoras e intelectuais sempre deixam claro que o desejo, a imaginação e a união, tendo como objetivo alguma utopia, nunca devem ser abandonados.

Na próxima seção, discuto como o conceito de memória se desenvolve ao longo da narrativa, mostrando-se como mecanismo explorado pela autora para subverter as lógicas correntes sobre este conceito.

O cotidiano como memória feminina

Estátuas

A maioria das estátuas é de homens (conquistadores, libertadores, heróis de guerra), mas quase não há estátuas que glorifiquem a vida. Criar estátuas inspiradoras, que retratem a amamentação, uma criança dando os primeiros passos, uma camponesa cheia de filhos (Belli, 2010, p. 100).

Ao longo da narrativa, Belli constrói o processo de formação de uma memória nacional daquele país fictício de forma astuta. Além de inserir materiais históricos fictícios como matérias jornalísticas, panfletos, documentos de Estado ou cartas, a autora também tece um caminho narrativo para criar uma espécie de cronologia ou organização da história por meio de objetos do cotidiano. Essa estratégia narrativa não é nada arbitrária e permite-nos defender, ao longo desta seção, a tese de que Belli concebe a memória masculina como distinta da feminina, sendo esta não menos importante.

Diferentemente dos marcos convencionais de memórias que edificam o imaginário coletivo de uma sociedade nos moldes ocidentais, um país como Fáguas não teria obeliscos, bustos ou estátuas em grande escala dos “homens de importância” que, geralmente, são referências em ruas, esquinas e praças. Mas seriam estes, então, substituídos por estátuas de mulheres amamentando, uma criança dando os primeiros passos ou uma camponesa rodeada de filhos. Os aspectos constituintes da memória coletiva e individual na narrativa tocam em pontos essenciais para discutir como a memória não é algo orgânico em uma sociedade, mas um mecanismo construído, que, naturalmente, está sob o comando das instituições de poder.

Em seu texto sobre memória, Pollak (1989) destaca que em se tratando dos pontos de referência da memória coletiva:

incluem-se evidentemente os monumentos, esses lugares da memória analisados por Pierre Nora, o patrimônio arquitetônico e seu estilo, que nos acompanham por toda a nossa vida, as paisagens, as datas e personagens históricas de cuja importância somos incessantemente lembrados, as

tradições e costumes, certas regras de interação, o folclore e a música, e, por que não, as tradições culinárias (Pollak, 1989, p. 3).

Naturalmente, com todo o seu poder de entranhar no imaginário de um povo, os mecanismos de construção da memória coletiva de uma nação não deixaram de ser utilizados pelas instituições de modo “destruidor, uniformizador e opressor” (Pollak, 1989, p.4). Isto porque as instituições têm o poder de manipular a memória de um povo quando escolhe a forma como as histórias serão contadas ou até mesmo apagando certas histórias. Um forte exemplo disto é o constante apagamento dos povos originários indígenas na construção dos livros didáticos. A história ensinada nas escolas tem o ponto de vista do colonizador ao centro das unidades temáticas dos livros didáticos, enquanto a história e a perspectiva indígena são postas de lado ou mesmo excluídas dos conteúdos escolares. Os livros didáticos são apenas um dos exemplos das várias estratégias utilizadas não só no Brasil como também ao redor do mundo para o apagamento de povos originários. Quando certos grupos subalternizados combatem essa “hegemonia memorial” com suas “memórias subterrâneas”, ou seja, as memórias enterradas pelas instituições de poder (Pollak, 1989), eles põem em xeque todo o trabalho minucioso das instituições em monopolizar a mentalidade uma nação. Dessa forma, como afirma o autor (1989), “a memória entra em disputa”.

O texto de Belli, ao se valer da ficcionalidade para imaginar um universo em que o conceito de nação se constrói em moldes não convencionais permite-nos discutir como essa nova nação abre, totalmente, uma disputa de memórias com a nação anterior. Esta inicia-se quando se instauram novas memórias pelo novo governo a partir de um novo ponto de vista. Fátuas, que antes tinha em seu imaginário as figuras masculinas e bélicas como símbolo de importância, agora têm como referência as figuras femininas e cotidianas, o que é capaz de reformular o imaginário da nação sobre o que merece e é digno de ser lembrado e exaltado. Conseqüentemente, a narrativa também abre disputa com as nações já existentes, já que o leitor agora é capaz de refletir sobre aquelas figuras expostas nas praças e museus ao seu redor e quem são os nomes presentes nos livros de história.

Ao substituir estátuas que remetem à guerra, tradicionalmente uma prática masculinista, por figuras do imaginário materno e feminino, tem-se uma manobra que mudará, radicalmente, a forma como o povo concebe os símbolos de importância em sua memória coletiva. Ou seja, ao mesmo tempo que se consegue escrever a história pelas estratégias de inserção de memórias, é também possível reescrever a história ao “apagar memórias”, substituindo-as por novas, como observado por Pollak a seguir:

Essa reviravolta da visão da história, indissociavelmente ligada à da linha política, traduziu-se na destruição progressiva dos signos e símbolos que lembravam Stalin na União Soviética e nos países satélites, e, finalmente na retirada dos despojos de Stalin do mausoléu da Praça Vermelha. Essa primeira etapa da desestalinização, conduzida de maneira discreta dentro do aparelho, gerou transbordamentos e manifestações (das quais a mais importante foi a revolta húngara) que se apropriaram da destruição das estátuas de Stalin e a integraram em uma estratégia de independência e de autonomia (Pollak, 1989, p. 4).

Nos dias atuais, muito têm crescido esses movimentos de “povos subterrâneos” que pretendem trazer à tona um outro lado da história ou até mesmo a história mais provável de veracidade por trás de símbolos ou “fatos” socialmente cristalizados, haja vista o crescente movimento na derrubada de estátuas de líderes escravagistas, assassinos, ditadores e a publicação de livros ou canais nas redes sociais dedicados a recontar a história e creditar os verdadeiros pais, mães, donos e líderes de ciências, objetos, criações e locais que foram apagados ou silenciados pelo interesse político, machismo, racismo, xenofobia ou por qualquer outra prática discriminatória.

Observando como Belli escolhe dividir sua narrativa nomeando muitos capítulos por objetos do cotidiano que inundam os sonhos de Viviana Sansón quando está em coma, é possível inferir que essa escolha não é arbitrária, mas sim uma espécie de contraponto entre a memória oficial (pública e masculina) e a memória privada das mulheres. Nesses sonhos, Viviana é transportada para uma sala cheia de objetos comuns, como óculos escuros, um despertador, uma xícara ou uma toalha, que obrigam seu cérebro recém traumatizado a trabalhar a fim de descobrir por que esses objetos, à primeira vista, sem importância estão ali, dispostos juntos nessa sala de achados e perdidos em que sua mente se transformou. Cada objeto conduz a uma vertente da memória de Viviana, seja esta constituída de lembranças de sua vida política ou pessoal. Esses objetos não são símbolos nacionais nem objetos tradicionais que comumente são associados a amuletos de memória como um relógio, uma arma ou uma medalha. No entanto, são objetos do cotidiano, sem valor material, mas que para Viviana eram mais carregados de significado. Os óculos escuros, que ela comprou junto a seu falecido amado em uma viagem a Nova Iorque, a lembravam dos últimos meses com ele. Eram “uma espécie de amuleto que ele deixara para ela, uma proteção contra as lágrimas, contra o sol vertical e ardente.” (Belli, 2011, p. 53). A xícara lembrava seu programa de televisão, responsável por denunciar muitos dos absurdos ocorridos em Fátuas e um dos fatores de propulsão para sua carreira política. Uma cafeteira, que era companheira fiel junto às reuniões do clube do livro de mulheres, também acompanharia Viviana no que se tornaria o conselho político do PEE. Já a

toalha lembrava Viviana de quando ela a emprestou a uma garota que foi mantida em cativeiro por um dos magistrados do antigo governo de Fátuas.

Histórica e culturalmente, os objetos e símbolos que constroem uma memória coletiva e individual têm, principalmente, uma associação com a virilidade. Dificilmente, vemos um busto ou uma estátua feminina no meio de uma praça. Quando não são figuras de homens, são muitas vezes esculturas que podem remeter a um formato fálico ou elementos arquitetonicamente duros e sem leveza. A memória, sob o ponto de vista feminino, tem mais a ver com a própria memória do que com o símbolo. O que temos exposto em museus diz muito sobre como a questão de gênero perpassa até mesmo as materialidades escolhidas como lembrança: às mulheres, cabe-se um pente, um espelho de prata e suas joias; aos homens, suas armas, facas, instrumentos de navegação ou de qualquer que seja seu ofício.

A memória feminina é uma memória subterrânea, como se vê no texto de Belli. Ela não se constrói pelas vias tradicionais das instituições de poder, mas pela resistência da memória dos subalternizados. Em seu texto, como observa-se abaixo, Pollak discute, principalmente, o poder que as memórias subterrâneas têm em resistir e não serem totalmente apagadas, apesar de todos os esforços das instituições para que estas permaneçam na obscuridade.

Este exemplo mostra também "sobrevivência, durante dezenas de anos, de lembranças traumatizantes, lembranças que esperam o momento propício para serem expressas. A despeito da importante doutrinação ideológica, essas lembranças durante tanto tempo confinadas ao silêncio e transmitidas de uma geração a outra oralmente, e não através de publicações, permanecem vivas. O longo silêncio sobre o passado, longe de conduzir ao esquecimento, é a resistência que uma sociedade civil impotente opõe ao excesso de discursos oficiais. Ao mesmo tempo, ela transmite cuidadosamente as lembranças dissidentes nas redes familiares e de amizades, esperando a hora da verdade e da redistribuição das cartas políticas e ideológicas (Pollak, 1989, p. 5).

No filme *Mães Paralelas* (2021), o diretor Pedro Almodóvar concebe como essas “memórias clandestinas” (Pollak, 1989) das mães e mulheres espanholas sobrevivem por meio da oralidade. As histórias passadas de geração em geração, contadas pelas mulheres, não deixam morrer as memórias, neste caso, literalmente, subterrâneas, já que os relatos dessas mães e mulheres são capazes de desenterrar os corpos de seus entes queridos mortos e desaparecidos na Guerra Civil Espanhola. Mais uma vez, os objetos do cotidiano, como um sapato, um chocalho e uma aliança, são os responsáveis por carregar as lembranças desses homens que foram identificados em seus cadáveres pela presença desses simples itens

enterrados junto a seus corpos. Assim também, no texto de Belli, os objetos do sonho da presidente em coma refletem o caráter aparentemente aleatório da memória, mas que, como os cacos de um jarro quebrado, ao serem reposicionados, são capazes de retomar os momentos memoráveis de uma vida.

Para Pollak (1989), as instituições têm o poder de enquadrar memórias, o que seria um mecanismo de fazer com que certas memórias se perpetuem no imaginário social da forma em que se pretende enquadrá-las. Estes enquadramentos são feitos por meio de “testemunhas autorizadas”, “discursos organizados em torno de acontecimentos e de grandes personagens” e, como rastros desse trabalho de enquadramento, “são os objetos materiais: monumentos, museus, bibliotecas etc. A memória é assim guardada e solidificada nas pedras: as pirâmides, os vestígios arqueológicos, as catedrais da Idade Média, os grandes teatros [...]” (Pollak, 1989, p. 10). Mesmo assim, com todo o esforço do grupo dominador em silenciar as memórias subterrâneas, como no modelo ditatorial da Guerra Civil Espanhola, com seus assassinatos e “desaparecimentos”, há uma potência que a memória individual oralizada possui de se tornar coletivizada. Ainda com todo o terror, ameaça e silenciamento de que uma ditadura é capaz de causar, a exemplo do filme, em seu leito de morte, uma mulher detentora de uma memória individual foi capaz de perpetuar, por meio da oralidade, as dores de seu ente querido no regime ditatorial, fazendo, assim, a história sobreviver para a posteridade. Isto o autor atribui ao fato de que:

Indivíduos e certos grupos podem teimar em venerar justamente aquilo que os enquadramentos de uma memória coletiva em um nível mais global se esforçam por minimizar ou eliminar. Se a análise do trabalho de enquadramento de seus agentes e seus traços materiais é uma chave para estudar, de cima para baixo, como as memórias coletivas são construídas, desconstruídas e reconstruídas, o procedimento inverso, aquele que, com os instrumentos da história oral, parte das memórias individuais, faz aparecerem os limites desse trabalho de enquadramento e, ao mesmo tempo, revela um trabalho psicológico do indivíduo que tende a controlar as feridas, as tensões e contradições entre a imagem oficial do passado e suas lembranças pessoais (Pollak, 1989, p. 12).

Com isso, percebe-se que é por meio das testemunhas clandestinas que as memórias subterrâneas alcançam impulso para entrar em disputa com as memórias dominantes e fazer com que a verdade venha à tona. Isso nos leva à reflexão sobre quantas memórias importantes já não foram enterradas, quantas memórias são inseridas para se infiltrar em nosso cotidiano e maquiagem ou escrever uma história inverídica. É daí que se constata que os movimentos recentes de resgate ou mesmo de contestação da história são de extrema importância para a construção futura da memória de um povo, o que, certamente tem um grande impacto para a sociedade.

Na próxima seção, discuto o conceito de maternidade, tal como este é revestido de valores sociais e seus desdobramentos na obra.

O projeto político do PEE: maternidade, igualdade e sororidade

A Maternidade Universal

Além das medidas adotadas pelo partido fictício da obra anteriormente referidas, as políticas do PEE que dizem respeito à maternidade e à ressignificação do termo são discutidas ao longo desta seção. Discuto ainda como os dilemas de conciliar a maternidade ao trabalho fora de casa se mostram como antigo impasse na história mundial das mulheres.

Em *Histórias e conversas de mulher: Amor, sexo, casamento e trabalho em mais de 200 anos de história* (2014), Mary del Priore se propõe a tratar de todos os aspectos indicados no título da obra, abarcando um longo período da história nacional e mundial. Como já expõe o próprio título, esse panorama histórico é abordado de forma bem direta e sucinta, como uma conversa. No entanto, trata-se de uma conversa potente e esclarecedora sobre a história das mulheres. Del Priore inicia o capítulo sobre maternidade (Del Priore, 2014, p. 111) com a constatação de Aristóteles de que a família foi a primeira comunidade humana, mas que além dos fatores biológicos, a perpetuação da espécie humana tinha outros motivos. Um deles seria a garantia de um “seguro velhice” (Del Priore, 2014, p. 111), que garantiria o cuidado dos pais pelos filhos quando estivessem na velhice. Já na Idade Moderna, o pensamento sobre ter filhos foi alterado. A historiadora destaca que:

A questão não era mais o Menino Jesus salvar os pecadores, mas a criança salvar a humanidade. Por sua fragilidade, ela suscitaria compaixão, primeiro sinal de moral e signo distintivo da humanidade, explicava o filósofo Jean-Jacques Rousseau. Graças à educação, devia-se reformar não o presente, mas o futuro, representado na infância. Os filhos poderiam regenerar o mundo. A reboque desse argumento, várias políticas natalistas foram implantadas na Europa. Acreditava-se que da juventude de uma população dependia o poder da nação (Del Priore, 2014, p. 112).

A ideia de que as novas gerações carregam o poder de melhorar o mundo e de reparar os danos das gerações anteriores permanece arraigada em nosso imaginário. Inclusive é um ponto crucial para o debate que será traçado a respeito da mudança na educação e criação das crianças como chave para a garantia de um futuro melhor e mais igualitário. Como se observa a seguir, o discurso sobre maternidade, historicamente, será muitas vezes alternado,

principalmente, entre a educação para procriar filhos e a educação para criar filhos. Estas sempre recaíam sobre a mulher, a quem cabiam essas duas tarefas:

Desde o século XVII, circulavam na Europa manuais de bons procriadores, do tipo *A arte de fazer filhos*. Neles se ensinava como tê-los saudáveis, perguntava-se se as mulheres mais belas eram as mais fecundas ou se o sono favorecia a geração de meninos (Del Priore, 2014, p. 113).

Uma das obrigações da mulher era redimir o erro cometido por Eva: “devem sofrer com paciência as incomodidades da prenhez e as dores do parto, como pena do pecado”, explicava o padre Arceniaga no século XVIII. E esse sofrimento era tanto individual quanto coletivo, pois esses eram tempos em que um nascimento mobilizava toda uma comunidade. A vizinhança, a família e as comadres cercavam a parturiente para encorajá-la, ajudá-la e sossegá-la. Quase não havia médicos na colônia, e o parto era a “coisa de mulheres”; homens não podiam ver-lhes o corpo nu (Del Priore, 2014, p.115).

Toda a pressão sobre o papel da mulher e a importância dada à maternidade, certamente, não gerariam um cenário de perfeição e satisfação, mas refletiu-se, no entanto, na união das mulheres que se reconheceriam ao compartilhar os sentimentos dúbios em relação à maternidade, a qual era posta como uma dádiva, mas que se descortinava como um fardo para estas. Dessa forma, uma prática comum entre diferentes mulheres era o aborto e o abandono dos filhos:

A parteira, além de “aparar crianças”, era benzedeira: recitava palavras mágicas para ajudar a mãe, fazia abortos, era cúmplice de infanticídios, facilitava o abandono de crianças ou as encaminhava para famílias, que as absorviam. Era uma figura poderosa na comunidade feminina, vivendo na fronteira entre a vida e a morte (Del Priore, 2014, p.117).

Em sua busca por desmitificar o amor materno, Elisabeth Badinter também constrói um vasto panorama temporal das relações de maternidade até se chegar à contemporaneidade em sua obra *Um amor conquistado: o mito do amor materno* (1985). Na desconstrução do “mito do amor materno”, a autora mostra a outra face desse conceito que até os dias atuais, muitas vezes, é pintado por uma visão romantizada. No capítulo “A criança-estorvo”, a autora elucida como as relações econômicas se conectam diretamente às questões relativas ao cuidado parental desde a Paris do século XIII, estendendo-se até o século XVIII.

Segundo Badinter, contratar amas de leite não era um hábito apenas das classes mais abastadas nos períodos destacados, mas também de boa parte de camponeses, jornaleiros e operários. A abertura de agências de amas data o século XIII, e as possibilidades de contratação desse serviço eram diversas, desde ter uma ama prestando serviços nas famílias abastadas, ou mesmo deixar a criança na própria casa da ama. O fato é que, com essas relações, a atividade

materna começou a ser terceirizada nas mãos de outras mulheres, e, estas sendo amas de leite, “cada vez que uma mãe se recusa a amamentar seu bebê, duas crianças são privadas de leite materno” (Badinter, 1985, p.65). Já a necessidade de contratação das amas pelas classes trabalhadoras se dava justamente pelo fato de que a criança seria um empecilho para o ofício das esposas, que trabalhavam junto ao marido. Como consequência, as amas viviam sobrecarregadas e muitas vezes perdiam seus próprios filhos ou perdiam os filhos dos outros aos seus cuidados.

Dessa forma, é possível refletir como o impasse entre o cuidado infantil e o trabalho fora de casa constitui um antigo dilema social que recai, massivamente, sobre as mulheres. Terceirizar o cuidado e a alimentação da criança a outra mulher, segundo Badinter, era mais barato do que contratar um novo funcionário para substituir a mãe no negócio da família. As amas, além de mal pagas, deixavam de lado os cuidados com os próprios filhos e sofriam um desgaste físico intenso.

Um pouco mais tarde, no Brasil, diferentemente do que vemos na citação que segue, a amamentação pela mãe pode ter sofrido influência das mães indígenas, que amamentavam os próprios filhos:

[O] viajante francês Jean de Léry notara, em 1578, que as mulheres americanas amamentavam diferentemente das europeias, pois estas, “embora nada as impeça de amamentar os filhos, cometem a desumanidade de entregá-los a pessoas estranhas, mandando-as longe, onde muitas vezes morrem sem que o saibam as mães” (Del Priore, 2014, p. 119).

A incompatibilidade entre o aleitamento e o mundo do trabalho, por incrível que pareça, é um problema que permanece até os dias atuais. Apesar de o aleitamento materno no Brasil ser recomendado até os dois anos de idade, a licença maternidade não dura esse período, o que cria o velho impasse da mãe que elimina o aleitamento na volta ao trabalho. As amas de leite são agora substituídas por fórmulas artificiais de alto custo e, muitas vezes, inacessíveis às mães de baixa renda.

Alternando-se entre a mulher do mundo do trabalho e a esposa dona de casa, o árduo papel da mãe é dificilmente amenizado ou facilitado pela participação masculina ou a criação de políticas públicas voltadas a olhar cuidadosamente para as reais condições das mães ao longo da história. Historicamente, o que se destaca são dois extremos: desde a mãe que deixa o filho morrer aos cuidados terceirizados da ama, até a mãe perfeita, que tem de ser capaz de “equilibrar os pratos” como um artista circense, ora se revezando como boa mãe, esposa e dona de casa,

ora se revezando como mulher competente no mercado de trabalho. Não nos esqueçamos do terceiro papel compartilhado por esses dois perfis: o de boa esposa, como observa-se adiante:

O papel social preponderante da mulher era ser mãe: “A maternidade, o cuidado e os carinhos com sua prole são os primeiros deveres da mulher”, admoestava o número de junho de 1916 de *Vida Doméstica*. E prevenia: “A mulher que não for boa mãe, deixa por isso mesmo de ser mulher”. Atributos normalmente associados à feminilidade reforçavam o caráter “natural” da maternidade. “Com o nascimento dos filhos, o papel da mulher já sendo nobilitado pelo amor, aumenta bruscamente”, informava a *Revista Feminina* de maio de 1923. “Que virtude brilhante manifesta a mulher como mãe”, martelava *Vida Doméstica*. (Del Priore, 2014, p. 133)

Assim sendo, não tardou para que a maternidade fosse elevada de uma prática comum às mulheres, para um objeto de estudo e ensino prescritivo. Del Priore destaca esse movimento no Brasil no século XX, como observado adiante, até chegar ao XXI, em que revistas de entretenimento feminino, como a revista *Cláudia*, ditava as últimas tendências do que seria o modelo de mulher perfeita e multitarefas: esta não podia deixar o cuidado com os filhos de lado, deveria ser impecável no trabalho, uma esposa sempre disposta a agradar o marido e, é claro, sempre manter a vaidade. Com isso,

[...] Não bastava gerar filhos. Era preciso ser educadora e dirigente moral da sociedade; era preciso pensar que o Brasil necessitava de exércitos, de braços, A “nova mãe” possuía sentimentos cívicos. Nas revistas, publicavam-se fotografias com o subtítulo “quando eu tiver vinte anos... serei um valente soldado brasileiro”. O pequerrucho da foto contava apenas seis meses! [...] Ai de quem descumprisse seu “dever maternal”. Com filhos, o divórcio seria impensável, afirmava a *Revista Feminina*. Era preciso um sacrifício “por ser mãe e viver para os filhos”. Senão, virava “fera”. [...] A “nova mãe” deveria aprender, pois a maternidade era uma “ciência” [...] afirmava a Escola de Economia Doméstica, cujo objetivo era “formar boas mães de família, que por sua vez darão à Pátria filhos valorosos e fortes, inteligentemente educados na moral”. Importou-se mesmo da Suíça uma professora para ministrar os cursos: *mademoiselle* Girodat. [...] [...] O I Congresso de Proteção à infância, realizado no Rio de Janeiro em abril de 1923, elegia dois heróis: os médicos e as mulheres como salvadores do país! (Del Priore, 2014, p. 134-135).

A utopia construída por Belli (2011) reflete sobre esses impasses sociais e reconfigura o conceito de maternidade como chave para avanços nos âmbitos público e privado, propondo que a maternidade, comparada a uma forma de “cidadania”, fosse partilhada entre homens e mulheres.

Um governo exclusivo de mulheres não significava apenas explorar estereótipos para obter votos. Tampouco criar *slogans* de campanha com esse fim, tal como “Se não lavarmos a

corrupção, quem vai fazer isso?” (Belli, 2011, p. 97). Significava, sobretudo, colocar mentes não masculinas para pensar um novo projeto de nação, ou seja, trazer as demandas de mulheres para o centro do debate político e mudar as políticas públicas que eram criadas mormente a partir das necessidades dos homens.

Em sua obra *Mulheres invisíveis: como os dados configuram um mundo feito para os homens*, Caroline Criado Perez (2019) traz uma série de dados sobre diversos setores, como o mundo do trabalho, a organização urbana e a saúde, para defender a ideia de que a construção de leis, de espaços públicos ou de objetos do cotidiano resulta de uma lógica falocêntrica. Os números trazidos por Perez ressaltam como a construção a partir dessa lógica falocêntrica afeta diariamente a vida das mulheres, colocando-as em risco de morte, em posições de desvantagem no mundo do trabalho ou até mais suscetíveis a certos tipos de doenças. Esses detalhes, que muitas vezes passam despercebidos, são também responsáveis por aprofundar o abismo da desigualdade de gênero. Tendo isso em vista, é possível elucidar como a construção utópica criada por Belli realiza uma reflexão sobre demandas reais de mulheres e dialoga com a tese de Perez de que a inclusão de mulheres nos processos de construção da vida pública e não apenas privada é de extrema importância.

A primeira e mais drástica decisão tomada pelo governo do PEE foi afastar todos os homens dos cargos públicos e substituí-los por mulheres, inclusive a base militar. As mulheres, além de reinseridas no mercado de trabalho, seriam as únicas a dominar a esfera pública, enquanto aos homens restaria a função que, por hora, era ocupada majoritariamente por mulheres: cuidar da casa e dos filhos. Mudar o modelo de organização do trabalho, para o governo, era a ação-chave para resolver diversos outros problemas, tais como se observam na obra:

A proposta do PEE tem seis aspectos fundamentais:

(...) b. Reformar o mundo do trabalho para acabar com a divisão família-trabalho.

(...) A questão do mundo do trabalho, como vocês já sabem, é uma obsessão minha. Creio que não existirá igualdade entre homens e mulheres enquanto não mudar o modelo de organização do trabalho, que pressupõe a separação do trabalhador de seu lar e, portanto, a existência de uma pessoa que cuide dos filhos e da casa (responsabilidade que tradicionalmente foi assumida pela mulher). Como cuidar dos filhos e do lar sem que isso signifique desvantagens e a interrupção ou fim da vida profissional da mulher é o desafio ainda não resolvido da sociedade moderna (Belli, 2011, p. 105-106).

Acabar com a polaridade família-trabalho significa também repensar a maternidade como “afazer” exclusivamente destinado às mulheres, uma função de trabalho não remunerado, que as afasta do trabalho formal e, assim, cria a dependência financeira destas para com seus parceiros. Por sua vez, a dependência financeira cria um cenário suscetível ao aprisionamento matrimonial, econômico, psíquico e à violência contra as mulheres. Repensar as noções de maternidade é, portanto, reconsiderar os modos de organização do trabalho e, conseqüentemente, a dependência feminina, que se mostra desencadeadora de diversos problemas aos quais as mulheres estão sujeitas. Para isso, o governo do PEE propõe “separar a associação automática mulher-maternidade e converter esse ofício em um trabalho neutro” (Belli, 2011 p. 106), já que uma das constatações do governo era de que:

Até agora as mulheres ingressaram em grande número nas universidades, mas a vida profissional, quando existem filhos, introduz uma enormidade de obrigações adicionais que as sobrecarregam de responsabilidade e prejudicam sua eficiência em ambas as áreas. Não é de surpreender que, ao ter a possibilidade, optem por permanecer em casa. Isso significa que passam a ser economicamente dependentes de quem provê o sustento da família e, portanto, são vulneráveis ao abandono e à violência e perdem a autonomia e a possibilidade de autorrealização em um terreno distinto da maternidade (Belli, 2011, p.106).

Converter a maternidade em “ofício neutro” se torna um objetivo político-cultural. Entre as estratégias para alcançá-lo, o texto sugere: estudar a maternidade como matéria escolar, o que lembra as estratégias adotadas no Brasil no século XX, como supracitado, em Priore (2014). No entanto, essa cientifização do cuidado materno é agora dirigida a crianças de ambos os sexos. Com isso, dentre as estratégias de governo estariam criar *reality shows* que demonstrariam como os homens estavam se saindo na nova função doméstica; repensar os locais de trabalho, instalando neles creches e salas de amamentação, e até mesmo repensar a maternidade a partir de seus pressupostos mais corriqueiros, tais como “ninguém seria melhor para cuidar de seres humanos como uma mãe”.

Toda essa inversão de papéis e valores, certamente, causaria resistência por grande parte da população masculina, principalmente no que diz respeito ao afastamento dos homens da esfera pública. Era preciso criar a consciência nos homens de que o serviço doméstico era igualmente nobre e importante. Além disso, os questionamentos sobre até quando essa troca de papéis seria tolerada ou necessária rondava o pensamento da equipe do PEE. A ideia era dúbia: estavam elas criando uma consciência e situação de igualdade ou apenas aprisionando os homens num “exílio perpétuo”? Como aponta uma das integrantes do partido:

- Mas se apenas os tirarmos do serviço público estatal, você acha que terá algum efeito? - perguntou Ifigenia.

- É como a teoria da mancha de óleo de Debray – observou Viviana-, cria-se um núcleo e o efeito se alastra. Os que ficarem em casa falarão de sua experiência, e tenho certeza de que descobrirão predileções e se surpreenderão consigo mesmos. Acho que poderíamos fazer um desses *reality shows* que acompanham o progresso do homem que fica em casa e cuida dos filhos e das tarefas domésticas. Uma espécie de *Survivor*, com autorizações incluídas.

-A ideia é muito boa - exclamou Ifigenia -, Carla pode montá-lo.

- Não sei se há programas como esses na Suécia, mas lá existem donos de casa, subvenções do Estado para creches e normas que regulamentam o tempo dividido entre o casal. As estatísticas de participação da mulher demonstram que o negócio funciona - Rebeca comentou. - No entanto, a respeito dessas medidas drásticas, aceito a opinião da maioria, mas deixo registrada minha preocupação. Temos que conviver com os homens. E se conseguirmos trabalhar maravilhosamente bem sozinhas, o que acontecerá depois? Exílio perpétuo?

- Claro que não - falou Viviana. - Mas você não percebe, Rebeca? - Eles vão nos respeitar de outra maneira. Mais ainda, você não acha que nós, mulheres, precisamos dessa experiência? Os homens já a tiveram. Dirigiram sozinhos o mundo dos negócios, da política. Provaram do que são capazes sozinhos. Nós sempre estivemos à sua sombra ou ao seu lado. Merecemos passar pelo teste (Belli, 2011, p. 124).

Diante desse impasse, os cidadãos teriam de lutar por um bem maior, algo que criasse no país uma consciência tão profunda que se revelaria por meio de uma prática nacionalmente compartilhada. Essa prática seria a *cidadania*. Cuidar de tudo e de todos à sua volta seria um ato cidadão não exclusivo das mulheres. Tal conceito é chave para a obra e também um caminho de mudança no mundo fora da ficção. A narradora assim o descreve:

(...) introduzir o conceito de *Cidadania*, as e os cidadãos como *Cidadãos*, como cuidadores da pátria – uma ideia que pegou emprestada de um grupo de feministas espanholas (“Ser cidadã é pagar impostos”, “Ser cidadã é melhorar o bairro”, “Ser cidadã é cuidar da saúde”).

(...) E assim foi. Conseguiram fazer com que muitos homens percebessem que não era uma má ideia cuidar do país como se ele fosse a casa de cada um (Belli, 2011, p. 37).

O que acontece no país de Fátuas é uma espécie de deslocamento cultural para a recriação do conceito de maternidade. Este se desprende, então, das concepções de “natureza” feminina e passa a ser uma prática universal. Tal deslocamento é acompanhado por uma movimentação não só refletida em resultados práticos, como o compartilhamento do trabalho doméstico entre homens e mulheres ou a volta destas ao mercado de trabalho, mas, principalmente, na mudança sobre a construção da masculinidade firmada na força e na violência. Outra estratégia consiste, portanto, em ensinar os meninos desde a escola que o afeto

e o cuidado são também parte da formação de suas identidades e deveres como adultos. Isso inclui ainda a recriação das práticas de vivências infantis, que são também responsáveis por moldar valores e caráter na fase adulta.

O termo cuidar está atrelado a valores de cunho sentimental ou pessoal, que em geral não é pensado como um ato coletivo. Quando este termo é ressignificado e unido à palavra cidadania, surge um novo valor denotativo. Significa que algo, antes exercido individualmente, dentro de percepções pessoais do que seria cuidar transfere-se agora para o âmbito político e torne-se uma prática do cidadão. Quando um governo assume a responsabilidade de cuidar para si e, mais ainda, convoca o povo para que este também exerça a mesma prática, a frieza e a imparcialidade que envolvem a política são deixadas de lado e uma coisa antes vista de forma massificada passa agora a ter um rosto, uma individualidade. Ao se propor a cuidar das pessoas, um governo, conseqüentemente, assume uma responsabilidade maior, de não ver mais os cidadãos como números, mas sim como indivíduos ou, mais ainda, como filhos. Dessa forma, como uma prática cidadã, a prática do cuidado é também perpetuada a todos os que fazem parte da pólis, de modo que a responsabilidade afetiva com o outro e com o país não se torne algo peculiar, mas sim um hábito no cotidiano do cidadão.

Pensar a prática maternal do cuidado como um modo de se fazer política não é romantizá-la impropriamente. É ter em mente que um *modus operandi* masculino já é posto em prática como sendo algo normal e aceitável. A decisão tomada pelos governos em diversas situações pelo uso da força e da guerra reflete como a política é feita de forma masculina, violenta e não assertiva. Se tivéssemos valores considerados como românticos e inadequados no âmbito político como a prática do cuidado, talvez não fossem tão corriqueiras e normalizadas as práticas de vandalização, a cultura da violência, a apatia cotidiana e o descaso patrimonial. Assim nos mostram os governos guiados por mulheres na atualidade, que com o “tato feminino” propõem políticas que realmente acolham as necessidades dos indivíduos - como é o caso da Finlândia, que com seu parlamento majoritariamente composto por mulheres se torna o país com menos desigualdade de gênero e o mais feliz no mundo, segundo o Relatório Global sobre Felicidade (2023). Dessa forma, como será discutido mais adiante, os termos “cuidar” ou “cuidado” aparecem cada vez mais em documentos oficiais, tornando-se uma tendência contemporânea na criação de políticas públicas, que, no entanto, resgatam a ancestralidade da correlação do ser humano com o meio ambiente, a terra ou nação que é mãe e o cidadão que é filho e fruto.

A narrativa *O país das mulheres* (2011) reafirma a tendência utópica feminista de reflexões sobre a condição das mulheres dentro do contexto social e político em que estão inseridas. A obra, publicada em 2010, dialoga com alguns avanços conquistados em anos posteriores, em que a presença das mulheres nas diversas esferas de poder tornou-se uma questão relevante. A ocupação de mulheres nos espaços políticos, visando, principalmente, lançar luz sobre as necessidades coletivas faz total diferença para uma agenda feminista mais igualitária. De fato, como que imitando a arte, inaugurou-se uma campanha de *Cidadania* em Bogotá em 2013, inspirada na obra de Belli. Já o status da Islândia, que possui o parlamento com maior igualdade de gênero do mundo, estabelece a *cidadania* como o melhor lugar para as mulheres. Também inspira o recente projeto de lei argentino que reconhece o cuidado materno como tempo de serviço qualificado para a aposentadoria. Estes são exemplos reais que confirmam a importância da literatura utópica feminista como fomentadora de discussões férteis e soluções para o real empoderamento das mulheres.

Na próxima seção, discutido um aspecto humorístico e absurdo contido na obra, mas que, se visto fora de uma ótica ficcional e alegorizada, pode ser considerado uma das formas de subversão feminina mais eficientes: o uso do corpo ou da sedução como estratégia para alcançar algum objetivo.

Uma Campanha Eleitoral Performática

Nesta seção, enquadro uma das estratégias de campanha contidas na narrativa que pode ser analisada sob a luz da teoria dos Atos performativos proposta por Judith Butler (2018), bem como defendo a tese de que o corpo e a sedução, na narrativa, são usados como arma política.

Uma das características pelas quais se considera a obra uma utopia satírica é pelo tom recorrente do humor e do absurdo que a acompanha do início ao fim. Além do nome inusitado, o PEE (Partido da Esquerda Erótica) possui propagandas e táticas de campanha incomuns. Uma dessas táticas é apropriar-se dos estereótipos femininos como estratégia para angariar votos. As componentes do partido decidem que um governo de mulheres, como vemos a seguir, deveria, então, assumir um “papel feminino” convencional para chegar ao poder, como descrito abaixo:

Enfatizar tudo o que era considerado feminino e fazê-lo até o ridículo fora sua genialidade [genialidade da candidata]. Passamos muito tempo nos arrependendo de ser mulheres – dizia – e tratando de demonstrar que não somos, como se ser mulher não fosse nossa principal força, mas agora chega. Vamos pegar cada estereótipo feminino e levá-lo até as últimas consequências (Belli, 2011, p.39).

Para ilustrar as diversas ações que baseariam esse plano, destacam-se as propostas a seguir:

Primeira proposta de campanha publicitária

(...) Ações

1. Organizar falsas reuniões de demonstração de Tupperware para passar informações sobre o partido e para que as levem dentro dos potes.
2. Organizar chás de bebês falsos como desculpa para redigir os programas de governo.

(...) Campanha suja

Objetivo político: obter voto masculino.

Objetivo de comunicação: convencer os homens.

Alvo: Homens

Estratégia: Intervir nos espaços masculinos latino-americanos da mesma maneira objetual com que se coisificou a mulher na publicidade. 1. Utilizar o corpo da mulher como estratégia de persuasão. 2. Utilizar o amor, o carinho e o desejo para convencer (Belli, 2011, p. 98-99).

Ao observarmos essas direções de campanha, podemos constatar que as mesmas constituem roteiro inovador pelo qual as mulheres do partido deveriam se orientar em sua atuação política. A atração do corpo feminino inverte a convenção de que o corpo da mulher existe para satisfazer o homem, uma vez que é utilizado para o “convencimento” em prol dos interesses políticos da mulher. Nesse sentido, as ações calculadas devem recair sobre o que Judith Butler (2018) propõe como “atos performativos de gênero”. Para a autora, o gênero:

ao ser instituído pela estilização do corpo, deve ser entendido como a maneira cotidiana por meio da qual gestos corporais, movimentos e encenações de todos os tipos constituem a ilusão de um “eu” genericado permanente. Essa formulação desloca o conceito de gênero para além do domínio de um modelo substancial de identidade para um modelo que exige uma concepção de temporalidade social constituída. (...) Significativamente, se o gênero é instituído por atos internamente descontínuos, o aparecimento da substância é precisamente isso: uma identidade construída, uma realização performativa na qual a plateia social cotidiana, incluindo os próprios atores, vem a acreditar, além de performar como uma crença (Butler, 2018, p. 3).

Pensar o gênero como parte de um roteiro social repetido diariamente, que se cristaliza em uma existência supostamente natural, permite também refletir sobre como esses atos ou performances são usados culturalmente para acentuar diferenças e, conseqüentemente, como contribuem para a distribuição do poder e a manutenção do *status quo*. Percebe-se que os estereótipos do gênero feminino estão ligados principalmente a duas características: à objetificação sexual e ao contexto doméstico. No texto de Belli, as reuniões de demonstração de *Tupperware* (famosa marca de recipientes de conservação de alimentos) e os chás de bebês são locais socialmente associados ao feminino e, mais do que isso, ambientes que não são

usualmente frequentados por homens. Dessa forma, as mulheres se apropriam desses “locais de gênero” e os transformam em locais de luta política. A primeira ação está relacionada ao serviço doméstico – sobretudo à organização, limpeza e preparação de refeições cotidianas – e a segunda ação está relacionada à maternidade. Apesar de os dois ambientes serem totalmente compatíveis com a presença masculina, já que estes também podem participar do serviço doméstico e também podem ser pais, tios ou amigos dos pais do bebê homenageado pelo chá, Butler afirma que nossa organização sociocultural ou nosso “palco” separa muito bem os locais ou cenários a serem convencionalmente ocupados por homens e por mulheres.⁹ Tanto a objetificação feminina quanto a associação ao ambiente doméstico explicitam algumas das situações pelas quais a opressão masculina se dá pela falsa ideia de que certas atividades seriam naturais a um gênero ou a outro.

Apropriar-se dos estereótipos de gênero é mostrado como forma de subversão feminina, mas além disso, de forma ácida e cômica, Belli tece uma forte crítica à construção da masculinidade. A narrativa se faz a partir da mistura de situações reais que permeiam a condição das mulheres e de soluções inusitadas ou mesmo bizarras para estas. Dentro dessas soluções, o humor é utilizado sem moderação, principalmente para zombar e ridicularizar a construção, aparentemente frágil, da figura masculina. No plano de campanha do partido, propõe-se até mesmo esconder o controle da televisão para que os homens sejam obrigados a assistir à propaganda política do PEE. Estes são retratados sempre como seres tolos e ingênuos diante do “poder de sedução feminino”. Na lógica do texto, o poder está, portanto, associado à sedução e é o que garante às mulheres a possibilidade de se contraporem ao domínio masculino. *O país das mulheres* é praticamente uma história de vingança das mulheres contra os homens através do exercício da sedução. Esta, entretanto, é mostrada não como um ato reprovável, tal como aparece nos discursos tradicionais, mas como “jogo”, tal como define Baudrillard (2008). Vale dizer que, no texto de Belli, esse jogo é realizado de modo debochado, colocando os homens em situações que confrontam sua masculinidade. Assim sendo, a sedução se torna, ela mesma, uma forma de simulação paródica pela qual as feministas de Fátuas garantem para si a possibilidade de exercer poder. Para Jean Baudrillard (2008, p.13) “a sedução representa o domínio do universo simbólico, o poder está ligado apenas ao domínio do universo real.” É assim, através da exploração dos estereótipos como pertencentes aos sistemas simbólicos (e às

⁹ Um claro exemplo dessa organização encontra-se na lógica dos banheiros públicos, que separa homens e mulheres enquanto produz o gênero. Ver: PRECIADO, Paul Beatriz. *Lixo e gênero. Cagar/mijar, masculino/feminino*. <https://www.select.art.br/lixo-e-genero-mijar-cagar-masculino-feminino/> Acessado em 27/08/2021.

ideologias) e não aos imaginários masculinistas (o real) que as mulheres se engajam na luta contra os próprios estereótipos tradicionais masculinos, de forma a “ludibriá-los” e “convencê-los” politicamente, bem como enfraquecê-los para além da desvirilização apresentada na narrativa.

Na próxima seção, mostro como esses aspectos característicos do governo do PEE são vistos na prática e costuram um diálogo com as políticas existentes e necessárias para a promoção da igualdade de gênero na vida das mulheres latino-americanas, principalmente no que diz respeito à noção de “*cuidadania*” apresentada por Belli em sua obra.

Para além da utopia: um diálogo de “*cuidadania*” entre a obra e a América Latina

Nessa seção, abro um diálogo entre a obra *O país das mulheres* e a real situação da mulher latino-americana. Entendo que o conceito de América Latina abarca muitos países com diferentes contextos, no entanto, pode-se também tomar como fato que a divisão América Latina possui uma unidade, principalmente no que diz respeito aos lugares ocupados pelas mulheres. Dessa forma, busco explicitar, agrupando dados e documentos de organizações internacionais, como a ONU e a CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe), como a narrativa tece um diálogo com as mulheres latino-americanas, principalmente no que diz respeito à importância da *cuidadania* como prática que se faz desejada na região.

“A autonomia das mulheres, a igualdade de gênero e a construção de uma sociedade do cuidado são uma condição, um caminho e um catalisador para o desenvolvimento sustentável”, este é o título da matéria da CEPAL (Comissão Econômica para América Latina e Caribe) sobre a 62ª Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher junto à ONU Mulheres, realizada em 2022 e que teve como tema central “A sociedade do cuidado: horizonte para uma recuperação sustentável com igualdade de gênero”. Os três pilares ressaltados no título da matéria muito se assemelham à postura adotada pelo partido político da obra *O país das mulheres*. No entanto, são frutos de uma conferência real que trata da condição da mulher latino-americana e caribenha.

Para Alice Bárcena (2022), Secretária executiva da CEPAL:

Precisamos de uma mudança urgente no estilo de desenvolvimento para avançar rumo a uma sociedade do cuidado em que se reconheça a interdependência entre as pessoas e o meio ambiente; a interdependência entre

os processos produtivos e a sociedade; e que coloque a sustentabilidade da vida humana e do planeta no centro (Bárcena, 2022, n.p.).

O discurso de Bárcena nos remete tanto ao conceito de “cidadania” da narrativa *O país das mulheres* (2011) quanto aos outros exemplos presentes de narrativas feministas utópicas analisadas nessa dissertação, em que, naqueles universos utópicos, as mulheres viviam em equilíbrio e harmonia com o meio ambiente e os processos de produção. O termo “cuidado” e seus derivados têm forte recorrência nos recentes documentos de conferências que dizem respeito à igualdade de gênero e não por mera coincidência também foi pauta da redação do Enem¹⁰ do ano de 2023, que tinha como tema “Desafios para o enfrentamento da invisibilidade do trabalho de cuidado realizado pela mulher no Brasil”. Nos exemplos aqui trazidos, o termo se abre a três significações: 1) é preciso criar políticas públicas que acolham as mulheres ou mais que isso, que cuidem delas; 2) é preciso reverter a própria prática do cuidado como algo restrito ao ambiente privado e fazê-la uma espécie de prática cidadã, em que toda a sociedade se mova em torno dela; 3) o cuidado, que é uma prática majoritária e culturalmente feminina, deve ser observado sob uma ótica econômica e “burocrática” e não ser meramente uma prática que se restringe ao âmbito afetivo.

Como uma região que registrou ao menos 4.473 mortes de mulheres vítimas de feminicídio em 2021 segundo o OIG (Observatório de Igualdade de Gênero da América Latina e Caribe), a América Latina se torna assunto de diversos debates acerca da violência e desigualdade de gênero. Os fatores econômicos, sociais e culturais contribuem para que se estabeleça nessa região como um todo uma onda de opressão e violência masculina. A CEPAL chamou o crescente número de mortes e de violência na região como uma “pandemia na sombra”, uma vez que o cenário da pandemia da COVID-19 intensificou os casos de violência.

Lourdes Maria Bandeira, na obra *Mulheres e Violência: interseccionalidades* (2017), ao dissertar sobre a violência contra as mulheres, toma como ponto de partida duas concepções estabelecidas por Corradi (2009) sobre o conceito de violência. São elas: violência instrumental e violência modernista. A segunda é definida como “uma força social plena de significados e dotada de uma capacidade de estruturação da realidade que modela culturalmente o corpo das vítimas e dos agressores, denominada *violência modernista*” (Corradi, 2009, p. 2-3, *apud* Bandeira, 2017, p. 16). Dessa forma, contextualizando o que foi citado para a região latino-americana, diversos fatores corroboram para que aquilo que está contido no conceito se

¹⁰ O Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) é o principal exame de seleção para os ingressantes em Universidades Públicas do Brasil.

manifeste nessa região. A noção da masculinidade na região latino-americana é constituída a partir de “valores de violência, exibição de força e a negociação de agressividade” (UNESCO, 2002). Como é posto na concepção de Corradi sobre violência, sua capacidade de estruturação modela a realidade ditando os corpos dos oprimidos e dos opressores. Culturalmente, é o que se tem como cenário na América Latina: a dominação masculina se manifestando em diferentes esferas, principalmente na doméstica. Para a Secretária Executiva da CEPAL, Alice Bárcena:

A violência de gênero ocorre de forma sistemática em nossa região. Não conhece fronteiras, afeta mulheres e meninas de todas as idades e acontece em todos os espaços: nos lugares de trabalho, no âmbito da participação política e comunitária, no transporte e na rua, na escola e nos centros educativos, no ciberespaço e, sem dúvida, nos próprios lares (Bárcena, 2020, n.p.).

Para Bandeira (2017, p. 19), a violência de gênero é uma “‘força social’ que estrutura as relações de [poder] entre os gêneros, que modela as dinâmicas sociais”. Desta forma, a violência e as relações de poder se retroalimentam para criar as dinâmicas sociais em que as mulheres serão vítimas de seus agressores masculinos: maridos, chefes, pais, familiares ou desconhecidos. Bandeira também dará destaque à objetificação do corpo como sendo fundamental para essa violência considerada modernista. A objetificação do corpo, aqui, perpassa a questão de objeto de prazer e contemplação masculina, e se sofisticada, à medida que o corpo feminino se coisifica a ponto de ser um alvo a ser combatido, uma “zona de guerra”, ou, simplesmente, um saco de pancadas. Nesse sentido, ela afirma que:

a ligação entre a razão e emoção, a invenção de um inimigo, o corpo da vítima disponível a ser modelado, a difusão dramática e espetacularizada de atrocidades presentes nas mídias, e o protagonismo dado ao agressor, são todos elementos que ultrapassam a condição de instrumentalidade da violência e que a constitui [como] o *locus* de uma força estruturante da realidade social (Bandeira, 2017, p. 19).

A aniquilação do corpo da vítima, então, é a última instância da violência que é gradativa, passando pelo assédio nas ruas ou no trabalho, a violência psicológica, a violência física e, por fim, o assassinato da mulher de forma brutal, com o fim de dilacerar tudo aquilo que vá marcar aquele corpo como sendo feminino, como observa-se a seguir.

Trata-se, aqui, de destacar os crimes personalizados que ocorrem nas relações pessoais e íntimas (PASINATO, 2011; SEGATO, 2014; BANDEIRA 2015), motivados por razões diversas (im)postas, sobretudo, pelo(s) agressor(es), que envolvem ódio, raiva, desprezo, humilhação, insubordinação feminina ao desejo masculino, o descontrole das emoções e a perda de prestígio viril. Estes sentimentos de perda sobre a ‘propriedade’ da mulher, e por tantas outras

motivações em sociedades como a nossa, onde a ‘masculinidade hegemônica’ é vinculada a uma cultura de honra e de orgulho, leva o homem a querer manter o controle sobre o corpo feminino e a sexualidade (MACHADO, 2016). São esses ‘componentes’ de controle e de poder que estruturam as dinâmicas relacionais entre homens e mulheres, e quando esse ‘poder’ masculino é abalado ou quebrado, recorre-se a violência. A ‘posse’ deste ‘controle’ reforça a sua crença na ideologia viril [...] (Bandeira, 2017, p. 22).

Com isso, é ressaltada por Bandeira a dissociação do corpo feminino da concepção de que nele reside um indivíduo dotado de desejos e pensamentos próprios, o que se reflete nos assassinatos, que além de serem cometidos em razão de uma suposta relação de poder entre assassino e vítima, são repletos de ódio e crueldade especificamente ao corpo feminino. Estes são antecipados de estupro ou realizados com atos a fim de violentar exatamente as partes do que constitui o significativo mulher, ou seja, ataques repetidos com diferentes instrumentos aos órgãos genitais da vítima ou aos seios. Portanto,

a lógica masculina autoriza a apropriação do corpo feminino em seu ‘proveito’ e, muitas vezes, se utiliza da violência feminicida para dominá-lo e domesticá-lo. Aqui, como de resto na prática dos crimes de guerra, o estupro se torna um elemento central de controle sobre o corpo feminino (Bandeira, 2017, p. 23).

Assim também a objetificação feminina pode se tornar uma espécie de violência do corpo como uma ferramenta de embate bélico. Citando Segato (2014), Bandeira discute o termo “femi-geno-cídio”, que simboliza o ápice desse tipo de objetificação do corpo feminino que é alvo comum de um ataque. O objetivo final é o assassinato em massa de mulheres, uma guerra específica ao corpo feminino.

É nesse sentido que o corpo feminino pode se transformar até mesmo em uma “zona de guerra”, como ressalta a autora:

Todas essas violências se constituem em ‘novas’ formas de guerra. Estão presentes na guerra do narcotráfico, assim como no uso e comércio do corpo feminino, objeto de manipulação pelos movimentos nacionalistas, como ocorrido na Bósnia (1992-1995). Teve como alvo nas comunidades um ‘inimigo inventado’ – as mulheres, cujos estupros em massa, [foram] estimados em 35.000 pelo governo da Bósnia [...] (Bandeira, 2017, p. 26).

Alguns casos, como os assassinatos de Elisa Samúdio e Marielle Franco no Brasil, o assassinato da jovem Chiara Páez, morta pelo companheiro, na Argentina ou mesmo as prisões e estupros de manifestantes contrárias ao atual governo da Nicarágua, este último que exemplifica a dinâmica de fazer do próprio corpo feminino um local de guerra, ecoam com notoriedade como retrato da América Latina. Todos eles confirmam o dado que atesta a região como a mais perigosa para as mulheres, fora de uma zona de guerra (ONU, 2017).

São por esses casos emblemáticos e pelas estatísticas assustadoras que as líderes de organizações voltadas para as mulheres latino-americanas reforçam a importância de um cuidado intensificado com as mulheres, que, simplesmente por estarem nessa região, já se encontram em situação de vulnerabilidade. Para a Secretária Executiva da CEPAL, as medidas devem se voltar a tomar o conceito de cuidado de uma forma mais complexa, de forma que este seja uma ferramenta generalizada, assim como propõe Belli na obra com o conceito de “*cuidadania*”, não somente cuidar das pessoas, mas também do meio ambiente e dos meios de produção de forma respeitosa. Bárcena afirma que:

O horizonte deve ser avançar rumo à construção de estilos de desenvolvimento justos e igualitários. Vemos a sociedade do cuidado como um salto civilizatório, como o horizonte mais promissor para uma recuperação transformadora, sustentável e com igualdade de gênero [...]

Entre todas e todos podemos fazer mais e melhor por uma recuperação sustentável, inclusiva e resiliente. Repito mais uma vez: a recuperação da América Latina e do Caribe pós-pandemia será feminista ou não será (Bárcena, 2022, n.p.).

Dito isso, como resultado dos acordos da 62ª Reunião da Mesa Diretiva da Conferência Regional sobre a Mulher, decidiu-se fortalecer a criação e implementação de leis, políticas, planos de ação integrais e multissetoriais, além de programas de educação que visem atender, prevenir, punir e abolir as formas de violência contra as mulheres nos diferentes âmbitos e manifestações, incluindo as práticas nocivas, como o casamento infantil e a mutilação genital feminina (CEPAL, 2022). Além dessas decisões que visam principalmente garantir a segurança e integridade física das mulheres, outra ramificação do termo “cuidado” foi levada em conta nos ambientes de acordos e conferências das organizações internacionais, como o investimento na Economia do Cuidado.

Em um painel no Fórum Geração e Igualdade de 2021 em Paris, o Governo do México, lançou a Aliança Global pelo Cuidado, representada pela presidente do Instituto Nacional da Mulher (INMUJERES), Nadine Gasman. Esta assim descreve as ações dessa entidade:

Criamos a Aliança Global de Cuidado como um chamado para ações urgentes por parte de governos, sociedade civil, setor privado e organizações internacionais; ações que vão mudar a forma como o trabalho é distribuído [...] “Precisamos de reforma jurídica, mais serviços, espaços físicos para atendimento [prestação] e campanhas de conscientização. Esta é uma transformação sociocultural que sabemos que será revolucionária (Gasman, 2021, n.p. *apud* ONU Mulheres, 2021, n.p.).

A Aliança Global pelo Cuidado entende que, além de nos movimentarmos para uma sociedade do cuidado, como referido anteriormente, devemos também lançar o olhar para

criarmos uma economia em relação ao cuidado. O trabalho de cuidados (criação de filhos, cuidados domésticos, cuidados de doentes, crianças, idosos ou acamados) é majoritariamente feito por mulheres. Uma pesquisa da ONU Mulheres concluiu que “em média, as mulheres agora gastam quase tanto tempo em trabalho de cuidado não remunerado quanto em um trabalho remunerado em tempo integral” (ONU, 2021). Mudar a visão sobre como o mundo enxerga a prestação de cuidados é fundamental e, mais ainda, tomar decisões que promovam esse tipo de trabalho como qualificado à remuneração e à logística econômica são chave para como construiremos um futuro mais justo em relação às mulheres.

A ascensão do trabalho de cuidados no mundo econômico é capaz de mudar a vida de mulheres, à medida que fomenta a criação de empregos, o empoderamento feminino e, conseqüentemente, conduz à redução da pobreza. Contribui também para a saída das mulheres de um ambiente familiar onde impera um relacionamento abusivo, em que o homem abusa da dependência financeira da mulher oprimindo-a. São inspiradores o projeto de lei argentino que configura o cuidado materno como tempo de serviço qualificado para a aposentadoria, ou mesmo a campanha de “Cidadania” na cidade de Bogotá, inspirada na obra *O país das Mulheres*, bem como os exemplos trazidos pela ONU Mulheres.

Karina Gould (ONU Mulheres, 2021, n.p.), ministra do Desenvolvimento Internacional do Canadá, descreveu o cuidado como uma “vitória tripla”: “É uma vitória para as crianças, para a igualdade de gênero e para a economia. É uma das poucas políticas que realmente se paga”. Gould afirmou também que o sistema de creches implementado em Quebec “fez com que a província passasse da menor participação feminina na força de trabalho do Canadá para a maior”. Além disso, “o número de mulheres que entraram na força de trabalho [em Quebec] resultou em receita governamental suficiente para pagar o sistema de creches”, disse ela. O governo canadense deve investir 30 bilhões em um plano de cinco anos para desenvolver um sistema de creches acessível em todo o país.

Nos Estados Unidos, esforços recentes estabelecem novos padrões para a economia do cuidado em nível nacional. Como exemplo disso, Jennifer Klein, co-presidente do Conselho Consultivo de Gênero da Casa Branca, assim explica como o primeiro pacote legislativo dos Estados Unidos ampliou a agência de cuidados:

Proporcionou alívio imediato na forma de pagamentos diretos e ampliou o crédito tributário infantil, que terá um caráter transformador de impacto sobre as mulheres e suas famílias, e prevê-se que reduza a pobreza infantil pela metade.” (ONU Mulheres, 2021, n.p.).

As relações entre a narrativa de Belli e o contexto latino-americano são, portanto, mais profundas do que pareceria à primeira vista. O projeto de Belli de “ultra-feminilização” como estilo de governo nada mais é que um manifesto em torno dos três pilares que circundam as concepções contemporâneas do “cuidado” citadas: é preciso cuidar das mulheres, é preciso inserir o cuidado no mundo do trabalho e na economia e é preciso que a cidadania seja sinônimo de cuidado. Essas práticas, lamentavelmente, têm uma ligação direta com as noções apenas de feminilidade. Isso remete à necessidade de se criarem entre os homens práticas que os eduquem para o cuidado e o respeito à mulher e ao meio ambiente. Infelizmente, a masculinidade ainda muito se liga à destruição, mesmo quando é para construir algo novo. Talvez por isso a discussão do cuidado como cidadania seja tão urgente e a ideia de criar uma economia do cuidado em âmbito nacional ainda pareça algo estranho e novo. Tradicionalmente, tudo aquilo que circunda o universo feminino em nossa sociedade, automaticamente, não é ligado ao trabalho, à economia e ao dinheiro, mas fica restrito ao âmbito doméstico, que por tradição nunca se mistura à esfera pública. O que por vezes nos parece absurdo na leitura da obra é apenas uma versão mais exagerada de como seria o mundo se o universo feminino deixasse de se restringir ao âmbito doméstico ou privado, o que não deveria de forma alguma surpreender, mas sim ser um meio de reparar aquilo que é a regra e estamos acostumados a ver como normal, ou seja, enxergar o mundo pela ótica da masculinidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após as discussões realizadas ao longo desta dissertação, cabem algumas considerações relevantes para concluir o trabalho. Mas acredito ainda ser pertinente deixar minhas próprias observações depois deste tempo estudando a obra em questão e a autora Gioconda Belli.

Após as entrevistas escritas e em vídeo e os relatos de Belli em relação à obra, algo que se destaca é a leveza e a “despretensão” com que Belli trata a narrativa. Depois de anos como escritora, pensadora política e testemunha viva e ativa de eventos tão pesados e por vezes sombrios, acredito que Belli escreve *O país das mulheres*, acima de tudo, para “brincar de sonhar”. Obviamente, isso não significa que a autora escreve com leviandade, ingenuidade ou como uma brincadeira sem nenhuma seriedade ou reflexão, mas entendendo que, depois desses anos, seu texto constitui uma miscelânea de fragmentos inspirados em sua própria trajetória como mulher e ativista política, uma saudação ao movimento feminista e uma homenagem às mulheres que marcaram sua história de vida e ao Realismo Mágico latino-americano¹¹. Nessa miscelânea, a autora fica à vontade para sonhar, para propor arranjos, ser nostálgica, ser idealizadora, romântica e não se levar tanto a sério. Entretanto, ao final da narrativa, ela se propõe a acordar quando a utopia de Fátuas não logra êxito. Após anos na política e no ativismo feminista, Belli, atualmente, prefere não mais se rotular com etiquetas políticas como comunista, liberal ou sandinista. A autora acredita que pode continuar a lutar pela justiça social e, principalmente, pelas mulheres sem um rótulo partidário. É por essa razão que a obra de Belli merece continuar a ser discutida e posta em paralelo com a realidade em que vivemos. Todavia, não se pode assumir que o romance como um todo seja a proposta política da própria autora.

Nas propostas políticas das governantes do PEE, há arranjos já adotados anteriormente por outros grupos feministas, que Belli faz questão de explicitar, tais como a origem do nome do partido ou da proposta de *cuidadania*, bem como propostas mais inéditas e absurdas como a de exposição em praça pública de estupradores presos em jaulas. A narrativa ainda traz reflexões relevantes, como a universalização da maternidade. Na obra, cada personagem integrante do PEE representa uma vertente ou Onda do movimento feminista, fazendo com que as ações do governo sejam uma mistura de propostas que já ocorreram na história do

¹¹ Apesar de não ter trabalhado o conceito ou enquadramento da obra no movimento Realismo Mágico, acredito que o teor da narrativa, que insere um vulcão (elemento geográfico típico de países da América Latina) como mote de eventos insólitos, é uma homenagem da autora a este movimento literário latino-americano.

movimento, como a utilização de pronomes neutros, a campanha de *cuidadania*, que a personagem Martina “pegou emprestada de um grupo de feministas espanholas” (BELLI, 2011, p. 37) ou mesmo as reuniões de mulheres durante a campanha política para o compartilhamento de dilemas comuns, “seguindo o modelo de reunião das feministas americanas dos anos 60” (BELLI, 2011, p. 94). Assim, considero a jornada de governo do PEE uma homenagem de Belli a todas as mulheres que, errando ou acertando, propuseram ações visando à melhoria de vida e à igualdade de classe. Acredito ainda que essa colcha de retalhos de referências, absurdos, sonhos e propostas não deve ser tratada exatamente como um projeto político fechado a ser seguido à risca, mas sim como uma espécie de manifesto de leitura de inspiração, encorajamento feminino e de reflexões. Uma vez que a obra se reveza em ser muito didática, prática e realista sobre as questões das mulheres e em ser fantasiosa e satírica, devemos separar estes dois extremos e saber até onde transpor as propostas a nossa realidade. Apesar disso, penso que, mesmo envolta nestes dois extremos, a obra consegue ressaltar sua relevância em ser um potente manifesto sobre as questões que circundam o universo das mulheres, sobretudo latino-americanas.

Tudo isso traz à reflexão os possíveis limites da utopia de Belli: “qual a relevância de *O país das mulheres* para o mundo real?”, “como seria o mundo sem o protagonismo masculino?” e “o mundo seria mais igualitário se liderado apenas por mulheres?”.

Para discutir a primeira questão, acredito que essa indagação tentou ser respondida e justificada ao longo de toda esta dissertação. Tendo como terra nativa a Nicarágua, sendo imigrante de outros países latino-americanos e, por fim, imigrante nos Estados Unidos, que se consagra como a “terra prometida para todos”, Belli tem uma experiência vasta sobre como é ocupar o lugar de mulher em diferentes cenários. Sua trajetória de vida, ora no *front* como ativista sandinista ora como exilada, intelectual e agora em posição, de certa forma, privilegiada no conforto da vida estadunidense, permite que Belli adquira uma vasta e heterogênea experiência sobre questões democráticas, vistas agora sob o ponto de vista da mulher. O exílio traz a Belli a sensação de não pertencimento, a falta do lar e ainda o peso de saber que nem todas as mulheres de seu país terão o privilégio de liberdade que ela possui ao morar nos Estados Unidos. Ao mesmo tempo, a ideia de liberdade americana não é homogênea, principalmente para uma imigrante latina como Belli e ainda sendo de um país que tem relações tão conturbadas com os Estados Unidos como a Nicarágua. Sua experiência à frente de um projeto que à primeira vista se denominava libertador como o da FSNL (Frente Sandinista de Libertação

Nacional) e que, por fim, se perdeu no autoritarismo, contribui ainda mais para que Belli seja capaz de refletir sobre o jogo democrático.

As várias facetas da vida de Belli expressas em seu processo criativo permitem esboçar na utopia um mundo para si mesma e para outras mulheres, um mundo onde os eventos conturbados não permitiram que ela vivesse. Belli poderia optar por finalizar sua história no auge da perfeição da utopia, no entanto, com sua experiência de vida, sabe que isso seria inocente demais. A utopia de Belli inicia-se igualmente como um país tipicamente latino-americano, com seus problemas e falhas, mas que consegue superá-los pelo desejo de igualdade das mulheres. É certo que este só é possibilitado pelo fator fantástico da narrativa (o vulcão), entretanto não é ele o responsável para que aquelas mulheres tivessem o desejo e a atitude de mudança. É nesse ponto que transpomos a relevância da obra à realidade, no desejo e na ação de mudança. É a agenda política da obra, que por vezes nos divertiu e espantou, mas que sobretudo inspirou e trouxe reflexões acerca do mundo real, reflexões essas que foram feitas ao longo desta dissertação e postas em paralelo com diversas situações e questões reais, principalmente no que diz respeito à situação da mulher latino-americana. Dessa forma, a obra, de forma equilibrada, conduz o leitor ao mesmo tempo à fantasia e às reflexões num universo palpável. Sendo assim, constitui material relevante para tecer uma crítica que enriquece o debate acerca da complexidade do universo contemporâneo e o papel da mulher nesse universo. A escrita de Gioconda Belli reflete uma forma de resistência feminina e nacional na literatura. É o ecoar desta voz feminina no exílio, uma voz nicaraguense de esperança em relação à democracia de seu país de origem e uma voz feminina que clama pela igualdade de direitos para as mulheres, o que por si só já se tornaria relevante.

A segunda questão (“como seria o mundo sem o protagonismo masculino?”) recai, particularmente, no exagero do enredo utópico, mas também sobre a reflexão de um mundo sob a ótica masculina. Em termos práticos, provavelmente, seria impossível isolar todos os homens da vida pública. Ao enquadrarmos isso à realidade em que vivemos, nos questionaríamos: “teríamos profissionais mulheres o suficiente para isso?”, “todas as mulheres aceitariam ou gostariam de tal imposição?” ou “até quando isso perduraria?”, questões estas que são discutidas na própria narrativa pelas integrantes do partido. A exclusão masculina não é em si um projeto político a ser levado em conta, mas sim uma característica de comicidade, exagero e absurdo da obra e também uma espécie de vingança maniqueísta e cômica. No entanto, esse aspecto absurdo lança luz sobre como nosso mundo é construído pela ótica da masculinidade e conduz à terceira questão (“o mundo seria mais igualitário se liderado por mulheres?”). A

resposta que tivemos ao longo das discussões tratadas nesta dissertação é que provavelmente muitas coisas mudariam. Obviamente, não podemos tomar essa premissa como solução para um mundo mais igualitário e perfeito. No entanto, como discutido ao longo deste trabalho, os governos de mulheres, mais precisamente, os governos de mulheres que adotaram uma visão feminista de resolução dos problemas sociais culminaram em soluções exitosas e originais. Dessa forma, como já dito, a ótica da masculinidade, que é hegemônica, afeta fortemente a forma como a sociedade busca os meios de resolver os problemas do mundo, resultando em soluções muitas vezes violentas, predatórias e excludentes, principalmente em relação às mulheres. Por isso a exclusão masculina adotada na narrativa nos leva a refletir não sobre como extinguir os homens, mas revela as visões masculinistas predatórias e, ao contrário, abre um leque de reflexões sobre a inserção da ótica feminina em como lidamos com o mundo. Tudo isso conduz à certeza de que ainda precisamos pensar sobre formas de incrementar a participação feminina na esfera política e, mais ainda, sobre como operar mudanças na mentalidade já existente ao se criarem políticas públicas e resolução de problemas sociais para que estas perpassem pela experiência, opinião, vivência e o raciocínio das mulheres.

A narrativa não se constitui exatamente como um manual de instruções a ser cumprido à risca, mas como um texto de inspirações, sonhos, vislumbres e, sobretudo, de visões práticas sobre como o desejo de mudança é o combustível para alcançarmos as pequenas ou grandes utopias que almejamos. Não será exatamente usando o corpo como arma de sedução para ludibriar os homens ou muito menos os “colocando de castigo” que alcançaremos a tal sonhada igualdade. Entendo que isso ainda se situa no campo da fantasia, da piada e do humor. Entretanto, o que é mais relevante e urgente é que estejamos sempre atentas à dominação masculina e a combatamos com as formas de resistência a nosso alcance, como retratado na obra. E, principalmente, é preciso trazer a voz, a decisão e o protagonismo das mulheres para os campos de tomada de decisão que ditam o compasso do mundo.

Frente à forma intrigante e inusitada com que Belli mescla a utopia e as propostas feministas na narrativa, acredito ser frutífero, relevante e desejável que outras pesquisas sobre este enlace entre a construção narrativa utópica e a pauta feminista sejam continuadas nos estudos acadêmicos, tanto por mim quanto por outros futuros pesquisadores interessados não somente na obra da autora, mas também nos estudos das utopias e distopias escritas por mulheres na contemporaneidade.

REFERÊNCIAS

- ATWOOD, Margaret. **O conto da aia**. Tradução de Ana Deiró. Rio de Janeiro: Rocco Digital, 2017.
- BELLI, Gioconda. **O país das mulheres**. 1.ed. Campinas: Verus, 2011.
- BELLI, Gioconda. **O país sob minha pele: memórias de amor e guerra**. Tradução de Ana Carla Lacerda. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- BRASIL, Patrícia Ribeiro. **Será a autobiografia uma poética da modernidade? Uma leitura comparada entre Ayaan Hirsi ali e Gioconda belli**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2011. Disponível em: < <https://l1nq.com/KjBnk> >. Acesso em: jan. de 2022.
- BUTLER, Judith. **Os atos performativos e a constituição do gênero: um ensaio sobre fenomenologia e teoria feminista** in Caderno de Leituras n.78. Edições Chão da Feira, 2018. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. Disponível em: < <https://encr.pw/i4tXv> >. Acesso em: 31 de ago. de 2021.
- CLAEYS, Gregory. **The Utopia reader**. New York/ London: New York University Press, 1999.
- DELAP, Lucy. **Feminismos: uma história global**. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2022
- DUARTE, C. L. **Feminismo e literatura no Brasil**. Revista de Estudos Avançados, v. 17, n. 49, 2003, p. 151-172.
- EL PAÍS. **Margaret Atwood**: “As utopias voltarão porque precisamos imaginar como salvar o mundo”. 2021. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/jnE13> >. Acesso em: dez. de 2021.
- FUNCK, Susana Bornéo. Feminismo e utopia. **Estudos Feministas**, vol. 1, no. 1, 1993, p. 33–48.JSTOR. Disponível em: <www.jstor.org/stable/43904446>. Acesso em: 21 ago. de 2021.
- FUNCK, Susana Bornéo. **Feminist Literary Utopias**. Florianópolis: Pós-Graduação em Inglês/ UFSC, 1998.
- GIOCONDA BELLI. **Biografia**. Disponível em: <<https://giocondabelli.org/biografia/>>. Acesso em: 11 de fev. de 2022.
- GILMAN, Charlot Perkins. **Terra de mulheres**. Tradução Flávia Yacubian. 1. ed. Rio de Janeiro: Rosa dos tempos, 2018.
- GELEDÉS. **As mulheres negras na construção de uma nova utopia**. 2011. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/NS146>>. Acesso em: 06 de dez. de 2021.

GLAMOUR. **Aniversário da Barbie**: 59 fatos e curiosidades sobre a boneca. Revista Glamour, 2018. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/pryOP>>. Acesso em: fev. de 2024.

GONTIJO, Stella Ferreira. **Hasta que seamos libres**: feminismo e Revolução Sandinista nas obras de Gioconda Belli (1972 – 1993). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. 2019. Disponível em: <<https://encurtador.com.br/ksX02>>. Acesso em: jan. de 2022.

HASSAIN, Rokeya Sakahawat. **O sonho de Sultana**. Tradução da obra gerada como um trabalho da Disciplina Estágio supervisionado V: prática de tradução em textos literários” do curso de Bacharelado em Tradução, da UFPB. 2019, Universidade Federal da Paraíba. Disponível em:<<https://acesse.dev/znkWt>>. Acesso em: abr. de 2023.

LEIFFEIT, Carla Regina. **O caráter revolucionário das personagens femininas do romance A mulher habitada**: a perspectiva amorosa e a luta política. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Santa Cruz do Sul. 2018. Disponível em: <<https://11nk.dev/vAfy2>>. Acesso em: jan. de 2022.

LEMOS, Bethania Guerra de. **Sob o signo de Tláloc: construção identitária e memorial na obra de Gioconda Belli**. Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro. 2008. Disponível em: <<https://encr.pw/W7En6>>. Acesso em: jan. de 2022.

LONGO, Giullia de Freitas. **“O olho da mulher”**: uma análise junguiana das imagens de mulheres nos poemas de Gioconda Belli. Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://11nk.dev/aG7km>>. Acesso em: jan. de 2022.

LOPES, Bruna Bechlin Queiroz. **El país de las mujeres de Gioconda Belli**: um romance feminista?. Dissertação (Mestrado) – Universidade do Coimbra. 2016. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/31529>>. Acesso em: jan. de 2022.

MILES, Tom. **ONU acusa Nicarágua de violações generalizadas de direitos humanos**. Extra, 2018. Disponível em: <<https://11nk.dev/Rd7X0>>. Acesso em: 21 de abr. de 2024.

Novo governo da Finlândia será liderado por mulheres. Exame, 2019. Disponível em:<<https://11nq.com/MTjUI>>. Acesso em: abr. de 2024.

OEFSE – Austrian Foundation for Development Research. **Conferencia con Gioconda Belli (Spanisch)**. Youtube, 18 de nov. de 2013. Disponível em: <<https://encr.pw/84L4f>>. Acesso em: 30 de set. de 2021.

OLIVEIRA, Amanda da Silva. **Poder e gênero" em Miguel Ángel Asturias, Érico Veríssimo e Gioconda Belli.** Dissertação (Mestrado) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul. 2015. Disponível em: < <https://acesse.one/vM0L8> >. Acesso em: jan de 2022.

OLIVEIRA, Silvia Amancio de. **A escrita de si e a memória na Literatura Nicaraguense: El país bajo mi piel: memorias de amor y guerra, de Gioconda Belli.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de São Paulo. 2020. Disponível em: <<https://acesse.one/MCSph>>. Acesso em: jan. de 2022.

PASOLD, Bernadete. **Utopia x Satire in English Literature.** Florianópolis: Pós Graduação em Inglês / UFSC, 1999.

POLLAK, Michael. **Memória, esquecimento, silêncio** in Estudos Históricos. Rio de Janeiro, vol. 2, n. 3, 1989, p. 3-15. Tradução de Dora Rocha Flaksman.

PRADO, Maria Ligia. **Utopias latino-americanas: política, sociedade e cultura.** São Paulo: Contexto, 2021.

RUIC, Gabriela. **O caminho da Islândia rumo à igualdade entre homens e mulheres.** Exame, 2017. Disponível em: < <https://11nq.com/RWzMc>>. Acesso em: 22 de set. de 2021.

Sexagésima Segunda Reunión de la Mesa Directiva de la Conferencia Regional sobre la Mujer de América Latina e Caribe. 2022. ONU. Disponível em: < <https://encr.pw/C6pFc>>. Acesso em: 16 de ago. de 2022.

SFREDO, Giordana Antonia. **Gênero, subversão e história em Gioconda belli: uma crítica feminista a partir de La mujer habitada e de sua tradução ao português brasileiro.** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Santa Catarina. 2020. Disponível em: < <https://acesse.one/TgBgC>>. Acesso em: jan. de 2022.

UNESCO. **Juventude, Violência e Vulnerabilidade Social na América Latina: Desafios para políticas públicas.** 2022. Disponível em: < <https://encurtador.com.br/mDG59>>. Acesso em: abr. de 2024.

UTOPIA. In: Oxford languages and Google. Oxford University Press, 2022. Disponível em: <<https://languages.oup.com/google-dictionary-pt/>>. Acesso em: 16 de ago. de 2022.

VANNUCCI, Amanda Maia. **¿Que sos Nicarágua? Gioconda Belli: memória e o projeto da Frente Sandinista de Libertação Nacional (1972-1993).** Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal Fluminense. 2019. Disponível em: < <https://acesse.one/vLb19>>. Acesso em: jan. de 2022.

WOOLF, Virginia. **As mulheres devem chorar.** Revista Cult, 8 de mar de 2019. Disponível em: < <https://acesse.one/ITyTQ> >. Acesso em: 10 de mai de 2021. Tradução de Tomaz Tadeu.

WOOLF, Virginia. Profissões para mulheres. *In: Profissões para mulheres e outros artigos feministas*. Tradução de Denise Bottmann. Porto Alegre: L&PM, 2019. p. 09-24.

WOOLF, Virginia. **Um teto todo seu**. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro, Nova Fronteira: 2019.

WOLLSTONECRAFT, Mary. **Reivindicação dos direitos da mulher**. Tradução de Celine Vergara. 1. ed. São Paulo: Lafonte, 2020.

ZARATIN, Daniele Aparecida Pereira. **Perspectivas do insólito ficcional**: uma análise dos romances de Gioconda Belli e María Amparo Escandón. Tese (Doutorado) – Universidade Presbiteriana Mackenzie. 2019. Disponível em: < <https://11nk.dev/UXM69>>. Acesso em: jan. de 2021.

ZIRBEL, Ilze. **Ondas do feminismo**. *In: Blogs de Ciência da Universidade Estadual de Campinas: Mulheres na Filosofia*, v. 7, n. 2, 2021, p. 10-31.